



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES | 2021

Secretaria-Geral da Procuradoria-Geral da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

# **Relatório de Atividades 2021**

**SECRETARIA-GERAL DA**

**PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Procuradoria-Geral da República  
Rua da Escola Politécnica, 140  
1269-269 Lisboa  
Tel. +351 213 921 900

[correiopgr@pgr.pt](mailto:correiopgr@pgr.pt)  
[www.ministeriopublico.pt](http://www.ministeriopublico.pt)

**Título** | RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021  
Secretaria-Geral da Procuradoria-Geral da República

**Edição** | Procuradoria-Geral da República

**Secretário da PGR** | Ana Cristina Vicente



## ÍNDICE

<b>ÍNDICE</b>	<b>3</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO</b>	<b>5</b>
<b>2. AUTOAVALIAÇÃO</b>	<b>7</b>
2.1. Resultados e desvios aos objetivos do Plano Estratégico	7
2.2. Resultados e desvios aos objetivos do QUAR	10
2.3. Avaliação do sistema de controlo interno	15
2.4. Audição dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação	17
2.5. Apreciação dos utilizadores	17
<b>3. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES</b>	<b>20</b>
3.1. Direção de Serviços de Apoio Administrativo	20
3.1.1. Unidade de Administração Geral (UAG)	20
3.1.2. Unidade de Administração e Processos (UAP)	32
3.2. Divisão de Apoio Jurídico (DAJ)	35
3.3. Núcleo de Assessoria ao Conselho Consultivo (NACC)	38
3.4. Divisão de Documentação e Informação (DDI)	40
3.8. Atividades e projetos transversais	48
3.8.1. Setor de Planeamento	48
3.9. Recursos humanos, financeiros e tecnológicos	49
3.9.1. Recursos humanos	49
3.9.2. Recursos financeiros	51
3.9.2.1. Ótica Orçamental	51
3.9.2.1.1. Receita	51
3.9.2.1.2. Despesa	52
3.9.2.1.3. Saldo Orçamental	55
3.9.2.2. Ótica patrimonial	56
3.9.2.2.1. Balanço	56
3.9.3. Recursos tecnológicos	59
3.10. Instalações	61



<b>4. AVALIAÇÃO FINAL</b>	<b>62</b>
<b>5. ACRONÍMIA</b>	<b>64</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>65</b>
QUAR de 2021	
Inquérito de satisfação aos utilizadores do Serviço de Apostila	
Inquérito de satisfação aos utilizadores da Biblioteca da PGR	
Balanço Social de 2021	
Relatório de Gestão 2021	



## **1. ENQUADRAMENTO**

A Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto, que aprova o Estatuto do Ministério Público (EMP), no seu artigo 15.º, n.º 2, integra a Secretaria-Geral (SG) na estrutura da Procuradoria-Geral da República (PGR) e determina que a organização interna e os regimes de pessoal daquela e de outras estruturas na dependência da PGR serão definidos em diplomas próprios. Assim, até à publicação dos referidos regimes, mantém-se em vigor o Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, que aprovou a orgânica dos serviços da Procuradoria-Geral da República.

Nos termos do artigo 56.º do EMP, a SG da PGR, tem por missão assegurar o apoio técnico e administrativo nos domínios do planeamento e gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais, de documentação e produção estatística, de relações públicas e protocolo bem como o apoio geral aos órgãos e serviços que integram a Procuradoria-Geral da República ou que dela diretamente dependem, ao agente do Governo português junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, quando magistrado do Ministério Público, e ao membro nacional da EUROJUST. É ainda da competência da SG, em articulação com o departamento das tecnologias e sistema de informação, a gestão do parque informático.

Pretende o presente relatório descrever as atividades desenvolvidas, em 2021, pela Secretaria-Geral da Procuradoria-Geral da República, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro e da Lei n.º 66-B/2006, de 28 de dezembro.

O Relatório de Atividades é um imprescindível instrumento de gestão e constitui um meio privilegiado de publicitação da atividade realizada pela Secretaria-Geral em termos de objetivos atingidos e recursos utilizados, identificando os resultados alcançados face aos objetivos e metas assumidos no Plano Estratégico 2019-2021, no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no Plano de Atividades de 2021.



Este documento inicia-se com a autoavaliação da Secretaria-Geral, através da apresentação do nível de execução dos objetivos estratégicos que integram o Plano Estratégico, bem como dos objetivos operacionais constantes do QUAR de 2021.

Seguidamente, é feita a descrição do sistema de controlo interno e apresentada a apreciação global dos serviços prestados pela Secretaria-Geral da PGR, a qual resulta do tratamento das questões formuladas nos inquéritos de satisfação dirigidos aos utilizadores finais dos serviços.

Posteriormente são evidenciados, para cada unidade orgânica/setor, os demais objetivos estabelecidos, bem como a execução das várias atividades e projetos previstos no Plano de Atividades e, no seguimento, as atividades que foram realizadas apesar de não previstas.

São, ainda, identificados os recursos humanos, financeiros e tecnológicos à data de 31 de dezembro de 2021.

Em linha com o normativo vigente, este Relatório inclui o Balanço Social e o QUAR, bem como os inquéritos utilizados para avaliar a satisfação dos utilizadores.

Lisboa, 7 de junho de 2022

Ana Cristina Vicente

Secretária-Geral da Procuradoria-Geral da República



## 2. AUTOAVALIAÇÃO

### 2.1. Resultados e desvios aos objetivos do Plano Estratégico

A avaliação da Secretaria-Geral da Procuradoria-Geral da República, que ora se apresenta, começa por evidenciar o grau de cumprimento dos objetivos que integram o Plano Estratégico (PE) 2019-2021.

Com o propósito de proceder ao apuramento dos resultados alcançados e dos desvios verificados, face aos objetivos fixados para o ano transato, foram solicitados, aos responsáveis pelas diversas unidades orgânicas, em 8 de abril de 2021, os elementos necessários à avaliação do plano.

Os **resultados obtidos** durante o período compreendido, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021, constam do painel de indicadores estratégicos que seguidamente se apresenta:

Objetivo Estratégico I	Indicadores do Objetivo Estratégico	Meta 2021	Resultado
<b>Reforçar e aperfeiçoar o apoio aos órgãos e departamentos da Procuradoria-Geral da República/Ministério Público</b>	Percentagem de documentos técnicos elaborados pela DAJ, no prazo definido.	80%	100%
	Percentagem de documentos técnicos elaborados pelo NACC, no prazo definido.	80%	100%
	Taxa de execução do plano de formação.	80%	94,11%
	Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao total de trabalhadores.	80%	N.A.
	Taxa de execução orçamental (Orçamento de Funcionamento).	78%	98,9%
	Taxa de reembolso dos projetos.	80%	81,8%
	Taxa de execução das medidas de eficácia orçamental incluídas na proposta de OE 2021.	80%	81%
	Número de iniciativas de responsabilidade social com participação de trabalhadores.	2	2



No que respeita ao grau de concretização dos objetivos definidos, importa referir o seguinte:

Foram agregados ao objetivo estratégico I, 8 indicadores. Os resultados alcançados são positivos, como se pode constatar através dos valores apresentados no quadro supra, sendo certo que 4 dos indicadores superam largamente as metas definidas.

Importa, no entanto, registar que não foi possível apurar o resultado final do indicador “Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao total de trabalhadores”. O Senhor Dr. Rui Dias Fernandes entendeu fundamentar a impossibilidade do cumprimento da meta inicialmente fixada do seguinte modo:

*“Em face da situação pandémica (SARs-COV-2, Covid 19), o Instituto Nacional da Administração (INA), entidade responsável pela realização da grande maioria das formações da Administração Pública e da PGR, em março de 2020, devido à incerteza da situação, cancelou os cursos que disponibilizava tendo os mesmos sido retomados, em 2021, mas apenas na modalidade online e através da plataforma Zoom. Contudo, por razões de segurança que visam assegurar o normal funcionamento dos serviços, os trabalhadores afetos à SG da PGR estão impossibilitados de usar a referida plataforma.”*

Objetivo Estratégico II	Indicadores do Objetivo Estratégico	Meta 2021	Resultado
<b>Agilizar e simplificar processos e procedimentos</b>	Data de apresentação de proposta de criação da nova base de informações jurídicas da DAJ.	30 de outubro	19.10.2021
	Data de conclusão do projeto de Regulamento de Gestão Documental da PGR.	31 de dezembro	10.12.2021
	Percentagem de trabalhadores com processo de valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do processo de avaliação do desempenho.	80%	100%

O objetivo estratégico II, evidenciado na tabela acima indicada, agrega 3 indicadores.



Todos eles apresentam resultados positivos, no entanto, o indicador “Percentagem de trabalhadores com processo de valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do processo de avaliação do desempenho”, destaca-se dos demais com uma margem de superação bastante significativa.

<b>Objetivo Estratégico III</b>	<b>Indicadores do Objetivo Estratégico</b>	<b>Meta 2021</b>	<b>Resultado</b>
<b>Melhorar a qualidade dos serviços prestados</b>	Nível médio de satisfação relativo ao apoio geral prestado aos órgãos e serviços que integram a PGR ou que dela diretamente dependem (Escala de 1 a 5).	4	4
	Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (1 a 5).	80%	100%
	Percentagem de utilizadores da Unidade de Administração e Processos que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	80%	90%
	Percentagem dos livros de pareceres da Procuradoria-Geral da Coroa pertencentes ao Arquivo Histórico objeto de descrição arquivística (base de dados AtOM).	25%	31%

O objetivo estratégico III integra 4 indicadores que, na sua totalidade, apresentam resultados francamente positivos. É de realçar que o resultado do indicador “Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (1 a 5), supera largamente a meta fixada.



## 2.2. Resultados e desvios aos objetivos do QUAR

Os resultados alcançados ao nível do cumprimento dos objetivos estabelecidos no QUAR refletem o trabalho desenvolvido pelas unidades orgânicas, direta e indiretamente envolvidas na sua consecução bem como o esforço, dedicação e empenho revelados por todos quantos, integrados nos diversos serviços, aqui trabalham.

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2021									
Secretaria-Geral da Procuradoria-Geral da República									
<b>MISSÃO:</b> Assegurar o apoio técnico e administrativo, bem como o apoio geral aos órgãos e serviços que integram a Procuradoria-Geral da República ou que dela diretamente dependem, nos domínios do planeamento e gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais, de documentação e produção estatística, de relações públicas e protocolo.									
<b>VISÃO:</b> Pretende-se ser um Serviço que, reconhecidamente, potencia o cumprimento da missão da Procuradoria-Geral da República/Ministério Público.									
<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)</b>									
OE 1 Reforçar e aperfeiçoar o apoio aos órgãos e departamentos da Procuradoria-Geral da República/Ministério Público									
OE 2 Agilizar e simplificar processos e procedimentos									
OE 3 Melhorar a qualidade dos serviços prestados									
<b>OBJETIVOS OPERACIONAIS (OP)</b>									
<b>EFICÁCIA</b>					113%		Ponderação 30%		
<b>OP1 Reestruturar e flexibilizar processos internos de realização e suporte</b>					104,5%		Ponderação 50%		
Indicadores	Meta 2020	Meta 2021	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio	
INDICADOR 1.1 Data de apresentação de proposta de criação da nova base de informações jurídicas da DAJ.	N.A.	30.10.2021	15.8.2021	50%	19.10.2021	105%	Atingiu	5%	
INDICADOR 1.2 Data de conclusão do projeto de Regulamento de Gestão Documental da PGR.	31.12.2020	31.12.2021	30.9.2021	50%	10.12.2021	104%	Atingiu	4%	
<b>OP2 Maximizar o nível de atividade dos SATA</b>					122%		Ponderação 50%		
Indicadores	Meta 2020	Meta 2021	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio	
INDICADOR 2.1 Percentagem de documentos técnicos elaborados pela DAJ no prazo definido.	80%	80%	100%	30%	100%	125%	Superou	25%	
INDICADOR 2.2 Percentagem de documentos técnicos elaborados pelo NACC no prazo definido.	80%	80%	100%	30%	100%	125%	Superou	25%	
INDICADOR 2.3 Percentagem dos livros de pareceres da Procuradoria-Geral da Coroa pertencentes ao Arquivo Histórico objeto de descrição arquivística (base de dados AtoM).	18%	25%	31%	40%	29,52%	118%	Atingiu	18%	
<b>EFICIÊNCIA</b>					115%		Ponderação 40%		
<b>OP3 Promover a sustentabilidade financeira e a otimização de recursos</b>					109%		Ponderação 50%		
Indicadores	Meta 2020	Meta 2021	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio	
INDICADOR 3.1 Taxa de execução orçamental (Orçamento de funcionamento).	78%	78%	98%	30%	99%	127%	Superou	27%	
INDICADOR 3.2 Taxa de reembolso dos projetos.	80%	80%	100%	30%	82%	102,5%	Atingiu	2,5%	
INDICADOR 3.3 Taxa de execução das medidas de eficácia orçamental incluídas na proposta de OE 2021.	N.A.	80%	100%	40%	81%	101%	Atingiu	1%	



OP4 Assegurar um conjunto de políticas de gestão estratégica de pessoas, visando a qualificação e a competência dos trabalhadores					121%	Ponderação 50%			
Indicadores	Meta 2020	Meta 2021	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio	
INDICADOR 4.1 Taxa de execução do Plano de Formação.	80%	80%	100%	60%	94%	118%	Atingiu	18%	
INDICADOR 4.2 Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao total de trabalhadores.	70%	80%	100%	0%	a)				
INDICADOR 4.3 Percentagem de trabalhadores com processo de valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do processo de avaliação do desempenho.	N.A.	80%	100%	40%	100%	125%	Superou	25%	
<b>QUALIDADE</b>					<b>106%</b>	<b>Ponderação 30%</b>			
OP5 Melhorar a qualidade dos serviços prestados					111%	Ponderação 50%			
Indicadores	Meta 2020	Meta 2021	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio	
INDICADOR 5.1 Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	80%	80%	100%	30%	100%	125%	Superou	25%	
INDICADOR 5.2 Nível médio de satisfação relativo ao apoio geral prestado aos órgãos e serviços que integram a PGR ou que dela diretamente dependem (Escala de 1 a 5).	4	4	5	40%	4	100%	Atingiu	0%	
INDICADOR 5.3 Percentagem de utilizadores da Unidade de Administração e Processos que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	N.A.	80%	100%	30%	90%	112,5%	Atingiu	12,5%	
OP6 Promover medidas que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores afetos aos SATA da PGR.					100%	Ponderação 50%			
Indicadores	Meta 2020	Meta 2021	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio	
INDICADOR 6.1 Número de iniciativas de responsabilidade social com participação de trabalhadores.	N.A.	2	3	100%	2	100%	Atingiu	0%	

a) Ver nota justificativa, na página 13.

## Meios disponíveis

### Recursos Humanos

Carreiras	N.º de trabalhadores	Pontuação	Pontos Planeados	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes - Direção superior	2	8	16		
Dirigentes - Direção intermédia	4	5	20		
Técnico Superior	29	4	116		
Informática	18	4	72		
Coordenador Técnico	4	3	12		
Assistente Técnico	37	2	74		
Assistente Operacional	6	2	12		
Oficial de Justiça	5	3	15		
Outros	3	3	9		
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>34</b>	<b>346</b>		

Orçamento (Euros)	Inicial	Corrigido	Realizado	Desvio
Funcionamento	24 431 111	25 635 863	25 350 702	
Investimento	1 529 194	1 529 194	645 539	
<b>Total</b>	<b>25 960 305</b>	<b>27 165 057</b>	<b>25 996 241</b>	



<b>Indicadores</b>	<b>Fontes de Verificação</b>
INDICADOR 1.1 Data de apresentação de proposta de criação da nova base de informações jurídicas da DAJ.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 1.2 Data de conclusão do projeto de Regulamento de Gestão Documental da PGR.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 2.1 Percentagem de documentos técnicos elaborados pela DAJ no prazo definido.	Relatório de situação elaborado pelo responsável da unidade orgânica e submetido à Direção Superior.
INDICADOR 2.2 Percentagem de documentos técnicos elaborados pelo NACC no prazo definido.	Relatório de situação elaborado pelo responsável da unidade orgânica e submetido à Direção Superior.
INDICADOR 2.3 Percentagem dos livros de pareceres da Procuradoria-Geral da Coroa pertencentes ao Arquivo Histórico objeto de descrição arquivística (base de dados AtoM).	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 3.1 Taxa de execução orçamental (Orçamento de funcionamento).	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 3.2 Taxa de reembolso dos projetos.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 3.3 Taxa de execução das medidas de eficácia orçamental incluídas na proposta de OE 2021.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 4.1 Taxa de execução do Plano de Formação.	Plano de Formação, de 2021. Ficheiro de acompanhamento.
INDICADOR 4.2 Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao total de trabalhadores.	Relatório de Formação, de 2021. Ficheiro de acompanhamento.
INDICADOR 4.3 Percentagem de trabalhadores com processo de valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do processo de avaliação do desempenho.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 5.1 Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	Processo documental com análise da avaliação feita pelos utilizadores da Biblioteca - Resultados dos inquéritos.
INDICADOR 5.2 Nível médio de satisfação relativo ao apoio geral prestado aos órgãos e serviços que integram a PGR ou que dela diretamente dependem (Escala de 1 a 5) - diretamente dependem (Escala de 1 a 5).	Processo documental com análise da avaliação feita pelos órgãos e serviços que integram a PGR ou que dela diretamente dependem (Escala de 1 a 5) - Resultados dos inquéritos.
INDICADOR 5.3 Percentagem de utilizadores da Unidade de Administração e Processos que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	Processo documental com análise da avaliação feita pelos utilizadores da Unidade de Administração e Processos - Resultados dos inquéritos.
INDICADOR 6.1 Número de iniciativas de responsabilidade social com participação de trabalhadores.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).



Nota justificativa à avaliação final do QUAR, de 2021.

Tendo em vista o apuramento dos resultados alcançados, em 31 de dezembro de 2021, foram solicitados, aos responsáveis das diversas unidades orgânicas da SG da PGR, os elementos que permitiram realizar a avaliação do QUAR.

O QUAR, de 2021, compreende 6 objetivos operacionais e 14 indicadores. Destes, foram superados 5 e atingidos 9. Não foi possível apurar o resultado final do indicador 4.2. - “Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao total de trabalhadores”, integrado no objetivo operacional 4.

A justificação apresentada pelas chefias da Unidade de Administração Geral, permitiu proceder a alguns ajustamentos que possibilitaram assegurar a avaliação anual do desempenho da instituição.

Assim,

O Senhor Dr. Rui Dias Fernandes entendeu fundamentar a impossibilidade do cumprimento da meta inicialmente fixada do seguinte modo:

*“Em face da situação pandémica (SARs-COV-2, Covid 19), o Instituto Nacional da Administração (INA), entidade responsável pela realização da grande maioria das formações da Administração Pública e da PGR, em março de 2020, devido à incerteza da situação, cancelou os cursos que disponibilizava tendo os mesmos sido retomados, em 2021, mas apenas na modalidade online e através da plataforma Zoom. Contudo, por razões de segurança que visam assegurar o normal funcionamento dos serviços, os trabalhadores afetos à SG da PGR estão impossibilitados de usar a referida plataforma.”*

Pelo exposto, entendeu-se que devido ao impedimento supra mencionado, seria totalmente impossível que a Unidade de Administração Geral conseguisse assegurar formação à totalidade de trabalhadores que exercem funções na SG da PGR. Daqui resulta que o cumprimento da meta inicialmente fixada para o indicador 4.2., ficou



definitivamente prejudicado por razões que não podem ser imputadas àquela unidade orgânica. Dada a impossibilidade de obtenção de um resultado final para este indicador, optou-se pela sua exclusão do cálculo que determina a avaliação final da SG da PGR, em 31 de Dezembro, de 2021.

Para o efeito, passou a considerar-se apenas o indicador 4.1. – *“Taxa de execução do Plano de Formação”*.



### 2.3. Avaliação do sistema de controlo interno

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (D.R. n.º 250, I série, suplemento), alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008 (D.R. n.º 252, I série, suplemento), 55-A/2010 (D.R. n.º 253, I série, suplemento) e 66-B/2012 (D.R. n.º 252, I série, suplemento), todas de 31 de dezembro, que determina a avaliação do sistema de controlo interno, apresenta-se no quadro infra, o ponto de situação.

Aplicado: Sim (S); Não (N); Não Aplicável (NA)

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
<b>1 – Ambiente de controlo</b>				
Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	◇			Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas) e relatório de acompanhamento da sua execução.
É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	◇			Segregação de funções e verificação, pelos coordenadores e técnicos superiores.
Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			◇	
Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	◇			Carta ética da Administração Pública.
Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	◇			É elaborado anualmente um Plano de Formação que vai sendo adaptado às necessidades dos serviços.
Estão claramente definidos e estabelecidos contatos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	◇			Foi implementada a prática de contatos regulares entre a direção superior e os dirigentes das unidades orgânicas, quer através de reuniões formais, quer através de contatos mais informais.
O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	◇			As contas da PGR foram certificadas por um Revisor Oficial de Contas.
<b>2 – Estrutura organizacional</b>				
A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras legalmente definidas?	◇			Lei orgânica dos Serviços de Apoio – DL n.º 333/99, de 20 de agosto.
Qual a percentagem de trabalhadores do serviço avaliados com o SIADAP 2 e 3?	◇			100% nos termos previstos na Lei.
Qual a percentagem de trabalhadores do serviço que frequentam pelo menos uma ação de formação?	◇			22% dos trabalhadores frequentam, pelo menos, uma ação de formação.



Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
<b>3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço</b>				
Existem manuais de procedimentos internos?	◇			Utilização de telemóveis de serviço da PGR; Norma de controlo de acesso, circulação e permanência nas instalações da PGR; Deslocações em serviço e ajudas de custo e transportes; Fundo de maneo; Requisições internas de material; Áreas transversais.
A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	◇			Estatuto dirigente e despacho de delegação de competências.
É elaborado anualmente um plano de compras?	◇			Ao abrigo do regulamento do sistema nacional de compras públicas e no âmbito do sistema de informação fornecido pelo GeRFIP, na vertente de gestão de armazém e gestão de contratos.
Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	◇			O número otimizado de meios humanos implica níveis significativos de polivalência e colaboração interserviços.
As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	◇			Caraterização dos postos de trabalho a nível de carreiras. Plano de Prevenção de Riscos de Gestão.
Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	◇			Além dos fluxos gerados nos sistemas de informação, foram também elaborados fluxos internos.
Os circuitos de documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	◇			
Existe um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas?	◇			A SG da PGR dispõe do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas).
O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas é executado e monitorizado?	◇			É elaborado o relatório anual de acompanhamento da execução do Plano.
<b>4 – Fiabilidade dos sistemas de informação</b>				
Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	◇			SRH, SIOE, GEADAP, GeRFIP, SIGO, SOL.
As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	◇			Mesmo quando não integradas através de serviços, considerando que estão em bases de dados, o cruzamento é possível.
Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos <i>outputs</i> dos sistemas?	◇			Apesar de não existir um mecanismo formal, a área de tecnologia, juntamente com as áreas pertinentes efetuam validações sobre os vários <i>outputs</i> .
A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	◇			É extraída, das diversas bases e sistemas, informação referente aos recursos humanos da SG da PGR, movimento de magistrados, fluxos financeiros e de aprovisionamento, que posteriormente é utilizada nos processos de decisão.



Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	◇			Os requisitos de segurança instituídos não permitem o acesso a informação ou ativos do serviço, por parte de terceiros.
A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i> )?	◇			Existe um plano de backups formalmente constituído para file servers, mail e bases de dados, realizados integralmente uma vez por mês, diferencialmente ao final do dia e de modo incremental ao fim de semana.
A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?	◇			Regras de acesso definidas por <i>firewall</i> . Existem sistemas centralizados de proteção antivírus e SPAM.

## 2.4. Audição dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação

Na SG da PGR, os dirigentes intermédios elaboram, em colaboração estreita com os dirigentes superiores, e em consonância com os objetivos que integram o Plano Estratégico e o QUAR, os objetivos operacionais das suas unidades orgânicas. Ao longo do ano, o acompanhamento da execução de todos os objetivos foi efetuado em conjunto, tendo-se procedido a ajustamentos quando necessário.

Todos os trabalhadores participam no processo de autoavaliação da organização, através dos respetivos dirigentes e também com a autoavaliação individual que cada um faz, no âmbito do SIADAP 2 e 3.

## 2.5. Apreciação dos utilizadores

A auscultação da apreciação por parte dos utilizadores dos serviços, através da elaboração de inquéritos de satisfação, é um contributo importante na autoavaliação de uma organização.

Tendo em vista a avaliação do grau de satisfação dos serviços prestados, a SG da PGR promove, junto dos utilizadores externos e dos colaboradores, os inquéritos que se afiguram mais pertinentes no âmbito da sua atuação.



## **Inquérito de satisfação - Utilizadores do Serviço de Apostila**

Uma das competências da Procuradora-Geral da República é a emissão de apostilas e a sua verificação.

O Serviço de Apostilas insere-se na Secção de Expediente Geral e Arquivo (SEGA), na dependência da Unidade de Administração e Processos (UAP) e está integrado na Direção de Serviços de Apoio Administrativo (DSAA).

Tendo como objetivo a aferição do nível de satisfação dos utentes do Serviço visando a melhoria contínua do serviço prestado, foi elaborado e divulgado um inquérito de satisfação cuja finalidade consistia na auscultação das opiniões, preocupações e sugestões dos utilizadores daquele serviço.

O inquérito foi disponibilizado aos utentes, para preenchimento, em formato de papel no local de atendimento. Consta, em anexo ao presente relatório, o modelo de questionário de satisfação disponibilizado aos utilizadores do Serviço de Apostila.

O universo estatístico é constituído por todos os utentes do Serviço de Apostilas, correspondendo a amostra aos 19 utilizadores que decidiram responder ao inquérito de satisfação.

Através da disponibilização do inquérito, foram submetidos à avaliação dos utentes cinco parâmetros de avaliação, compostos por diversas variáveis e avaliados na escala de 1 (Sem opinião) a 5 (Muito satisfeito), estando ainda reservado um campo para observações.

A avaliação dos inquéritos apresentados permite concluir que o grau de satisfação dos utentes do serviço se situa entre “satisfeito” e “muito satisfeito” - 4,69 pontos na escala de 1 a 5.



### **Inquérito de Satisfação - Utilizadores da Biblioteca da PGR**

O Inquérito de satisfação aos utilizadores da Biblioteca da Procuradoria-Geral da República foi disponibilizado para preenchimento, em dezembro, através da Internet. Foi garantido o completo anonimato dos utilizadores que quiseram prestar o seu contributo.

Foram obtidas 57 respostas válidas.

No primeiro grupo de questões que integraram o questionário de satisfação, pretendeu-se conhecer o perfil dos utilizadores da Biblioteca. Num segundo grupo de questões, procurou-se obter a apreciação qualitativa dos utilizadores sobre os serviços ali prestados, utilizando para o efeito perguntas fechadas, com uma escala de satisfação entre 1 (Muito Insatisfeito) e 5 (Muito satisfeito).

100% dos utilizadores da Biblioteca avaliaram com 4 ou 5 a qualidade global dos serviços prestados. A pontuação ponderada corresponde a 4,8 (Muito Bom).

Consta em anexo ao presente documento, o modelo de questionário de satisfação disponibilizado aos utilizadores da Biblioteca da PGR.



### 3. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

#### 3.1. Direção de Serviços de Apoio Administrativo

##### 3.1.1. Unidade de Administração Geral (UAG)

#### Objetivos do QUAR

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador	Meta 2021	Resultado
OE I, II e III	Promover a sustentabilidade financeira e a otimização de recursos.	Taxa de execução orçamental (Orçamento de Funcionamento).	78%	98,9%
		Taxa de reembolso de projetos.	80%	81,8%
		Taxa de execução das medidas de eficácia orçamental incluídas na proposta de OE 2021.	80%	81%
OE I, II e III	Assegurar um conjunto de políticas de gestão estratégica de pessoas, visando a qualificação e a competência dos trabalhadores.	Taxa de execução do Plano de Formação.	80%	94,11%
		Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao total de trabalhadores.	80%	21,8% a)
		Percentagem de trabalhadores com processo de valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do processo de avaliação do desempenho.	80%	100%
OE I e III	Melhorar a qualidade dos serviços prestados.	Nível médio de satisfação relativo ao apoio geral prestado aos órgãos e serviços que integram a PGR ou que dela diretamente dependem (Escala de 1 a 5).	4	4
OE I, II e III	Promover medidas que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores afetos à SG da PGR.	Número de iniciativas de responsabilidade social com participação de trabalhadores.	2	2

a) Ver a nota justificativa do QUAR - Avaliação final. Justificação apresentada na página 13.



### Outros objetivos operacionais da Unidade Orgânica

Objetivo estratégico	Objetivo operacional da U.O.	Indicador	Meta 2021	Resultado
OE III	Melhorar a eficiência operacional dos serviços.	Taxa de execução do QUAR da UAG.	80%	100%
		Prazo para a apresentação do Relatório do Balanço Social de 2020.	30.4.2021	28.4.2021
		Prazo para apresentação do Relatório de Formação de 2020.	30.6.2021	30.6.2021
		Prazo para a submissão e apresentação da Conta de Gerência, de 2020.	30.4.2021	22.6.2021 a)
OE III	Garantir a satisfação dos clientes da UAG.	Percentagem de utilizadores que avaliam os serviços prestados pela UAG com 3, 4 e 5 (escala de 1 a 5).	72%	94%
OE III	Promover a coesão interna da PGR através do cumprimento do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas.	Grau de cumprimento das medidas definidas no Plano.	100%	100%

- a) Devido à passagem da Procuradoria-Geral da República a Organismo e Fundo Autónomo nos termos da Lei 68/2019 de 27 de agosto (Estatuto do Ministério Público) com efeitos a 1 de janeiro de 2020, obrigando à adaptação do seu sistema contabilístico e conseqüente migração de dados do sistema anterior, verificou-se uma sobrecarga de trabalho e de tempo, o Tribunal de Contas autorizou a prorrogação do prazo de entrega da Conta de Gerência, para 30 de abril de 2021.

### Atividades da UAG

Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Planeamento e gestão do orçamento.	SC	Execução do orçamento de funcionamento com uma taxa 98,9% num total 25.350.702€ e do orçamento de Investimento de 42,2% num total de 645.539€.
Execução orçamental e tesouraria.	SC	Foram efetuados 2872 pagamentos num total de 25.996.241€. Emitidas 35 RAPs e 18 RNAPs e cobrada a receita de 27.576.553€.
Elaboração da conta de gerência.	SC	Tarefa executada e submetida ao TC nos termos da Lei nº 98/97, de 26 de agosto.
Elaboração de reportes orçamentais internos e externos.	SC	Foram efetuados 83 reportes dirigidos a DGO, SIGO, IGF e Tribunal de Contas.



Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Elaboração de reportes tributários.	SC	Foram efetuados 23 reportes (DMR).
Tratamento de receita.	SC	Foram identificados e classificados 12.959 registos de tesouraria.
Apoio administrativo às deslocações.	SC	Foram efetuados 27 processos de viagens.
Acompanhamento das despesas no âmbito da cooperação.	SC	Efetuada reporte à DGPJ.
Contratação de bens e serviços.	SPESG	Elaborados 314 processos de contratação, sendo 112 de aquisição de bens e 202 de aquisição de serviços.
Fornecimento de bens e serviços.	SPESG	Foram satisfeitas 270 requisições de material.
Gestão das existências.	SPESG	Efetuada 1 contagem de existências no armazém.
Conservação e segurança das instalações.	SPESG	A segurança das instalações é assegurada por uma empresa privada. O serviço é garantido 24h/dia no Palácio Palmela e no DCIAP e das 8h00 às 20h00 no edifício da Rua de vale do Pereiro, nº 2. É habitual, também, a presença de um agente da PSP.
Manutenção do parque automóvel.	SPESG	No final de 2020 o parque de viaturas da PGR é composto por 15 viaturas, (três delas em regime de Aluguer Operacional - AOV). Não considerando as três viaturas em AOV, a média de idade do parque da PGR é de 11 anos. Na gestão deste parque foram gastos 18 995,60€ em reparações e 23 595,79€ com as três viaturas AOV.
Cadastro e inventário dos bens móveis e viaturas.	SPESG	Todos os bens móveis e viaturas estão inventariados e registados na plataforma GeRFIP. Em 2021 foram inventariados 431 bens.
Sistema de pagamento de transportes públicos a magistrados e a funcionários de justiça.	SPESG	Foram realizados 753 carregamentos de passes, correspondentes a 109 utilizadores. Emitiram-se 94 requisições e processados 72 reembolsos. A despesa em transportes totalizou, no ano de 2021, o valor de 67.782,97€.
Apoio logístico aos diversos departamentos da PGR.	SPESG	Todos os pedidos de apoio logístico (pedidos de material e de serviços) foram satisfeitos.
Gestão dos contratos.	SPESG/SC	Procedimentos logísticos - Foram assinados 41 contratos novos. Contratos Plurianuais - No final do ano estavam em vigor 50 contratos plurianuais. Procedimentos financeiros - Mantêm-se 4 contratos de arrendamento.



Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Acompanhamento dos projetos comunitários.	SPESG/SC	Efetuada o acompanhamento da execução, preparação de pedidos de reembolso e organização de processos de 6 projetos (EXEC,Evidence2e, +SIM,PT-Evidence; TREIO, Capacitação de Ativos)
Reporte de aquisição de bens e serviços.	SPESG/SC	Comunicados 49 procedimentos no Portal Base.Gov.
Processamento de vencimentos e outros abonos e elaboração do mapa de execução.	SP	Foram efetuados 4.236 processamentos de vencimentos e outros abonos do pessoal em funções na PGR. Elaboração de 12 mapas para controle de gestão
Execução de procedimentos referentes à CGA e SS.	SP	Realizados 92 procedimentos - Inscrições, alterações, contagens de tempo e pedidos de aposentação e reforma.
Execução de procedimentos referentes à ADSE.	SP	Realizados 92 procedimentos - Inscrições, alterações, revalidação de cartões e remessa de documentos para comparticipação.
Procedimentos relativos a férias, faltas e licenças.	SP	Efetuaram-se 2.548 registos de férias, faltas e licenças dos colaboradores da PGR.
Gestão de recursos humanos.	RH/SP	As atividades relativas à gestão de recursos humanos foi realizada, tendo em consideração os constrangimentos da situação pandemia (COVID 19).
Recrutamento de recursos humanos.	RH/SP	No ano de 2021 foram publicitados 4 procedimentos em regime de mobilidade, assistente operacional (1), assistente técnico (2) e técnico superior (1). Foi iniciado um procedimento concursal para recrutamento de 1 dirigente intermédio de 2.º grau. Foi publicitado o recrutamento para o cargo de direção intermédia de 1º grau, e rececionadas as respetivas candidaturas.
Planeamento, execução e gestão do SIADAP 3.	RH/SP	Foram realizadas as atividades relativas ao sistema de avaliação do desempenho, do biénio de 2019/2020, de acordo com os prazos legais: Preparação e acompanhamento de reuniões do CCA. Foi elaborado ficheiro com os trabalhadores abrangidos, para verificação do número de pontos adquiridos desde a última alteração de posição remuneratória. Preparação da avaliação do desempenho para o biénio 2021/2022.
Percentagem de trabalhadores com processo de valorização remuneratória no mês seguinte a o termo do processo de avaliação do desempenho.	RH/SP	Foram pagas as diferenças remuneratórias a todos os trabalhadores que alteraram a posição remuneratória no mês seguinte à entrega do mapa na Secção de Pessoal.



Atividades a desenvolver	Responsável	Calendarização
Elaboração do Balanço Social.	RH/SP	Preenchimento dos mapas de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, e Decreto-Lei n.º 190/96, de 09 de outubro e envio à DGAEP. Elaboração do Relatório do Balanço Social de 2020, e publicação na página de Intranet e no Portal do Ministério Público.
Planeamento, execução e gestão do plano de formação.	RH/SP	O plano de formação foi elaborado de acordo com o levantamento das necessidades dos trabalhadores. No entanto, não chegou a ser aprovado devido à situação pandémica existente. Foram realizadas 14 ações de formação. Taxa de execução foi de 94,11% Foi elaborado relatório da formação de 2020 e enviado ao INA.
Elaboração do mapa de pessoal previsto no artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.	RH/SP	Foi elaborado o mapa anual de pessoal previsto no artigo 29.º da Lei n. 35/2014, de 20 junho que acompanhou a proposta de orçamento para 2022.
Elaboração de mapas de pessoal para a proposta de orçamento e para a conta de gerência.	RH/SP	Foram elaborados e aprovados.
Monitorização de competências.	RH/SP	Sem alterações.
Execução do SIOE (Sistema de Informação da Organização do Estado).	RH/SP	Foi executado o apuramento dos dados e realizado o respetivo carregamento trimestral, no portal da DGAEP. Tarefa assegurada dentro dos prazos instituídos.
Gestão do Plano de Segurança e Saúde no Trabalho.	RH/SP	Foi iniciado novo procedimento pela unidade de compras da Secretária-Geral do Ministério da Justiça. O contrato celebrado entre a empresa e os nossos serviços foi assinado em 2/12/2021.



## Projetos da UAG

	Código	P1 DSAA-UAG
Designação do projeto	+ Sim	
Responsabilidade	Direção de Serviços de Apoio Administrativo	
Descrição	Acompanhamento administrativo e financeiro da execução do projeto.	
Objetivos e resultados a obter	Boa execução administrativa e financeira do projeto.	
Duração	Início: 01.10.2019	Fim: 30.09.2022
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Gestão orçamental.	DSAA/UAG	Execução do orçamento de investimento num total de 662.818.46€ (2020:127.579,53€ e 2021: 553.238,93€).
Execução do projeto (contratação).	DSAA/UAG	Foi executado em 66%.
Pedidos de reembolsos.	DSAA/UAG	1 reprogramação. 2 pedidos de reembolsos.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto		
Afetação das técnicas superiores Gabriela Cardoso, Hélia Alves e Rosa Simões, dos coordenadores técnicos e dos assistentes técnicos da SC e da SPESG.		

### Nota

Resultados em 31/12/2021 - Aplicações concluídas. O hardware foi entregue, em maio de 2022.

No que respeita ao desenvolvimento de software (2020: 127.579,53€ e 2021: 535.238,93 €), o lançamento em produção depende da contratação de serviços para instalação, no DCIAP, do ProMP (proposta de despesa plurianual cuja quantia se encontra cativeira a aguardar despacho favorável do Ministério das Finanças).

A configuração de servidores para instalar a aplicação em produção está prevista para o último trimestre de 2022.

### Objetivos do projeto

Desenvolvimento de uma funcionalidade/módulo (na plataforma ProMP) de tratamento e apresentação da prova que permite ao cidadão aceder, por via eletrónica, à prova recolhida num processo criminal;

Criação de uma plataforma tecnológica de informação e interação que permite ao cidadão solicitar o serviço de Apostila “online”.



		Código	P2 DSAA-UAG
Designação do projeto	PT- evidence		
Responsabilidade	Direção de Serviços de Apoio Administrativo		
Descrição	Acompanhamento administrativo e financeiro, da execução do projeto.		
Objetivos e resultados a obter	Boa execução administrativa e financeira do projeto.		
Duração	Início: 15.11.2019 Fim: 30.04.2022		
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos	
Gestão orçamental.	DSAA/UAG	Execução do orçamento de investimento num total 97 140,97€.	
Execução do projeto (contratação).	DSAA/UAG	Foi executado em 20%.	
Pedidos de reembolsos.	DSAA/UAG	1 reprogramação. Sem pedido de reembolsos.	
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			
Afetação das técnicas superiores Gabriela Cardoso, Hélia Alves e Rosa Simões, dos coordenadores técnicos e dos assistentes técnicos da SC e da SPESG.			

#### Nota

Resultados a 31/12/2021 – O projeto ainda não está em funcionamento. Aguarda descativo da quantia necessária à contratação de serviços para implementação da solução no DCIAP.

#### Objetivos do projeto

Conectar os sistemas de gestão processuais - proMP da PGR e o CMS da PJ - ao Sistema e-Evidence Digital Exchange, habilitando a emissão e receção de Decisão Europeia Investigação (doravante DEI) e Carta Rogatória (doravante CR) com as Autoridades Judiciárias Europeias;

Conectar os sistemas da PGR e da PJ para o envio eletrónico seguro da prova recolhida em DEI e CR e dotar a infraestrutura da PGR de armazenamento dedicado e seguro para a cooperação judiciária e prova digital associada.



		Código	P3 DSAA-UAG
Designação do projeto	Capacitação Recuperação de Ativos		
Responsabilidade	Direção de Serviços de Apoio Administrativo		
Descrição	Acompanhamento administrativo e financeiro da submissão do projeto e da execução do mesmo.		
Objetivos e resultados a obter	Aprovação da candidatura e boa execução administrativa e financeira do projeto.		
Duração	Início: 01.10.2021 Fim: 30.11.2022		
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos	
Inscrição e gestão orçamental.	DSAA/UAG	Execução do orçamento de investimento num total de 13 159,26.€.	
Execução do projeto.	DSAA/UAG	Foi executado em 10,5%.	
Pedidos de reembolsos,	DSAA/UAG	1 reprogramação. Adiantamento concedido.	
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			
Afetação das técnicas superiores Gabriela Cardoso, Hélia Alves e Rosa Simões, dos coordenadores técnicos e dos assistentes técnicos da SC e da SPESG.			

#### Nota

Resultados até 31/12/2021: realizadas as três ações de capacitação previstas.

#### Objetivos do projeto

Capacitar (formar) magistrados do Ministério Público com funções na investigação criminal, na utilização dos instrumentos legais para recuperação de ativos com a prática de crimes, incluindo igualmente a vertente de cooperação judiciária internacional para identificação, apreensão e recuperação de ativos colocados noutra Estado.



		Código	P4 DSAA-UAG
Designação do projeto	TREIO		
Responsabilidade	Direção de Serviços de Apoio Administrativo		
Descrição	Acompanhamento administrativo e financeiro da submissão do projeto e execução do mesmo.		
Objetivos e resultados a obter	Aprovação da candidatura e boa execução administrativa e financeira do projeto.		
Duração	Início: 01.04.2020 Fim: 31.03.2022		
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos	
Inscrição e gestão orçamental.	DSAA/UAG	Iniciado.	
Execução do projeto.	DSAA/UAG	Sem execução.	
Pedidos de reembolsos.	DSAA/UAG	Adiantamento concedido.	
Reprogramação do projeto.	DSAA/UAG	1 reprogramação.	
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			
Afetação das técnicas superiores Gabriela Cardoso, Hélia Alves e Rosa Simões, dos coordenadores técnicos e dos assistentes técnicos da SC e da SPESG.			

#### Nota

Execução até 31/12/2021- 6.023 euros (recursos humanos).

#### Objetivos do projeto

Elaboração de conteúdos e estrutura de apoio à formação de magistrados em matéria de Cooperação Judiciária Internacional em plataforma e-evidence.



		Código	P5 DSAA-UAG
Designação do projeto	Segurança e Saúde no Trabalho (SST).		
Responsabilidade	Direção de Serviços de Apoio Administrativo		
Descrição	Plano de Segurança e Saúde no Trabalho.		
Objetivos e resultados a obter	Revisão da sinalização de segurança, das plantas de emergência e dos meios de combate ao incêndio, nos edifícios da PGR.		
Duração	Início: 01.01.2021 Fim: 31.12.2021		
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos	
Elaboração de informação a propor a abertura do procedimento.	DSAA/RH/ SPESG	Realizado.	
Lançamento de procedimentos aquisitivos.	DSAA/RH/ SPESG	Não realizado.	
Adjudicação dos procedimentos.	DSAA/RH/ SPESG	Não realizado.	
Acompanhamento de execução.	DSAA/RH/ SPESG	Não realizado.	
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			
Afetação de trabalhadores: RH - Fátima Figueiredo, Eduarda Elvas – SPESG - Paula Trony, Luis Graça, Marla Pinto e Eduardo Santos.			

**Nota**

Foram consultadas 3 empresas para apresentação de orçamento, para eventual abertura de procedimentos aquisitivos.



		Código	P6 DSAA-UAG
Designação do projeto	Contolo Interno		
Responsabilidade	Direção de Serviço de Apoio Administrativo		
Descrição	Promoção do controlo interno de forma a prevenir erros, minimizar irregularidades e otimizar os serviços.		
Objetivos e resultados a obter	Otimização dos serviços prevenindo erros e minimizando irregularidades.		
Duração	Início: 01.01.2020 Fim: 31.12.2021		
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos	
Formação em controlo interno.	DSAA/UAG	Não realizado por falta de recursos humanos.	
Constituição de equipas de controlo.	DSAA/UAG	Não realizado por falta de recursos humanos.	
Criação de manual.	DSAA/UAG	Não realizado por falta de recursos humanos.	
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			
Afetação das técnicas superiores e dos coordenadores técnicos.			





### 3.1.2. Unidade de Administração e Processos (UAP)

#### Objetivos do QUAR

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador do objetivo operacional	Meta 2021	Resultado
OE III	Melhorar a qualidade dos serviços prestados.	Percentagem de utilizadores da Unidade de Administração e Processos que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	80%	90%

#### Outros objetivos operacionais da Unidade Orgânica

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador	Meta 2021	Resultado
OEIII	Promover a coesão interna da PGR através do cumprimento do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas).	Grau de cumprimento das medidas definidas no Plano.	100%	100%
OEIII	Garantir a satisfação dos utilizadores da UAP.	Percentagem de utilizadores que avaliam os serviços prestados pela UAP com 3 e 5 (escala de 1 a 5).	80%	90%



## Atividades da UAP

Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Apoio técnico e administrativo ao Conselho Superior e Serviços de Inspeção do MP.	SACSMP	Atividade assegurada diariamente.
Gestão da base de dados, atualização do registo biográfico e disciplinar dos magistrados do MP.	SACSMP	Atividade assegurada diariamente.
Elaboração do relatório anual da PGR. a)	Eduarda E. Vítor M.	Cumprido parcialmente o calendário estabelecido.
Apoio técnico e administrativo na preparação dos movimentos e elaboração das listas de antiguidade dos magistrados do MP. b)	SACSMP	Cumprido o calendário estabelecido.
Procedimentos administrativos nos processos judiciais com intervenção da PGR.	SIP	Atividade assegurada diariamente.
Receção, distribuição, expedição, arquivo e conservação de correspondência e exposições.	SEGA	Atividade assegurada diariamente.
Processamento do expediente relativo ao Serviço de Apostilas e exposições.	SEGA	Atividade assegurada diariamente.
Lançamento do inquérito anual de avaliação da satisfação dos utilizadores do Serviço de Apostilas.	Fernando Ramos	Atividade cumprida.
Procedimentos administrativos respeitantes às relações institucionais do MP.	SEGA	Atividade assegurada diariamente.
Apoio administrativo aos vogais do Conselho Consultivo.	SACC	Atividade assegurada diariamente.
Processamento do expediente relativo ao Conselho Consultivo, elaboração das tabelas das sessões, registo e publicação dos pareceres.	SACC	Atividade assegurada diariamente.
Monitorização e aperfeiçoamento do novo programa informático de gestão de processos (proGest) da Procuradoria-Geral da República.	Fernando Ramos	Atividade assegurada diariamente.

a) e b) Atividade partilhada com a DPOI.





### 3.2. Divisão de Apoio Jurídico (DAJ)

#### Objetivos do QUAR

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador	Meta 2021	Resultado
OE II	Reestruturar e flexibilizar processos internos de realização e suporte.	Data de apresentação de proposta de criação da nova base de informações jurídicas da DAJ.	30.10.2021	19.10.2021
OE III	Maximizar o nível de atividade da SG da PGR.	Percentagem de documentos técnicos elaborados pela DAJ no prazo definido.	80%	100%

#### Outros objetivos operacionais da Unidade Orgânica

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador do objetivo operacional	Meta 2021	Resultado
OEI	Assegurar a elaboração dos documentos a cargo da DAJ no prazo determinado.	% de documentos elaborados no prazo definido.	80%	100%
OEIII	Garantir padrões elevados de qualidade e operacionalidade do apoio jurídico prestado.	Nível de qualidade e utilidade do apoio de acordo com critérios acordados com a chefia, medido numa escala de 1 a 5.	3	4



### Atividades da DAJ

Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Apoio técnico-jurídico no âmbito das áreas funcionais comuns integradas nas competências da SG da PGR (recursos humanos, financeiros e patrimoniais), e nas áreas específicas do Ministério Público, consubstanciado no apoio jurídico à tomada de decisão, no aconselhamento jurídico, na elaboração de estudos, informações e notas jurídicas, notas internas ou documentos de outra natureza, na integração de júris, na participação em grupos de trabalho e/ou reuniões.	Adélia Pinheiro Leonor Romão José Figueiredo Susana Pires	As atividades solicitadas foram integralmente cumpridas.
Apoio técnico-jurídico ao Conselho Superior do Ministério Público e a cada um dos seus membros, designadamente na elaboração de documentos-síntese, na prestação de informações jurídicas e no acompanhamento dos processos para decisão no CSMP (área de competência específica da PGR).	Adélia Pinheiro Leonor Romão José Figueiredo Susana Pires	As atividades solicitadas foram integralmente cumpridas.



## Projecto da DAJ

	Código	P1 DAJ
Designação do projeto	Apoio à decisão de criação e composição dos gabinetes de apoio aos magistrados do Ministério Público nas comarcas	
Responsabilidade	Divisão de Apoio Jurídico	
Descrição	Apoio à decisão de realização e à realização dos atos e procedimentos necessários à execução do disposto nos artigos 28º a 31º do DL n.º 49/2014, de 27 de março.	
Objetivos e resultados a obter	Recrutamento e seleção dos especialistas para os gabinetes de apoio aos magistrados do MP.	
Duração	Início: 14.01.2021	Fim: 31.12.2022
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados
Preparação de projeto de despacho que cria os Gabinetes de apoio aos magistrados do MP, determina as comarcas abrangidas por cada gabinete e o número de especialistas de cada gabinete.	Leonor Romão	Concluído em 26.10.2021.
Preparação dos projetos de despacho que determinam a abertura de procedimentos concursais para recrutamento dos especialistas, designam os respetivos júris e os métodos de seleção a aplicar.	Leonor Romão	Concluído em 27.10.2021.
Preparação dos projetos de avisos de abertura dos procedimentos concursais.	Leonor Romão	Concluído em 14.12.2021.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto		
Tomada de decisão da criação dos gabinetes de apoio; Tomada de decisão sobre número de gabinetes e das comarcas abrangidas por cada gabinete; Tomada de decisão das áreas de especialização, do número de especialistas por gabinete e do número de especialistas por área de especialização; Determinação das sedes dos gabinetes; Tomada de decisão de abertura dos procedimentos concursais, com designação dos respetivos júris.		



### 3.3. Núcleo de Assessoria ao Conselho Consultivo (NACC)

#### Objetivos do QUAR

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador	Meta 2021	Resultado
OEIII	Maximizar o nível de atividade da SG da PGR.	Percentagem de documentos técnicos elaborados pelo NACC no prazo definido.	80%	100%

#### Outros objetivos operacionais da Unidade Orgânica

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador do objetivo operacional	Meta 2021	Resultado
OEIII	Garantir padrões elevados de qualidade e operacionalidade do apoio jurídico-documental prestado.	Nível de qualidade e utilidade do apoio de acordo com critérios acordados com a chefia, medido numa escala de 1 a 5.	3	4

#### Atividades do NACC

Atividades desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Apoio técnico-jurídico ao Conselho Consultivo e a cada um dos seus membros, designadamente na elaboração de documentos-síntese, na prestação de informações jurídicas e no acompanhamento dos processos para decisão no Conselho Consultivo.	Maria J. Rodrigues Isabel Capela	Foram elaborados documentos síntese/recolha de elementos em 12 pareceres do Conselho Consultivo. Foram entregues elementos relativos às diferentes espécies de pareceres: Normais - 7 Urgentes - 4 Convenções -1 Realizaram-se 22 análises jurídicas. Todos os elementos foram entregues no prazo legal, pelo que ficaram concluídas todas as tarefas definidas.



## Projeto do NACC

	Código	P1 NACC
Designação do projeto	Base de dados dos pareceres do Conselho Consultivo inseridos no SIMP da PGR	
Responsabilidade	Conselho Consultivo	
Descrição	Correções e ajustamentos na base de dados.	
Objetivos e resultados a obter	Criação e preenchimento de campos, tendo em vista a publicação dos pareceres na referida base e no Diário da República de molde a proporcionar melhor qualidade ao serviço administrativo associado.	
Duração	Início: 10.2.2021	Fim: 31.12.2021
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados
Levantamento da situação, segundo a supervisão e abordagem metodológica definida pelo Procurador-Geral Adjunto André Folque; Segmentação da tarefa por anos; Incremento da análise jurídica e a sua inclusão nos campos definidos.	André Folque Maria José Rodrigues Susana Pires	Concluídas todas as tarefas de levantamento por anos.
Ficha de controlo de pareceres, de 2020.	André Folque Maria José Rodrigues Susana Pires	Foram elaboradas as fichas de controlo de diversos anos, nomeadamente de 2020.
Ajustamentos e testes.	André Folque Maria José Rodrigues Susana Pires	Foram realizados os testes propostos na base SIMP dos pareceres do CC.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto		
Assessoras (técnicas superiores) do NACC e DPOI.		



### 3.4. Divisão de Documentação e Informação (DDI)

#### Objetivos do QUAR

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador	Meta 2021	Resultado
OE II	Reestruturar e flexibilizar processos internos de realização e suporte.	Data de conclusão do projeto de Regulamento de Gestão Documental da PGR.	31.12.2021	10.12.2021
OE III	Maximizar o nível de atividade dos SATA.	Percentagem dos livros de pareceres da Procuradoria-Geral da Coroa pertencentes ao Arquivo Histórico objeto de descrição arquivística (Base de Dados AtoM).	25%	29,52%
OE III	Melhorar a qualidade dos serviços prestados.	Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	80%	100%

#### Outros objetivos operacionais da Unidade Orgânica

Objetivo estratégico	Objetivo operacional	Indicador	Meta 2021	Resultado
OE III	Reestruturar e flexibilizar processos internos de realização e suporte.	Data de conclusão do projeto de regulamento de gestão documental da PGR.	31.12.2021	10.12.2021
OE I, II e III	Maximizar o nível de atividade dos SATA.	Percentagem dos livros de pareceres da Procuradoria-Geral da Coroa pertencentes ao Arquivo Histórico objeto de descrição arquivística (Base de Dados AtoM).	25 %	29,52%
OE III	Melhorar a qualidade dos serviços prestados.	Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 ou 5 (Escala de 1 a 5).	80 %	100 %



## Atividades da DDI

Atividades a desenvolver	Responsável	Resultados obtidos
Assegurar a prestação de serviços aos leitores da Biblioteca da PGR e garantir o funcionamento da sala de leitura.	Teresa Cordeiro Isabel Louro Isabel Santareno	Número de volumes consultados ou emprestados: 8 182.
Assegurar a arrumação dos depósitos da Biblioteca da PGR.	Teresa Cordeiro Isabel Louro Isabel Santareno	Atividade realizada.
Efetuar o controlo das devoluções em atraso.	M. Lurdes Mendes	Número de volumes devolvidos: 8 456.
Proceder à digitalização de espécies bibliográficas.	Teresa Cordeiro Isabel Louro M. Lurdes Mendes	Número de documentos digitalizados: 4 785.
Realizar o registo dos novos leitores.	Teresa Cordeiro Isabel Louro	Número de novos leitores registados: 160.
Proceder ao registo, catalogação e classificação da 2.ª fase de monografias.	Cristina Brigas M. Lurdes Mendes	Registo de monografias: 1 270. Catalogação de monografias e de analíticos de monografias: 3 703. Classificação 2ª fase: 1 509 monografias.
Proceder à catalogação de publicações periódicas.	Ana Lima Verónica Marques Sandra Silva	Catalogação de analíticos de publicações periódicas: 4 596.
Proceder ao tratamento bibliográfico (indexação/classificação) de monografias e publicações periódicas.	Sandra Silva Ana Lima	Indexação de monografias: 1 063. Indexação de analíticos de monografias: 2 551. Indexação de analíticos de periódicos: 5 546. Classificação de monografias 1ª fase: 1 104.
Correção dos registos bibliográficos da base de dados do catálogo da Biblioteca (Lotus)	Sandra Silva Ana Lima	Atividade realizada.
Garantir a publicação na Internet do fundo documental da biblioteca.	João Gonçalves	Novos registos bibliográficos publicados: 8 567.
Realizar os procedimentos necessários à aquisição de monografias e à assinatura de publicações periódicas e efetuar o controlo da sua receção.	João Gonçalves	Foram adquiridas 203 monografias e assegurada a assinatura de 64 títulos de publicações periódicas. Foram recebidas 175 monografias a título de oferta.
Assegurar o controlo das publicações recebidas a título de depósito legal.	Cristina Brigas	Foram recebidas 612 monografias através do depósito legal (Biblioteca Nacional).
Assegurar a produção e difusão externa de boletins bibliográficos de monografias e publicações periódicas.	João Gonçalves Isabel Louro	Difundidos 11 boletins de monografias e 6 boletins de publicações periódicas.



Atividades a desenvolver	Responsável	Resultados obtidos
Conservar e inventariar a documentação pertencente ao arquivo histórico da PGR.	Cristina Veiga Isabel Carneiro	Atividade realizada.
Alimentar a base de dados do arquivo histórico da PGR.	Cristina Veiga Isabel Carneiro	Acrescentadas 3 706 novas descrições arquivísticas à base de dados.
Proceder à digitalização de documentos selecionados do arquivo histórico da PGR.	Isabel Carneiro	Digitalizados 500 documentos.
Dar apoio aos investigadores externos no acesso aos fundos pertencentes ao arquivo histórico da PGR.	Cristina Veiga Isabel Carneiro	Atividade realizada.
Proceder ao restauro de documentos do arquivo histórico ou de espécies bibliográficas.	Isabel Carneiro Isabel Louro	Atividade realizada.



## Projetos da DDI

	Código	P1 DDI
Designação do projeto	Inquérito de satisfação aos utilizadores da Biblioteca	
Responsabilidade	Divisão de Documentação e Informação	
Descrição	Realização de um inquérito de satisfação <i>online</i> aos utilizadores da Biblioteca.	
Objetivos e resultados a obter	Conhecer a opinião sobre os serviços que presta, tendo em vista a sua melhoria contínua.	
Duração	Início: 01.11.2021	Fim: 31.12.2021
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Elaboração do questionário.	Chefe de divisão	Questionário elaborado em dezembro de 2021.
Submissão do questionário online.	Chefe de divisão João Gonçalves	O questionário esteve disponível para resposta, pela internet, entre 14 e 22 de dezembro.
Compilação dos questionários respondidos e tratamento dos respetivos dados.	Chefe de divisão	Ação realizada.
Elaboração de relatório final e divulgação.	Chefe de divisão	O relatório foi submetido a apreciação final em 28 de dezembro de 2021.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto		



	Código	P2 DDI
Designação do projeto	Sistema de gestão do catálogo da Biblioteca da PGR (Fase 1)	
Responsabilidade	Divisão de Documentação e Informação	
Descrição	Implementação de um novo sistema de gestão do catálogo da Biblioteca assente no <i>Koha</i> . Migração dos dados atualmente constantes do sistema <i>Lotus Notes</i> .	
Objetivos e resultados a obter	Garantir o acesso <i>online</i> ao catálogo da biblioteca através de um novo sistema de gestão do seu acervo. Otimizar o sistema de gestão de empréstimos.	
Duração	Início: 01.02.2021	Fim: 31.12.2021
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Lançamento de um procedimento de aquisição de serviços para a implementação do projeto.	DDI SG da PGR	O procedimento para aquisição de serviços relacionados com o projeto foi lançado em agosto de 2021.
Conclusão do procedimento de aquisição de serviços.	DDI SG da PGR	O contrato foi celebrado em 2 de setembro de 2021.
Migração dos dados Lotus Notes → Koha.	DDI /DPOI	A primeira migração de dados Lotus Notes → Koha foi realizada em dezembro de 2021.
Parametrização do sistema de gestão de empréstimos.	DDI	Ação realizada.
Transferência do ficheiro de publicações periódicas (Cardex) para o sistema Koha.	DDI	A primeira transferência do ficheiro de publicações periódicas (Cardex) para o sistema Koha foi realizada em dezembro de 2021.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto		
A concretização do projeto necessitará da afetação de recursos financeiros por um período estimado de três anos, com um esforço de cerca de 60 % no primeiro ano de execução. Envolve ainda uma componente técnica que necessitando do apoio, a nível interno, da DPOI e, a nível externo, do IGFEJ (detentor dos dados <i>Lotus Notes</i> ).		



	Código	P3 DDI
Designação do projeto	Elaboração de um projeto de Regulamento de Gestão Documental da PGR	
Responsabilidade	Divisão de Documentação e Informação	
Descrição	Elaboração das normas e formulários a integrar o Regulamento de Gestão Documental da PGR: regulamento de conservação arquivística; tabela de seleção; modelo de auto de entrega; modelo de guia de remessa de documentos; modelo de auto de eliminação.	
Objetivos e resultados a obter	Eliminar os documentos produzidos na PGR ou por ela recebidos que não necessitem de ser preservados, remetendo os demais para o Arquivo Intermédio ou para o Arquivo Histórico da instituição.	
Duração	Início: 01.04.2021	Fim: 31.12.2021
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Elaboração das normas e formulários.	DDI	Ação realizada.
Apresentação do projeto aos diferentes serviços da PGR.	DDI	A situação pandémica vivida em 2021 condicionou a interação com os diferentes serviços da PGR.
Conclusão do projeto e sujeição a aprovação superior.	DDI	O projeto de Regulamento de Gestão Documental da PGR foi submetido a aprovação em dezembro de 2021.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto		
Tendo presente que a execução deste projeto implica a interação com os diferentes serviços da PGR, o seu desenvolvimento estará condicionado pela evolução da situação pandémica.		



	Código	P4 DDI
Designação do projeto	Informação Estatística da DDI	
Responsabilidade	Divisão de Documentação e Informação	
Descrição	Elaboração de um documento-matriz agregando toda a informação estatística sobre a atividade mensurável da Divisão, periodicamente atualizável.	
Objetivos e resultados a obter	Conhecer com objetividade a evolução dos resultados alcançados pela Divisão nas suas diferentes facetas de atuação.	
Duração	Início: 01.01.2021 Fim: 30.09.2021	
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos
Conceção do documento-matriz.	DDI	Ação realizada.
Compilação da informação estatística existente.	DDI	Ação realizada.
Produção do documento-matriz.	DDI/DPOI	O documento-matriz foi produzido na DDI em abril de 2021.
Apresentação de resultados e divulgação.	DDI	O documento-matriz foi divulgado aos dirigentes da PGR, sendo objeto de atualização permanente.
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto		
A execução gráfica da versão final do documento necessitará da colaboração e das ferramentas da DPOI.		



		Código	P5 DDI
Designação do projeto	Reorganização do acervo da Biblioteca		
Responsabilidade	Divisão de Documentação e Informação		
Descrição	Eliminar do catálogo da Biblioteca exemplares repetidos, oferecendo-os a Bibliotecas congéneres.		
Objetivos e resultados a obter	Racionalizar o acervo da Biblioteca; Aumentar o espaço disponível nos depósitos.		
Duração	Início: 01.01.2021 Fim: 31.12.2021		
Ações desenvolvidas	Responsável	Resultados obtidos	
Escolha das obras a descatalogar e a oferecer.	DDI	Ação realizada.	
Alterações no catálogo e no livro de registos.	DDI	Ação realizada.	
Envio das obras a oferecer.	DDI	Foram oferecidos 60 volumes à Biblioteca do Centro de Estudos Judiciários e colocadas na sala de leitura, para oferta aos leitores, obras descatalogadas.	
Apoios e recursos necessários à elaboração do projeto			



## 3.8. Atividades e projetos transversais

### 3.8.1. Setor de Planeamento

#### Atividades do Sector de Planeamento

Atividades a desenvolver	Responsável	Resultados obtidos
Avaliação anual do Plano Estratégico dos SATA da PGR, 2019-2021, para inclusão no Relatório de Atividades, de 2020 – Resultados alcançados em 31.12.2020.	Beatriz Leal	Documento submetido a aprovação superior em 26.4.2021.
Avaliação anual do QUAR 2020, para inclusão no Relatório de Atividades do mesmo ano – Resultados alcançados em 31.12.2020.	Beatriz Leal	Documento submetido a aprovação superior em 16.4.2021.
Preparação do Relatório Anual de Atividades, de 2020.	Beatriz Leal	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Pedido de contributos, aos responsáveis, em 10 de março, de 2021.</li><li>▪ Último documento recebido, no setor de Planeamento, em 9.8.2021 a)</li><li>▪ Projeto do Relatório Anual de Atividades de 2020, submetido a apreciação superior em 7.5.2021.</li><li>▪ RAA aprovado em 23.8.2021.</li></ul>
Elaboração e divulgação do QUAR, de 2021.	Beatriz Leal	Documento submetido a aprovação superior e a homologação, pela Conselheira Procuradora-Geral da República, em 13.11.2020. O QUAR de 2021 foi aprovado e divulgado em 19.1.2021.
Elaboração e divulgação do Plano Anual de Atividades, de 2021.	Beatriz Leal	Plano de Atividades submetido a aprovação superior em 23.2.2021.
Realização do Relatório anual de acompanhamento da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, de 2020.	Beatriz Leal	Relatório anual de acompanhamento da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, relativo a 2020, submetido a aprovação superior, em 2.7.2021. Documento enviado ao Tribunal de Contas, em 12.7.2021.
Monitorização do QUAR, de 2021, reportada a 30 de setembro.	Beatriz Leal	Proposta respeitante ao acompanhamento e avaliação do QUAR submetida a apreciação superior em 28.10.2021.
Pedido dos contributos das unidades orgânicas da SG da PGR para a elaboração do Plano Estratégico relativo ao triénio 2022-2024 e do QUAR de 2022.	Beatriz Leal	Preparação das fichas de objetivos (estratégicos e operacionais) e dos respetivos indicadores de medida. Pedido de contributos aos responsáveis pelos diversos departamentos da SG, em 23.11.2021.



Apoio técnico, às chefias das diversas unidades orgânicas da SG da PGR, no âmbito do planeamento estratégico e operacional.	Beatriz Leal	Foi prestado o apoio técnico solicitado pelos responsáveis das unidades orgânicas da SG da PGR. As questões colocadas dizem respeito à definição dos objetivos estratégicos e operacionais, dos respetivos indicadores de medida e metas que lhes estão associadas, das atividades e projetos planeados. Foi igualmente assegurado o acompanhamento da execução de todos os documentos de gestão.
---	--------------	--

a) Pedido de inclusão, no RAA 2020, do relato de Auditoria das Demonstrações Financeiras – Documento datado de 14.6.2021.

### 3.9. Recursos humanos, financeiros e tecnológicos

#### 3.9.1. Recursos humanos

A SG da PGR dispunha, no final de 2021, de 108 trabalhadores. Este valor, quando comparado com o que respeita ao ano anterior, evidencia que ocorreu um acréscimo de 1 trabalhador.

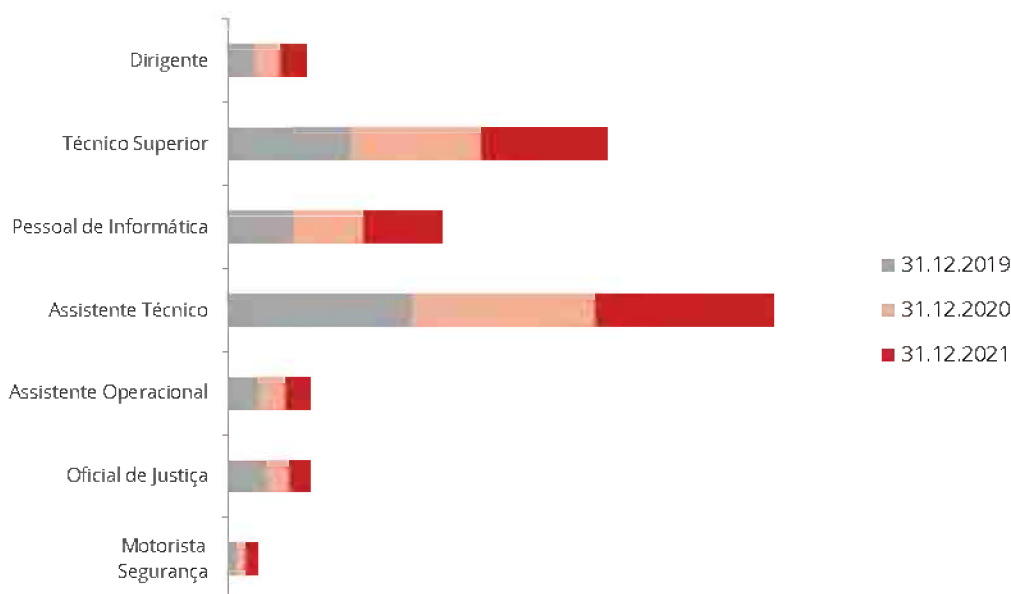
#### Evolução dos trabalhadores por carreiras 2019/2021

Distribuição de efectivos								
Grupo Profissional	Dirigente	Técnico Superior	Pessoal de Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Oficial de Justiça	Motorista Segurança	TOTAL
31.12.2019	6	28	15	42	7	9	2	109
31.12.2020	6	30	16	42	6	5	2	107
31.12.2021	6	29	18	41	6	5	3	108

A análise por carreiras apresentada no quadro supra, permite constatar que as de maior tecnicidade (técnica superior, informática, oficial de justiça) representam cerca de 48% do total de trabalhadores. A comparação destes valores com os obtidos nos dois anos precedentes (48% – 2019 e 48% – 2020), permite aferir que se manteve o investimento no reforço da componente técnica, com o objetivo de fazer face à crescente complexidade dos serviços prestados. Em termos de representatividade individual das carreiras continua a ser a de assistente técnico (38%) a mais expressiva, seguida da carreira técnica superior (27%).



### Evolução dos trabalhadores por carreiras



A distribuição de trabalhadores por áreas funcionais evidencia que a Unidade de Administração Geral (25 trabalhadores), a Divisão de Planeamento, Organização e Informática (20 trabalhadores) e a Unidade de Administração e Processos (18 trabalhadores) concentram 58% do total de trabalhadores.

### Distribuição dos trabalhadores por áreas funcionais

Unidade Orgânica Departamento Setor	N.º de pessoas em funções na SG da PGR, em 31 de dezembro de 2021.										
	Gabinete da Secretária-Geral	Núcleo de Assessoria ao Conselho Consultivo	Unidade de Administração Geral (DSAA-UAG)	Unidade de Administração e Processos (DSAA-UAP)	Divisão de Apoio Jurídico	Divisão de Documentação e Informação	Divisão de Planeamento, Organização e Informática	Cooperação Judiciária Internacional	Traduções	Apoio ao Gabinete da PGR	Secretaria-Geral da PGR
<b>Cargos/Carreiras</b>											
Dirigente	2			1	1	1	1				<b>6</b>
Técnico Superior	3	2	3	2	3	7	1	3	3	2	<b>29</b>
Especialista Informática							8				<b>8</b>
Técnico de Informática							10				<b>10</b>
Assistente Técnico	2	1	15	12		3		5		3	<b>41</b>
Assistente Operacional			2	3						1	<b>6</b>
Oficial de Justiça			5								<b>5</b>
Motorista/Segurança	1									2	<b>3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>25</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>20</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>108</b>



## 3.9.2. Recursos financeiros

### 3.9.2.1. Ótica Orçamental

#### 3.9.2.1.1. Receita

Conforme se constata da análise do quadro apresentado infra, a receita cobrada líquida, em 2021, quando comparada com igual período do ano anterior, cresceu 32% (6.681.138 euros).

#### Orçamento de Receita 2021/2020

Euros

Descrição	2021	2020	Variação	Variação %
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	(4)=((1)/(2)- (1))
FF 311 - Receitas de Impostos	22 948 414 €	17 041 119 €	5 907 295 €	34,7%
FF 513 - Receitas Próprias	889 296 €	499 308 €	389 988 €	78,1%
FF 522 - Saldos de RP Transitados	1 993 812 €	1 808 137 €	185 675 €	10,3%
FF 541 - Transferências de Out Organismos	950 000 €	792 108 €	157 892 €	19,9%
FF 361-Transição de Saldos - de Receita Próprias Afetas a projetos cofinanciados	0 €	28 588 €	-28 588 €	-100,0%
FF 368 - Saldos de RP afetas a proj. cofinanciados	65 722 €	0 €	65 722 €	
FF 369 - Transferências de RP afetas a projetos cofinanciados entre organismos	357 382 €	591 299 €	-233 917 €	-39,6%
FF 411 - Feder	271 609 €	48 410 €	223 199 €	461,1%
FF 482 - Outros Fundos Europeus	100 300 €	86 428 €	13 872 €	16,1%
FF 488 - transição de saldos- Fundos Europeus	17 €	17 €	0 €	-0,1%
<b>Total</b>	<b>27 576 552 €</b>	<b>20 895 414 €</b>	<b>6 681 138 €</b>	<b>32,0%</b>

Este aumento reflete, essencialmente, a evolução positiva: i) das receitas de impostos 34,7% (5.907.295 euros) e ii) das receitas próprias 78,1% (389.988 euros) e iii) das receitas provenientes de fundos comunitários (237.072 euros).

A explicação para este aumento, está relacionada com: i) no caso de receitas de impostos, com transferências de verbas para suportar o pagamento do subsídio de compensação e com a entrada de magistrados, funcionários e trabalhadores; ii) no caso da receita



própria, com o regresso gradual da atividade à normalidade quotidiana em resultado da pandemia da doença COVID-19 que fez aumentar a procura dos serviços de apostilas e com o reembolso, por parte da seguradora Lusitânia, dos montantes correspondentes ao pagamento das remunerações da procuradora-geral adjunta Paula Peres; e iii) no caso dos fundos comunitários, com o desenvolvimento da atividade, nomeadamente com a finalização do “software”, do projeto “+ SIM – Simplificação, Interação e Modernização do Relacionamento com o Cidadão Através da Plataforma Digital”.

Analisando a evolução da receita ao longo dos últimos 5 anos (2017- 2021) através dos valores evidenciados no quadro que seguidamente se apresenta, verifica-se um crescimento médio de 13%/ano, com especial destaque para receitas de impostos.

#### Evolução da receita cobrada 2017-2021

	Euros				
Financiamento	2017	2018	2019	2020	2021
FF-311 - Receitas de Impostos	13 101 043	14 996 468	15 259 732	17 041 119	22 948 414
FF-513- - Receitas Próprias	578 754	617 694	698 056	499 308	889 297
FF-522 - Transição de Saldos - Receitas Próprias	180 559	1 069 648	1 543 642	1 808 137	1 993 812
FF-541 - Transferências de Outros Organismos	2 877 363	654 991	892 386	792 108	950 000
<b>Soma Funcionamento</b>	<b>16 737 719</b>	<b>17 338 802</b>	<b>18 393 816</b>	<b>20 140 672</b>	<b>26 781 523</b>
Comparticipação Nacional	23 754	664 927	255 076	591 299	357 382
Saldos transitados-Comparticipação Nacional	0	9 626	25 874	28 588	65 722
Comparticipação Comunitária	54 462	1 191 349	447 780	134 838	371 909
Saldos transitados-Comparticipação Comunitária	0	19 029	126 079	17	17
<b>Soma Investimento</b>	<b>78 216</b>	<b>1 884 931</b>	<b>854 809</b>	<b>754 742</b>	<b>795 030</b>
<b>Total</b>	<b>16 815 935</b>	<b>19 223 733</b>	<b>19 248 625</b>	<b>20 895 414</b>	<b>27 576 553</b>

#### 3.9.2.1.2. Despesa

Comparativamente com o período homólogo do ano anterior e conforme se verifica da leitura dos valores apresentados no quadro infra, a despesa cresceu 7.318.755 euros (39,2%), sendo que a despesa de funcionamento aumentou 7.362.218 euros (40,9%) e a despesa de investimento decresceu 43.463 euros (-6,3%).



### Orçamento de Despesa 2021/2020

Euros

Descrição	2021	2020	Variação	Variação %
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	(4)=((1)/(2)-1)
01 - Despesas com Pessoal	22 478 131 €	15 439 549 €	7 038 582 €	45,6%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	2 659 199 €	2 299 165 €	360 034 €	15,7%
04 - Transferências correntes	8 844 €	10 822 €	-1 978 €	-18,3%
06 - Outras despesas correntes	8 935 €	9 251 €	-316 €	-3,4%
07 - Aquisição de Bens de Capital	195 592 €	229 697 €	-34 105 €	-14,8%
<b>Soma Funcionamento</b>	<b>25 350 702 €</b>	<b>17 988 484 €</b>	<b>7 362 218 €</b>	<b>40,9%</b>
01 - Despesas com Pessoal	0 €	578 €	-578 €	-100,0%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	622 380 €	296 063 €	326 317 €	110,2%
07 - Aquisição de Bens de Capital	23 159 €	392 361 €	-369 202 €	100,0%
<b>Soma Investimento</b>	<b>645 539 €</b>	<b>689 002 €</b>	<b>-43 463 €</b>	<b>-6,3%</b>
<b>Total</b>	<b>25 996 241 €</b>	<b>18 677 486 €</b>	<b>7 318 755 €</b>	<b>39,2%</b>

Ao nível do orçamento de funcionamento, este resultado é explicado, essencialmente, pelo incremento das despesas com o pessoal, no montante de 7.038.582 euros (45,6%) e pelas despesas com aquisição de bens e serviços, no valor de 360.034 euros (15,7%).

O aumento de despesas com o pessoal resulta, em grande medida, do facto de: i) os magistrados que, até ao final do ano de 2020, exerciam funções em regime de destacamento terem passado a exercer funções em regime de comissão de serviço, passando a ser abonados pelo orçamento da PGR; ii) termos começado a suportar os encargos com o subsídio de compensação de todos os magistrados em exercício de funções na PGR; iii) o número de magistrados, funcionários e trabalhadores a quem a PGR passou a suportar as remunerações ter aumentado<sup>1</sup>.

O aumento das despesas com a aquisição de bens e serviços está relacionado com o regresso gradual da atividade económica à normalidade.

<sup>1</sup> Magistrados, Técnicos superiores, oficiais de justiça, órgãos de polícia criminal.



Quanto ao orçamento de investimento, registou-se um aumento de despesas com “aquisição de bens e serviços” devido, essencialmente, à conclusão do desenvolvimento do *software* do projeto “+ SIM”<sup>2</sup> e um decréscimo de despesa com a “aquisição de bens de capital” fruto de um maior investimento, no ano anterior, com a conclusão de alguns projetos, especialmente do “Secklinkplus” e do atraso, devido à situação pandémica, de fornecimento de alguns bens comprados no âmbito do projeto “+Sim”, no montante de 135.248, 55 euros<sup>3</sup>.

Durante o ano de 2021, as despesas associadas à implementação das medidas relacionadas com a mitigação da doença Covid 19<sup>4</sup>, sofreram um acréscimo de 4.124 euros. Se considerarmos o acumulado de 2020/2021, perfazem um total de 54.172 euros.

Analisando o quadro que seguidamente se apresenta, verifica-se que a evolução da despesa nos últimos 5 anos (2017- 2021), sofreu um crescimento médio na ordem dos 13,4%/ano, influenciado pelo incremento das despesas com o pessoal.

#### Evolução da despesa 2017-2021

Euros

Agrupamentos de Despesa	Execução 2017	Execução 2018	Execução 2019	Execução 2020	Execução 2021
01 - Despesas com Pessoal	13 101 043	13 187 801	13 767 036	15 439 549 €	22 478 131 €
02 - Aquisição de Bens e Serviços	2 284 412	2 333 701	2 476 259	2 299 165 €	2 659 199 €
04 - Transferencias correntes	6 500	6 000	7 200	10 822 €	8 844 €
06 - Outras despesas correntes	14 046	6 150	8 568	9 251 €	8 935 €
07 - Aquisição de Bens de Capital	262 070	261 508	326 616	229 697 €	195 592 €
<b>Soma Funcionamento</b>	<b>15 668 071</b>	<b>15 795 160</b>	<b>16 585 679</b>	<b>17 988 484</b>	<b>25 350 701</b>
01 - Despesas com Pessoal				578	0
02 - Aquisição de Bens e Serviços	49 561	692 229	659 243	296 063	622 380
07 - Aquisição de Bens de Capital	0	1 040 750	166 962	392 361	23 159
<b>Soma Investimento</b>	<b>49 561</b>	<b>1 732 979</b>	<b>826 205</b>	<b>689 002</b>	<b>645 540</b>
<b>Total</b>	<b>15 717 632 €</b>	<b>17 528 139 €</b>	<b>17 411 884 €</b>	<b>18 677 486 €</b>	<b>25 996 241 €</b>

<sup>2</sup> No ano de 2021, o montante executado ascendeu a 535.238,93 euros, ao qual acresce 127.579,53 euros pagos no ano de 2020, num total de 662.818,46 euros.

<sup>3</sup> Servidores e gavetas de expansão.

<sup>4</sup> Géis, luvas, máscaras, viseiras, VPN's



Ao nível dos projetos de investimento, a PGR, reconhecendo as dificuldades orçamentais existentes, mas tendo a noção de que é importante continuar a investir para melhorar a sua operacionalidade tem vindo apostar em projetos com financiamentos comunitários, como fonte de receitas.

Como podemos verificar no quadro que seguidamente se apresenta, entre os anos de 2017 e de 2021, a PGR contratualizou vários projetos de investimento, num total 5.099.981,35 euros, cofinanciados por fundos europeus, tendo pago 3.943.285,94 euros.

### Projetos com financiamento comunitário

Euros

Designação	Início	Fim	Montante candidatura Aprovada	Financiamento		Montante Pago 2017 a 2021		
				Nac. %	Comum. %	Total	Nac.	Comum.
Atendimento Eletrónico ao Cidadão (AEC)	01/04/2017	30/03/2019	881 158,37 €	43%	57%	699 294,59 €	294 417,28 €	404 877,31 €
SIC-MP	01/01/2017	30/11/2019	999 462,00 €	25%	75%	955 389,50 €	286 081,95 €	669 307,55 €
Laboratório Forense	06/12/2016	21/06/2018	676 198,97 €	20%	80%	749 255,66 €	283 751,59 €	465 504,07 €
Ethos-Criminalidade Económica Financeira e Corrupção	01/09/2016	30/09/2018	213 000,00 €	25%	75%	164 051,08 €	46 776,67 €	117 274,41 €
EXEC	01/02/2018	31/01/2020	155 348,01 €	20%	80%	43 577,20 €	4 698,84 €	38 878,36 €
Evidence2e-Codex	15/02/2018	15/11/2019	27 984,00 €	21%	79%			
Seclinkplus	16/09/2019	30/09/2020	546 656,00 €	25%	75%	558 599,22 €	394 602,44 €	163 996,78 €
+sim	01/06/2019	30/09/2022	1 000 000,00 €	43%	57%	662 818,46 €	342 799,64 €	320 018,82 €
PT-evidence	15/11/2019	12/11/2021	474 674,00 €	25%	75%	97 140,97 €	9 999,99 €	87 140,98 €
Capacitação de Ativos	01/03/2020	30/09/2022	125 500,00 €	25%	75%	13 159,26 €		13 159,26 €
<b>Total</b>			<b>5 099 981,35 €</b>			<b>3 943 285,94</b>	<b>1 663 128,40</b>	<b>2 280 157,54</b>

### 3.9.2.1.3. Saldo Orçamental

O saldo de operações orçamentais, de 2021, a transitar para a gerência seguinte, ascende a 1.738.688,72 euros.



### 3.9.2.2. Ótica patrimonial

#### 3.9.2.2.1. Balanço

##### Balanço - Ativo 2021/2020

Euros

RUBRICAS	2021	2020
ATIVO		
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis	1 469 014,63	1 762 384,30
Ativos intangíveis	1 269 193,36	1 331 336,22
<b>Ativo não corrente</b>	<b>2 738 207,99</b>	<b>3 093 720,52</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários		
Outras contas a receber	2 863 642,14	2 527 503,66
Diferimentos	368 845,92	288 170,55
Caixa e depósitos	2 376 241,22	2 542 647,54
<b>Ativo corrente</b>	<b>5 608 729,28</b>	<b>5 358 321,75</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>8 346 937,27</b>	<b>8 452 042,27</b>

O montante inerente ao ativo líquido situou-se nos 8.346.937,27 euros, (-1,2% - 105 mil euros) e é inferior ao registado no ano anterior. A estrutura do ativo encontra-se evidenciada no quadro apresentado supra.

O ativo não corrente evidenciou um decréscimo global de 355.512,53 euros, tanto em ativos fixos tangíveis (-293.369,67), como em ativos intangíveis (-62.142,86), derivado ao facto de as aquisições terem sido inferiores às depreciações.

Ao nível dos ativos fixos tangíveis, as aquisições ascenderam a 278.911,59 euros, sendo que 271.843,43 € são referentes a equipamento administrativo.

Os investimentos realizados em ativos intangíveis (550.881,74€) estão fortemente associados ao desenvolvimento de sistemas de informação, no âmbito do projeto cofinanciado "+ Sim" (535.238,93 euros).



O ativo corrente registou um aumento de 4,7% (250.407,53 euros) em resultado: i) no sentido positivo, do incremento da rubrica de “diferimentos” (80.673,37 euros)<sup>5</sup>; do acréscimo da rubrica “outras contas a receber” (336.138,48 euros), decorrente do acréscimo de rendimentos para fazer face às férias e subsídio de férias referentes à responsabilidade do Estado para com a entidade e ii) no sentido negativo, da diminuição da rubrica “caixa e depósitos” (-166.406,32 euros).

**Balço - Património líquido e passivo 2021/2020**

Euros

RUBRICAS	2021	2020
Património/Capital	1 896 168,02	1 896 168,02
Resultados transitados	2 438 392,71	1 875 297,49
Outras variações no património líquido	939 753,34	1 011 124,04
Resultado líquido do período	-680 075,89	563 095,22
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>4 594 238,18</b>	<b>5 345 684,77</b>
PASSIVO CORRENTE		
Credores transfer. E sub. Não reembolsáveis	221 706,87	158 376,58
Fornecedores	443,10	2 627,99
Estado e outros entes públicos		
Fornecedores de investimento		
Outras contas a pagar	3 530 549,12	2 896 943,38
Diferimentos		48 409,55
	3 752 699,09	3 106 357,50
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<b>8 346 937,27</b>	<b>8 452 042,27</b>

O património líquido situou-se nos 4.594.238,18 euros, tendo diminuído 14% (751.446,59 euros) face ao ano transato. Esta diferença explica-se, essencialmente, pelo resultado líquido negativo do período do relato (-680.075,89 euros).

<sup>5</sup> Nesta conta foram registados os encargos suportados em 2021, referentes ao exercício de 2022, tais como rendas de imóveis e licenças de programas informáticos de carácter plurianual.



A rubrica “outras variações no património líquido” (939.753,34 euros), respeita ao financiamento de ativos que serão reconhecidos como rendimento em exercícios futuros de acordo com as depreciação dos ativos e decorrem de subsídios aos investimentos obtidos relacionados com o financiamento de projetos comunitários.

O passivo regista um aumento na ordem dos 20,8% (646.341,59 euros). Merecem especial destaque as rubricas: i) “Credores transferências e subsídios não reembolsáveis”, com o montante 221.706,87 euros, correspondente ao saldo de “receita de impostos” a devolver ao Estado, sendo que 158.376,58 euros correspondem ao ano de 2020 e 63.330,29 euros ao ano de 2021<sup>6</sup>; ii) “Outras contas a pagar” onde foram contabilizados os acréscimos de gastos respeitantes a remunerações a liquidar referentes a férias e subsídio de férias da responsabilidade do Estado para com o organismo<sup>7</sup> (2.863.642,14 euros) e o reconhecimento do valor dos projetos cofinanciados já contratualizados e ainda por receber (203.269,15 euros) e iii) A redução das rubricas de “fornecedores”, evidenciando um esforço de cumprimento das obrigações e de não transição de compromissos para o ano seguinte.

Os dados apresentados entre as páginas 51 e 58 do presente relatório, referentes aos recursos financeiros, foram elaborados pela Unidade de Administração Geral e integram o Relatório de Gestão, de 2021.

---

<sup>6</sup> Aguarda-se informação, por parte da Direção-Geral do Orçamento, de como proceder para efetuar a devolução.

<sup>7</sup> Está registado igual montante do lado do ativo em outras contas a receber.



### **3.9.3. Recursos tecnológicos**

A Divisão de Planeamento, Organização e Informática (DPOI) assegura a manutenção de um centro de dados autónomo composto pelos seguintes equipamentos:

- Dois blade center (DC e DR) num total de 20 servidores físicos;
- 3 sistemas de virtualização VMWare, um DC, que suporta 180 servidores virtuais, um DR e um para VDIs;
- 6 equipamentos com 2 níveis de firewall, sendo que são suportados por sistemas ligados em fail over cluster;
- 4 equipamentos (3 F5 e um Bluecoat) Appliance com a função de reverse proxy e WAF;
- Central telefónica digital (VOIP) com Gateway de voz (dois equipamentos em redundância);
- Sistema de videovigilância das instalações da PGR, nos três edifícios com um total de 46 equipamentos;
- Sistema de “Storage” com capacidade de armazenamento instalada de 1.1 PB, distribuídos entre discos de performance distintas (SSD e NDL –SAS) consoante a função a que se destinam;
- Sistema de backup-to-disk com diferentes níveis de retenção;
- Sistema autónomo/proprietário de correio eletrónico da PGR;
- Manutenção de uma rede informática que liga, por fibra ótica, o datacenter da PGR a 9 edifícios (Palácio Palmela, GDDC, DCIAP, DCIAP PJ, DCIAP Porto, Palácio Justica, Campus de Justica e DR Viseu), composta essencialmente por 34 equipamentos de ativos de rede, 400 postos de trabalho com computador pessoal, 190 computadores pessoais portáteis e mais de 40 equipamentos multifuncionais e de impressão.

Assegura igualmente a manutenção dos recursos tecnológicos disponibilizados no Laboratório de Informática Forense, composto pelos seguintes equipamentos:



- Blade center com 8 servidores instalados;
- Sistema de virtualização para VDI's (VMWare Horizon) suportado por 3 servidores físicos;
- Sistema de virtualização (Hyper-V) suportado por 2 servidores físicos;
- Sistema de "Storage" com capacidade de armazenamento instalada de 240 TB, distribuídos entre discos de performance distintas (SSD e NL -SAS) consoante a função a que se destinam;
- Sistema backup-to-tape com diferentes níveis de retenção;
- Manutenção da rede informática que fornece serviços aos utilizadores do LIF.



### **3.10. Instalações**

A Procuradoria-Geral da República desenvolve a sua atividade em 4 edifícios, situados em Lisboa, com a seguinte localização:

O Palácio Palmela, sito na Rua da Escola Politécnica, onde estão instalados a Procuradora-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Gabinete da Procuradora-Geral da República, o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, a Secretária-Geral da Procuradoria-Geral da República, o Gabinete da Família, da Criança e do Jovem e o Gabinete de Imprensa.

Junto ao Palácio, na Rua do Salitre, encontram-se instalados os recursos humanos, a administração de sistemas e redes e a ajuda informática.

As instalações do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) estão localizadas na Rua Gomes Freire.

No edifício da Rua do Vale de Pereiro estão instalados o Departamento de Cooperação Judiciária e Relações Internacionais (DCJRI), o Núcleo de Assessoria Técnica (NAT), o Departamento das Tecnologias e Sistemas de Informação (DTSI), a Divisão de Planeamento, Organização e Informática (DPOI), a Divisão de Apoio Jurídico (DAJ), a Biblioteca da PGR, os Gabinetes Cibercrime e de Acompanhamento de Projetos e o sector de traduções.

No Palácio da Justiça de Lisboa, na Rua Marquês da Fronteira, funciona o Departamento Central de Contencioso do Estado e de Interesses Coletivos e Difusos.

Os Serviços de Apostila estão localizados no Campus da Justiça, na Avenida D. João II, n.º 1.08.01, Edifício E, em Lisboa.



## 4. AVALIAÇÃO FINAL

O relatório de atividades que ora se apresenta tem como finalidade transmitir, de forma clara e objetiva, o que de mais importante se fez ao longo de 2021.

Entre a sétima e a nona página do presente documento, é evidenciada a avaliação dos objetivos incluídos no Plano Estratégico.

Com a implementação do Plano Estratégico 2019-2021, os objetivos estratégicos da SG da PGR, de carácter plurianual, foram, pela primeira vez, operacionalizados com recurso a metas quantitativas.

Analisando o QUAR de 2021 constata-se que o desempenho é considerado “Bom” com uma taxa de concretização global de objetivos de 118%. Todos os objetivos foram atingidos ou superados.

Por apresentarem uma percentagem superior de concretização, face à ponderação atribuída a cada objetivo e ainda à respetiva dimensão, foram considerados objetivos mais relevantes os que seguidamente se indicam:

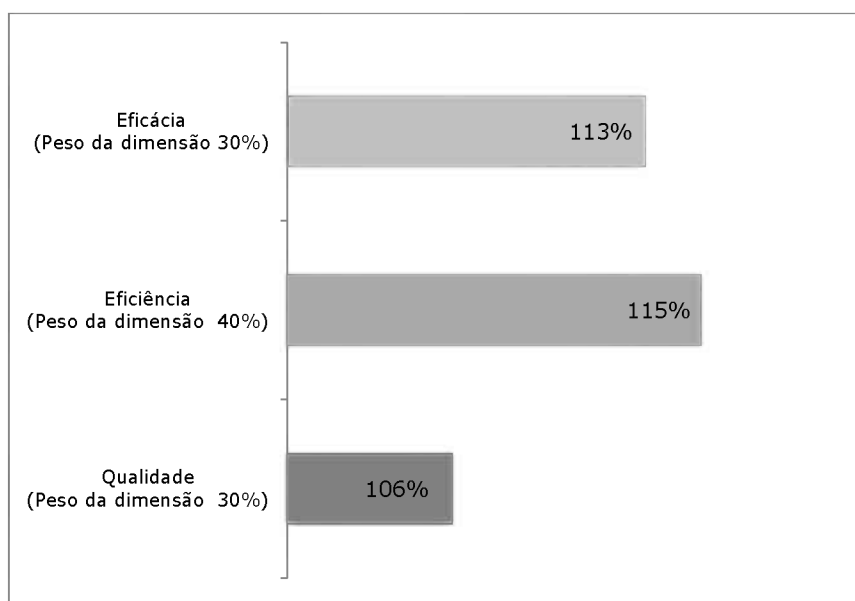
- Objetivo operacional 3 – “Promover a sustentabilidade financeira e a otimização de recursos”;
- Objetivo operacional 4 – “Assegurar um conjunto de políticas de gestão estratégica de pessoas, visando a qualificação e a competência dos trabalhadores”;
- Objetivo operacional 1 e 2 – “Reestruturar e flexibilizar processos internos de realização e suporte” e “Maximizar o nível de atividade da SG da PGR”.

Assim, como resultado da presente autoavaliação, propõe-se, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, a menção qualitativa de **Desempenho Bom** a atribuir à SG da PGR no ano de 2021.



Avaliação do Desempenho da SG da PGR				
Resultados Agregados				
Dimensão	Peso/Resultado de cada dimensão na avaliação final		Contribuição de cada dimensão	Avaliação final da SG da PGR
<b>Eficácia</b>	Peso da dimensão	30%	40%	<b>Desempenho Bom 118%</b> Atingiu todos os objectivos superando alguns.
	Resultado da	113%		
<b>Eficiência</b>	Peso da dimensão	40%	46%	
	Resultado da	115%		
<b>Qualidade</b>	Peso da dimensão	30%	32%	
	Resultado da	106%		

### Taxa de realização – Dimensões/Parâmetros de avaliação





## 5. ACRÓNÍMIA

MP	Ministério Público
PGR	Procuradoria-Geral da República
CSMP	Conselho Superior do Ministério Público
CC	Conselho Consultivo
SG	Secretaria-Geral da Procuradoria-Geral da República
DCIAP	Departamento Central de Investigação e Ação Penal
DCJRI	Departamento de Cooperação Judiciária e Relações Internacionais
NAT	Núcleo de Assessoria Técnica
DTSI	Departamento das Tecnologias e Sistemas de Informação
GC	Gabinete Cibercrime
DCCEICD	Departamento Central de Contencioso do Estado e Interesses Coletivos e Difusos
TCA's	Tribunais Centrais Administrativos
TAF's	Tribunais Administrativos e Fiscais
DSAA	Direção de Serviços de Apoio Administrativo
UAP	Unidade de Administração e Processos
DAJ	Divisão de Apoio Jurídico
NACC	Núcleo de Assessoria ao Conselho Consultivo
DDI	Divisão de Documentação e Informação
DPOI	Divisão de Planeamento, Organização e Informática
SEGA	Seção de Expediente Geral e Arquivo
SACC	Seção de Apoio ao Conselho Consultivo
SACSMMP	Seção de Apoio ao Conselho Superior do MP
SC	Seção de Contabilidade
SP	Seção de Pessoal
SPESG	Seção de Património, Económico e Serviços Gerais
RH	Recursos Humanos
PSP	Polícia de Segurança Pública
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
INA	Instituto Nacional de Administração
SIADAP	Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública
SIOE	Sistema de Informação da Organização do Estado
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
DGO	Direção-Geral do Orçamento
SIGO	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
GeRFiP	Gestão de Recursos Financeiros Partilhada
IGF	Instituto de Gestão Financeira
DGPJ	Direção-Geral da Política da Justiça
PJ	Polícia Judiciária
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
EMP	Estatuto do Ministério Público



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

# ANEXOS



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

## ***QUAR de 2021***



## QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2021

### Procuradoria-Geral da República Serviços de Apoio Técnico e Administrativo

**MISSÃO:** Assegurar o apoio técnico e administrativo, bem como o apoio geral aos órgãos e serviços que integram a Procuradoria-Geral da República ou dela dependem, nos domínios da gestão de recursos humanos, financeiros e materias, da organização e sistemas de informação e da documentação

**VISÃO:** Pretende ser um Serviço que potencia o cumprimento da missão da Procuradoria-Geral da República/Ministério Público

#### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)

**OE 1** Reforçar e aperfeiçoar o apoio aos órgãos e departamentos da Procuradoria-Geral da República/Ministério Público

**OE 2** Agilizar e simplificar processos e procedimentos

**OE 3** Melhorar a qualidade dos serviços prestados

#### OBJETIVOS OPERACIONAIS (OP)

### EFICÁCIA

Ponderação 30%

#### OP1 Reestruturar e flexibilizar processos internos de realização e suporte

Ponderação 50%

Indicadores	Meta 2020	Meta 2021	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 1.1 Data de apresentação de proposta de criação da nova base de informações jurídicas da DAJ.	N.A.	30.10.2021	15.8.2021	50%				
INDICADOR 1.2 Data de conclusão do projeto de Regulamento de Gestão Documental da PGR.	31.12.2020	31.12.2021	30.9.2021	50%				

#### OP2 Maximizar o nível de atividade dos SATA

Ponderação 50%

Indicadores	Meta 2020	Meta 2021	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 2.1 Percentagem de documentos técnicos elaborados pela DAJ no prazo definido.	80%	80%	100%	30%				
INDICADOR 2.2 Percentagem de documentos técnicos elaborados pelo NACC no prazo definido.	80%	80%	100%	30%				
INDICADOR 2.3 Percentagem dos livros de pareceres da Procuradoria-Geral da Coroa pertencentes ao Arquivo Histórico objeto de descrição arquivística (base de dados AtoM).	18%	25%	31%	40%				

### EFICIÊNCIA

Ponderação 40%

#### OP3 Promover a sustentabilidade financeira e a otimização de recursos

Ponderação 50%

Indicadores	Meta 2020	Meta 2021	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 3.1 Taxa de execução orçamental (Orçamento de funcionamento).	78%	78%	98%	30%				
INDICADOR 3.2 Taxa de reembolso dos projetos.	80%	80%	100%	30%				
INDICADOR 3.3 Taxa de execução das medidas de eficácia orçamental incluídas na proposta de OE 2021.	N.A.	80%	100%	40%				

#### OP4 Assegurar um conjunto de políticas de gestão estratégica de pessoas, visando a qualificação e a competência dos trabalhadores

Ponderação 50%

Indicadores	Meta 2020	Meta 2021	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 4.1 Taxa de execução do Plano de Formação.	80%	80%	100%	30%				
INDICADOR 4.2 Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao total de trabalhadores.	70%	80%	100%	30%				
INDICADOR 4.3 Percentagem de trabalhadores com processo de valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do processo de avaliação do desempenho.	N.A.	80%	100%	40%				

### QUALIDADE

Ponderação 30%

#### OP5 Melhorar a qualidade dos serviços prestados

Ponderação 50%

Indicadores	Meta 2020	Meta 2021	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 5.1 Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	80%	80%	100%	30%				
INDICADOR 5.2 Nível médio de satisfação relativo ao apoio geral prestado aos órgãos e serviços que integram a PGR ou que dela diretamente dependem (Escala de 1 a 5).	4	4	5	40%				
INDICADOR 5.3 Percentagem de utilizadores da Unidade de Administração e Processos que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	N.A.	80%	100%	30%				

#### OP6 Promover medidas que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores afetos aos SATA da PGR.

Ponderação 50%

Indicadores	Meta 2020	Meta 2021	Valor crítico	Peso	Realizado	Taxa de realização	Classificação	Desvio
INDICADOR 6.1 Número de iniciativas de responsabilidade social com participação de trabalhadores.	N.A.	2	3	100%				



## QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2021

### Procuradoria-Geral da República Serviços de Apoio Técnico e Administrativo

#### Meios disponíveis

##### Recursos Humanos

Carreiras	N.º de trabalhadores	Pontuação	Pontos Planeados	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes - Direção superior	2	8	16		
Dirigentes - Direção intermédia	4	5	20		
Técnico Superior	29	4	116		
Informática	16	4	64		
Coordenador Técnico	5	3	15		
Assistente Técnico	36	2	72		
Assistente Operacional	6	2	12		
Oficial de Justiça	6	3	18		
Outros	2	3	6		
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>34</b>	<b>339</b>		

Orçamento (Euros)	Inicial	Corrigido	Realizado	Desvio
Funcionamento	18 968 342	17 929 786		
PIDDAC	1 705 421	1 705 421		
<b>Total</b>	<b>20 673 763</b>	<b>19 635 207</b>		

Indicadores	Fontes de Verificação
INDICADOR 1.1 Data de apresentação de proposta de criação da nova base de informações jurídicas da DAJ.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 1.2 Data de conclusão do projeto de Regulamento de Gestão Documental da PGR.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 2.1 Percentagem de documentos técnicos elaborados pela DAJ no prazo definido.	Relatório de situação elaborado pelo responsável da unidade orgânica e submetido à Direção Superior.
INDICADOR 2.2 Percentagem de documentos técnicos elaborados pelo NACC no prazo definido.	Relatório de situação elaborado pelo responsável da unidade orgânica e submetido à Direção Superior.
INDICADOR 2.3 Percentagem dos livros de pareceres da Procuradoria-Geral da Coroa pertencentes ao Arquivo Histórico objeto de descrição arquivística (base de dados AtoM).	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 3.1 Taxa de execução orçamental (Orçamento de funcionamento).	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 3.2 Taxa de reembolso dos projetos.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 3.3 Taxa de execução das medidas de eficácia orçamental incluídas na proposta de OE 2021.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 4.1 Taxa de execução do Plano de Formação.	Plano de Formação, de 2021. Ficheiro de acompanhamento.
INDICADOR 4.2 Percentagem de trabalhadores que recebem formação, face ao total de trabalhadores.	Relatório de Formação, de 2021. Ficheiro de acompanhamento.
INDICADOR 4.3 Percentagem de trabalhadores com processo de valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do processo de avaliação do desempenho.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).
INDICADOR 5.1 Percentagem de utilizadores da Biblioteca (internos ou externos) que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	Processo documental com análise da avaliação feita pelos utilizadores da Biblioteca - Resultados dos inquéritos.
INDICADOR 5.2 Nível médio de satisfação relativo ao apoio geral prestado aos órgãos e serviços que integram a PGR ou que dela diretamente dependem (Escala de 1 a 5) - Resultados dos inquéritos.	Processo documental com análise da avaliação feita pelos órgãos e serviços que integram a PGR ou que dela diretamente dependem (Escala de 1 a 5) - Resultados dos inquéritos.
INDICADOR 5.3 Percentagem de utilizadores da Unidade de Administração e Processos que avaliam os serviços prestados com 4 e 5 (Escala de 1 a 5).	Processo documental com análise da avaliação feita pelos utilizadores da Unidade de Administração e Processos - Resultados dos inquéritos.
INDICADOR 6.1 Número de iniciativas de responsabilidade social com participação de trabalhadores.	Despacho sobre informação. Sistema de registo interno (numerado/datado).



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

# ***Inquérito de satisfação aos utilizadores do Serviço de Apostila***



## **QUESTIONÁRIO DE SATISFAÇÃO AOS UTILIZADORES DO SERVIÇO DE APOSTILAS**

Instruções de resposta ao questionário:

A procura de melhoria contínua, com vista a uma cada vez melhor prestação de serviços públicos, é o principal compromisso estabelecido pelos serviços de Apoio Técnico e Administrativo da PGR.

Por conseguinte, a sua opinião é fundamental para que possamos oferecer um atendimento cada vez mais eficaz.

Não há respostas certas ou erradas, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Este questionário é de natureza voluntária, confidencial e anónima.

A sua opinião é muito importante para prestarmos um serviço de qualidade.

### **1 – Dados pessoais do utente**

- Idade  anos

- Sexo  F/M

- Habilitações

- Profissão

- Utilizador:  habitual  ocasional



Preencha, sempre que possível, de 1 a 5.

1→Sem opinião 2→Muito insatisfeito/a 3→Insatisfeito/a 4→Satisfeito/a 5→Muito satisfeito/a

## 2 – Instalação do serviço

	1	2	3	4	5
- Conforto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Acessibilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Horário de atendimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## 3 – Qualidade do serviço

- Formulário (clareza)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Informações e esclarecimentos prestados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Prazo de satisfação do pedido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Formas de pagamento da apostila	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Custo da apostila	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



#### **4 – Avaliação do trabalhador**

- Competência

- Correção

- Isenção

#### **5 – Avaliação global**

- Avaliação global

#### **6 – Sugestões**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Terminou o preenchimento deste questionário.

Obrigado pela colaboração.



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

# ***Inquérito de satisfação aos utilizadores da Biblioteca da PGR***

## Biblioteca da Procuradoria-Geral da República - Inquérito de Satisfação

A Biblioteca da Procuradoria-Geral da República gostaria de conhecer a opinião dos seus leitores sobre os serviços que presta. Esse conhecimento é indispensável para a introdução de melhorias e para a prestação de um serviço de qualidade.

Agradecemos desde já o tempo que queira reservar ao preenchimento deste inquérito de satisfação.

É garantido o anonimato dos dados recolhidos.

Título da imagem



Leitor \*

Interno (PGR, GDDC, DCIAP ou NAT)

Externo

**Género \***

Feminino

Masculino

**Idade \***

< 25 anos

25 a 40 anos

40 a 55 anos

> 55 anos

**Nacionalidade \***

Portuguesa

Brasileira

Outra opção...

**Residência \***

Lisboa (cidade)

Lisboa (área metropolitana)

- Em Portugal, mas não em Lisboa
- Fora de Portugal

### Habilitações académicas \*

(Último grau concluído)

- 12.º ano
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

### Atividade profissional \*

(escolha a mais relevante)

- Magistrado
- Advogado
- Docente universitário / Investigador
- Funcionário da A.P.
- Estudante
- Outra opção...

Exerce funções numa biblioteca ou centro de documentação?

Sim

Não

### Finalidade da utilização da biblioteca

(escolha a mais relevante)

Investigação / Trabalho académico

Atividade profissional

Empréstimo inter-bibliotecário

Outra opção...

### Há quantos anos é utilizador da biblioteca?

Há menos de 1 ano

Entre 1 ano e 5 anos

Há mais de 5 anos

### Utiliza habitualmente outras bibliotecas jurídicas?

Sim

Não

### A biblioteca da PGR e as outras bibliotecas jurídicas

Utilizo apenas a biblioteca da PGR

Utilizo preferencialmente a biblioteca da PGR

Utilizo preferencialmente outras bibliotecas

Com que frequência utilizou a biblioteca da PGR no último ano?

Não utilizei a biblioteca da PGR no último ano

Apenas uma vez

> 1 < 5

> 5

Porque razão utiliza a biblioteca da PGR?

(selecione todas as aplicáveis)

Boa localização

Sistema de empréstimos

Conteúdo do catálogo

Serviços prestados

Outra opção...

O que procura, preferencialmente, na biblioteca da PGR?

(selecione todas as aplicáveis)

Edições estrangeiras

Edições portuguesas

Publicações periódicas

Monografias

Outra opção...

Além de obras e publicações em português, tem preferência por obras e

(selecione todas as aplicáveis)

Inglês

Francês

Espanhol

Italiano

Alemão

Outra opção...

Preencheu o inquérito de satisfação de 2018?

Sim

Não

Não me recordo

Grau de satisfação

Descrição (opcional)

### Grau de satisfação - sala de leitura

(avaliar a funcionalidade e o conforto da sala de leitura)

	1	2	3	4	5	
Muito insatisfeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito satisfeito

### Grau de satisfação - acervo bibliográfico

(avaliar a qualidade e extensão do acervo bibliográfico da biblioteca)

	1	2	3	4	5	
Muito insatisfeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito satisfeito

### Grau de satisfação - base de dados do catálogo

(avaliar a facilidade de utilização da base de dados da biblioteca, tal como disponibilizada na internet)

	1	2	3	4	5	
Muito insatisfeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito satisfeito

### Grau de satisfação - empréstimo de obras

(avaliar a funcionalidade do sistema de requisição e de empréstimo de obras)

	1	2	3	4	5	
Muito insatisfeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito satisfeito

### Grau de satisfação - qualidade do atendimento

(avalie a qualidade do trabalho dos colaboradores da biblioteca e o nível de atendimento)

	1	2	3	4	5	
Muito insatisfeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito satisfeito

### Grau de satisfação - qualidade global do serviço

(avalie a qualidade global do serviço prestado pela biblioteca)

	1	2	3	4	5	
Muito insatisfeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito satisfeito

### Comentários e sugestões

Descrição (opcional)

Dê-nos a conhecer os seus comentários ou sugestões, para que possamos melhorar a qualidade dos serviços prestados

Texto de resposta longa

---



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

# ***Balanço Social de 2021***



# BALANÇO SOCIAL | 2021

**Procuradoria-Geral da República**  
Serviços de Apoio Técnico e Administrativo



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Procuradoria-Geral da República  
Rua da Escola Politécnica, 140  
1269-269 Lisboa  
Tel. +351 213 921 900  
correiopgr@pgr.pt  
www.ministeriopublico.pt

**Título** | Balanço Social 2021

**Edição** | Procuradoria-Geral da República

**Secretária-Geral da PGR** | Ana Cristina Vicente

# BALANÇO SOCIAL | 2021

**Procuradoria-Geral da República**  
Serviços de Apoio Técnico e Administrativo



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
PORTUGAL

---

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA





## ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL.....	3
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	5
ÍNDICE DE QUADROS.....	5
SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	7
1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
2. CARACTERIZAÇÃO DA PGR.....	11
<b>2.1. Estrutura</b> .....	<b>11</b>
<b>2.2. Competência</b> .....	<b>13</b>
3. RECURSOS HUMANOS.....	15
<b>3.1. Mapas de pessoal e modalidades de vinculação</b> .....	<b>15</b>
<b>3.2. Trabalhadores segundo o grupo/cargo/carreira</b> .....	<b>17</b>
<b>3.3. Trabalhadores segundo o género</b> .....	<b>20</b>
<b>3.4. Estrutura etária</b> .....	<b>21</b>
<b>3.5. Estrutura de antiguidade</b> .....	<b>23</b>
<b>3.6. Estrutura habilitacional</b> .....	<b>24</b>
<b>3.7. Trabalhadores portadores de deficiência</b> .....	<b>26</b>
<b>3.8. Admissão e regresso de trabalhadores</b> .....	<b>26</b>
<b>3.9. Saída de trabalhadores</b> .....	<b>27</b>
<b>3.10. Mudança de situação profissional</b> .....	<b>29</b>
<b>3.11. Duração e organização do horário de trabalho</b> .....	<b>30</b>
<b>3.12. Trabalho suplementar</b> .....	<b>31</b>
<b>3.13. Absentismo</b> .....	<b>33</b>
<b>3.14. Greve</b> .....	<b>34</b>
4. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA E ENCARGOS COM PESSOAL.....	35
<b>4.1. Estrutura remuneratória</b> .....	<b>35</b>
<b>4.2. Encargos com pessoal</b> .....	<b>37</b>
5. HIGIENE E SEGURANÇA.....	40
<b>5.1. Acidentes de trabalho</b> .....	<b>40</b>
<b>5.2. Encargos com atividades de segurança e saúde no trabalho</b> .....	<b>40</b>

6. FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	42
<b>6.1. Formação realizada .....</b>	<b>42</b>
<b>6.2. Carga horária e tempo despendido em formação .....</b>	<b>44</b>
<b>6.3. Encargos com a formação .....</b>	<b>45</b>
7. RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA.....	46
<b>7.1. Relações profissionais .....</b>	<b>46</b>
<b>7.2. Disciplina .....</b>	<b>46</b>
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
ANEXOS .....	49
Quadro de indicadores.....	51
Quadros da DGAEP adaptados.....	7
<b>8.1. (dados referentes a 31/12/2021).....</b>	<b>7</b>



## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de efetivos segundo a modalidade de vínculo .....	16
Gráfico 2 – Distribuição de efetivos por grupo/cargo/carreira .....	18
Gráfico 3 – Evolução do número de efetivos por género nos últimos três anos .....	20
Gráfico 4 – Número de efetivos por grupo/cargo/carreira segundo o género.....	21
Gráfico 5 – Número de efetivos segundo o escalão etário e género .....	23
Gráfico 6 – Número de efetivos segundo a antiguidade e género.....	24
Gráfico 7 – Percentagem de efetivos segundo o nível de habilitações.....	25
Gráfico 8 – Número de efetivos segundo o nível de habilitações e género .....	26
Gráfico 9 – Mudança de situação dos trabalhadores, por categoria .....	29
Gráfico 10 – Modalidades de horário de trabalho.....	31
Gráfico 11 – Trabalho suplementar por grupo/cargo/carreira .....	32
Gráfico 12 – Número de horas de trabalho suplementar nos últimos três anos .....	32
Gráfico 13 – Número de dias de ausência por tipo de falta .....	33
Gráfico 14 – Evolução do absentismo nos últimos três anos.....	34
Gráfico 15 – Evolução da remuneração base e suplementos remuneratórios nos últimos três anos.....	37
Gráfico 16 – Encargos com pessoal .....	37
Gráfico 17 – Evolução dos encargos com pessoal nos últimos três anos .....	39
Gráfico 18 – Evolução dos acidentes em serviço e de dias de baixa nos últimos três anos.	40
Gráfico 19 – Evolução do número de ações de formação nos últimos três anos .....	43
Gráfico 20 – Número de participantes e de participações por cargo/grupo/carreira .....	44
Gráfico 21 – Número de horas despendidas em formação por cargo/grupo/carreira .....	45

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Número de efetivos por mapa de pessoal.....	15
Quadro 2 – Evolução das modalidades de vínculo nos últimos três anos .....	17
Quadro 3 – Admissões e regressos segundo a ocupação do posto de trabalho e género...	27
Quadro 4 – Saídas de trabalhadores segundo o motivo e género.....	28
Quadro 5 – Estrutura remuneratória segundo escalão e género .....	35





## SIGLAS E ACRÓNIMOS

AR	ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
CGA	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES
DCIAP	DEPARTAMENTO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL
DCCEID	DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS E DIFUSOS
DCJRI	DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E RELEÇÕES INTERNACIONAIS
DGAEP	DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO
DPOI	DIVISÃO DE PLANEAMENTO, ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA
DSAA	DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
DTSI	DEPARTAMENTO DAS TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
EMP	ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
GCSI	GABINETE DE COORDENAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
GDDC	GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO
GERFIP	GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM MODO PARTILHADO
GNR	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
LTFP	LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS
MAI	MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
MC	MINISTÉRIO DA CULTURA
MJ	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
MS	MINISTÉRIO DA SAÚDE
NAT	NÚCLEO DE ACESSORIA TÉCNICA
PGR	PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PJ	POLÍCIA JUDICIÁRIA
PSP	POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
RCTFP	REGIME DO CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS
SATA	SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO
SEF	SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS
SIADAP	SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SIMP	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SRH	SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS
STA	SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO
STJ	SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
TC	TRIBUNAL DE CONTAS
UAG	UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL





## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Balanço Social constitui, a par do Plano Estratégico, do Plano de Atividades, do Relatório de Atividades e do QUAR, um instrumento de informação, planeamento, organização e apoio à gestão de recursos humanos, inserindo-se no ciclo anual de gestão, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

O Balanço Social de 2021, da Procuradoria-Geral da República (PGR) congrega os dados dos Órgãos e Serviços da PGR ou dela diretamente dependentes: Procuradora-Geral da República e o seu gabinete de apoio, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Consultivo, Auditores Jurídicos, Gabinetes de Coordenação Nacional, Secretaria-Geral, Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), Departamento das Tecnologias e Sistemas de Informação (DTSI), Departamento de Cooperação Judiciária e Relações Internacionais (DCJRI), Departamento Central de Contencioso do Estado e Interesses Coletivos e Difusos (DCCEID) e Núcleo de Assessoria Técnica (NAT).

Este relatório foi elaborado com base nos dados<sup>1</sup>, referentes aos trabalhadores em efetividades de funções na PGR, a 31 de dezembro de 2021, cumprindo o disposto no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, e de acordo com as orientações emanadas da Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), refletidas nos quadros anexos a este relatório.

O presente documento expressa a caracterização e evolução dos recursos humanos, sintetizando em quadros e gráficos estatísticos a informação respeitante a vários indicadores, nomeadamente, número de efetivos; modalidade de vínculo;

---

<sup>1</sup> De acordo com o carregamento do Sistema de Informação da Organização de Estado (SIOE).

fluxo de entradas e saídas; estrutura etária; estrutura habilitacional e antiguidade na Administração Pública (AP). Demonstra ainda as remunerações e encargos com pessoal; segurança e medicina no trabalho; formação profissional e relações profissionais e disciplina.

Os dados compilados foram apurados a partir da informação extraída dos mapas mensais de pessoal; dos mapas do plano anual de formação; do sistema de gestão de recursos humanos (SRH); do sistema de gestão de recursos financeiros (GeRFIP) e do sistema de registo biométrico.

A análise dos resultados obtidos, ao permitir uma visão integrada da gestão dos recursos humanos da PGR, constitui um fator de apoio na tomada de decisão superior.

Lisboa, 8 de julho de 2022

A Secretária-Geral da Procuradoria-Geral da República,

Ana Cristina Vicente  
(Procuradora da República)



## 2. CARACTERIZAÇÃO DA PGR

### 2.1. Estrutura <sup>2</sup>

A Procuradoria-Geral da República é o órgão de cúpula do Ministério Público e compreende:

- a) O Procurador-Geral da República;
- b) O Vice Procurador-Geral da República;
- c) O Conselho Superior do Ministério Público;
- d) O Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República;
- e) Os Auditores Jurídicos;
- f) Os Gabinetes de Coordenação Nacional;
- g) A Secretaria-Geral.

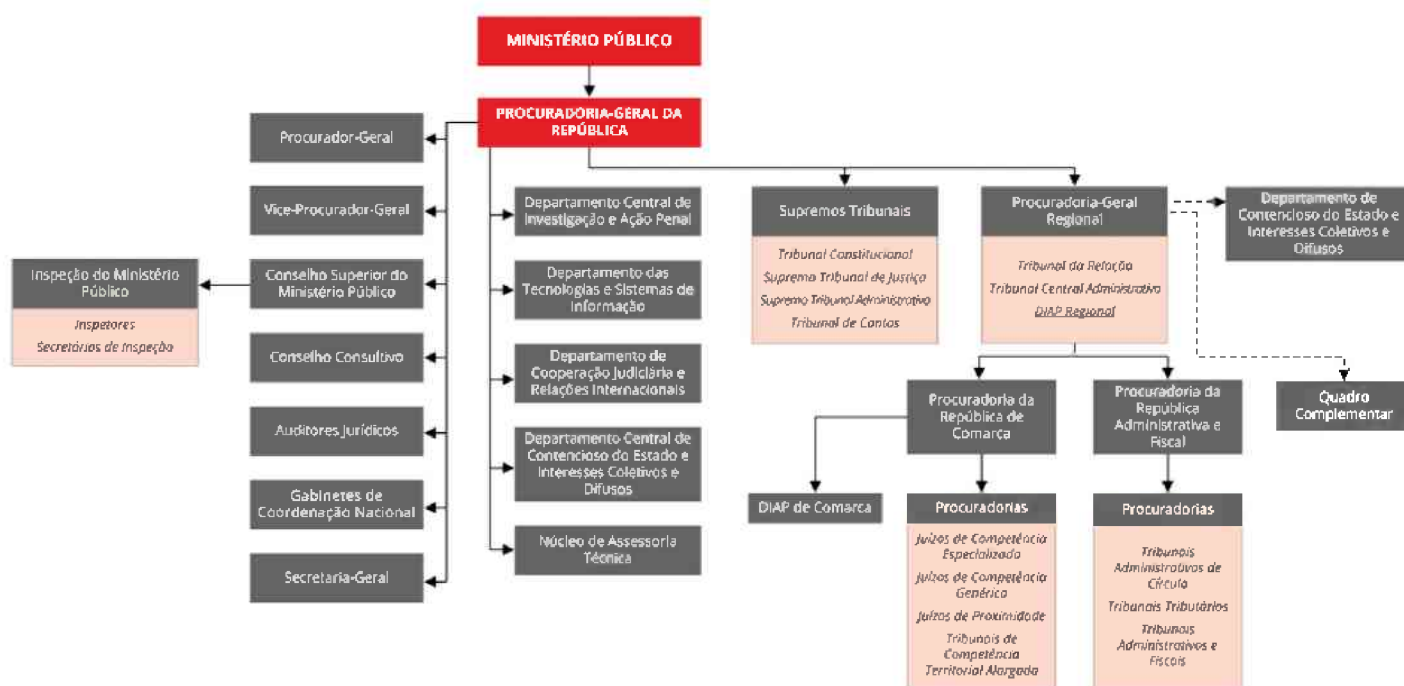
Na sua dependência funcionam os seguintes departamentos:

- h) Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP);
- i) Departamento das Tecnologias e Sistemas de Informação (DTSI);
- j) Departamento de Cooperação Judiciária e Relações Internacionais (DCJRI);
- k) Departamento Central de Contencioso do Estado e Interesses Coletivos e Difusos (DCCEID);
- l) Núcleo de Assessoria Técnica (NAT).

---

<sup>2</sup> Artigo 15º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto).

A estrutura orgânica do MP onde se inclui a PGR é a seguinte:



DIAP | Departamento de Investigação e Ação Penal



## 2.2. Competência<sup>3</sup>

Nos termos do Estatuto do Ministério Público (artigo 16.º), compete à Procuradoria-Geral da República:

- Promover a defesa da legalidade democrática;
- Nomear, colocar, transferir, promover, exonerar, apreciar o mérito profissional, exercer a ação disciplinar e praticar, em geral, todos os atos de idêntica natureza respeitantes aos magistrados do Ministério Público, com exceção do Procurador-Geral da República;
- Dirigir, coordenar e fiscalizar a atividade do Ministério Público e emitir as diretivas, ordens e instruções a que deve obedecer a atuação dos magistrados do Ministério Público no exercício das respetivas funções;
- Pronunciar-se sobre a legalidade dos contratos em que o Estado seja interessado, quando o seu parecer for exigido por lei ou solicitado pelo Governo;
- Emitir parecer nos casos de consulta previstos na lei e a solicitação do Presidente da Assembleia da República, dos membros do Governo, dos Representantes da República para as regiões autónomas ou dos órgãos de Governo próprio das regiões autónomas;
- Propor ao membro do Governo responsável pela área da justiça providências legislativas com vista ao incremento da eficiência do Ministério Público e ao aperfeiçoamento das instituições judiciais;
- Informar, por intermédio do membro do Governo responsável pela área

---

<sup>3</sup> Artigo 16.º do EMP (Lei nº 68/2019 de 27 de agosto).

da justiça, a Assembleia da República e o Governo acerca de quaisquer obscuridades, deficiências ou contradições dos textos legais;

- Fiscalizar superiormente a atividade processual dos órgãos de polícia criminal, nos termos do presente Estatuto;
- Coordenar a atividade processual dos órgãos de polícia criminal entre si, nos termos da lei;
- Decidir sobre matéria relativa aos sistemas e tecnologias de informação do Ministério Público;
- Garantir a produção estatística relativa à atividade do Ministério Público, promovendo a transparência no sistema de justiça;
- Exercer as demais funções conferidas por lei.



### 3. RECURSOS HUMANOS

#### 3.1. Mapas de pessoal e modalidades de vinculação

O mapa de pessoal da Procuradoria-Geral da República (PGR) a vigorar durante o ano de 2021, nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), previa a existência de 390 lugares.

Em 31 de dezembro de 2021, o número de efetivos era de 325,<sup>4</sup> distribuídos da seguinte forma:

Serviços	N.º de efetivos
Gabinete da PGR	11
Órgãos da PGR	60
Departamento Central de Contencioso do Estado e Interesses Coletivos e Difusos	5
Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP)	123
Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação	1
Departamento de Cooperação Judiciária e Relações Internacionais	1
Gabinete de Documentação e Direito Comparado (GDDC)	7
Serviços de Apoio Técnico e Administrativo (SATA)	99
Núcleo de Assessoria Técnica (NAT)	17
Cibercrime	1
<b>Total</b>	<b>325</b>

Quadro 1 - Número de efetivos por mapa de pessoal

<sup>4</sup> De acordo com o carregamento do Sistema de Informação da Organização de Estado (SIOE).

Quanto ao tipo de vínculo de emprego público existente na PGR, no ano de 2021, a “comissão de serviço no âmbito do LTFP”, tem uma representação de 127 trabalhadores (39.07%), seguindo-se o “contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado”, com 102 trabalhadores (31.38%). A “nomeação definitiva” integra 95 elementos, correspondendo a 29.23% do efetivo da PGR.

O cargo de Procurador-Geral da República/PGR (0,3%), é o único magistrado do MP sujeito a designação pelo poder político.

O gráfico 1 apresenta a distribuição dos efetivos, segundo a modalidade de vinculação.

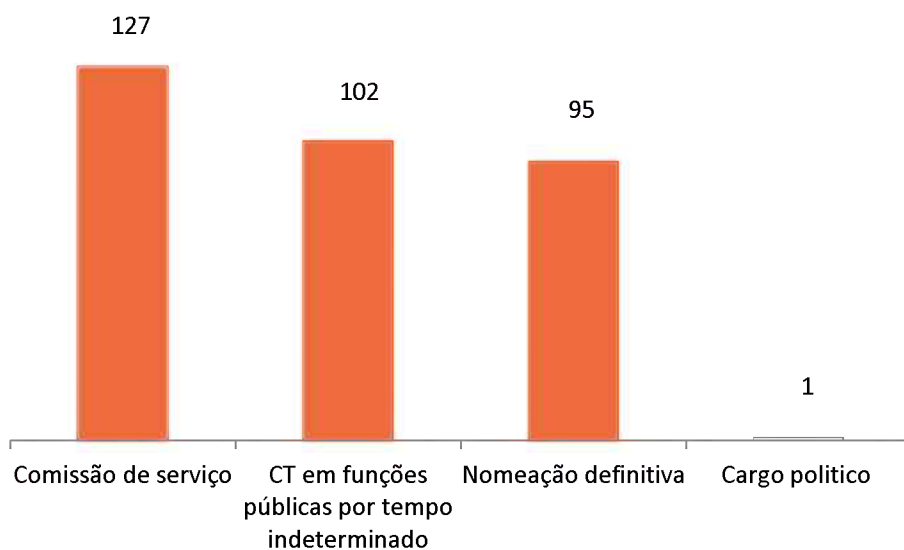


Gráfico 1 - Número de efetivos segundo a modalidade de vínculo



No quadro 2, observa-se a evolução do número de efetivos ao longo dos últimos três anos, segundo a modalidade de vinculação e o género.

Modalidade de vínculo	2019			2020			2021		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Cargo/mandato	...	1	1	...	1	1	...	1	1
Nomeação definitiva	48	40	88	59	42	101	47	48	95
CT em funções públicas por tempo indeterminado	21	74	95	23	76	99	25	77	102
Comissão de serviço	63	41	104	60	45	105	75	52	127
<b>Total</b>	132	156	288	142	164	306	147	178	325

Quadro 2 - Evolução das modalidades de vínculo nos últimos três anos<sup>5</sup>

### 3.2. Trabalhadores segundo o grupo/cargo/carreira

Quando se procede à distribuição dos 325 efetivos por grupos profissionais, obtêm-se os resultados do gráfico 2, expressos em valores absolutos e percentuais.

<sup>5</sup> Fonte: SIOE

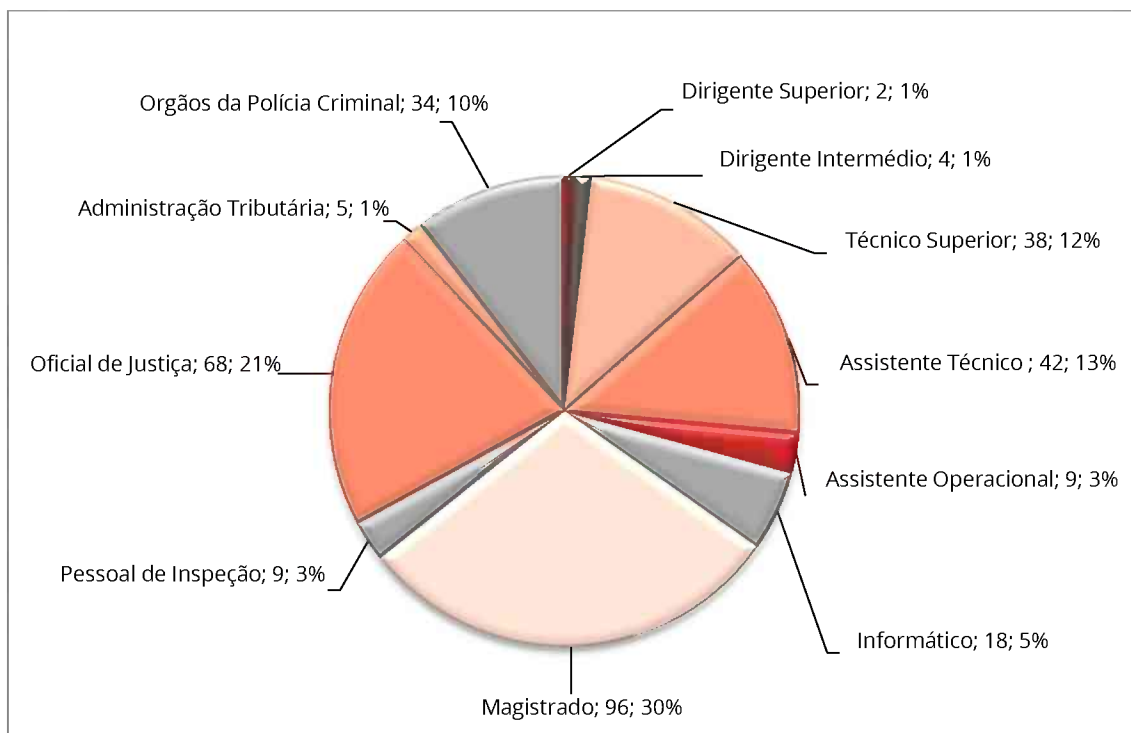


Gráfico 2 - Distribuição de efetivos por grupo/cargo/carreira

Destaca-se o grupo dos Magistrados do Ministério Público, com 96 elementos (30% dos efetivos), o que decorre, naturalmente, da natureza da missão e das competências da PGR. Este grupo abrange a Procuradora-Geral da República, o Vice-Procurador da República, os Diretores do DCIAP, do DCCEID, do DTSI, do DCJRI, os Procuradores-Gerais Adjuntos e os Procuradores da República em funções no DCIAP.

Aos cargos de direção superior e de direção intermédia correspondem um dirigente superior de 1.º grau, um dirigente superior de 2.º grau e 4 dirigentes intermédios (1 de 1.º grau e 3 de 2.º grau) o que equivale a 1,8% do total dos efetivos.

O segundo grupo mais representativo é o dos Oficiais de justiça (inclui os Secretários de Inspeção), com 68 trabalhadores, representa 20,9% dos efetivos da PGR.

Logo a seguir, com 42 trabalhadores, a carreira de Assistente técnico (inclui a categoria de Assistente técnico e Coordenador técnico) regista uma percentagem



de 12,9%. A carreira de Técnico superior é composta por 38 trabalhadores, 11,6% dos postos de trabalho ocupados.

No que respeita aos Órgãos de Polícia Criminal (OPC) regista 34 elementos, compreende o Corpo Especial da Polícia Judiciária (PJ), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR), e por último, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) o que equivale a 10,4% dos efetivos da PGR.

As carreiras de Informática, que reúnem 18 trabalhadores compreende a carreira dos Especialistas de informática e a carreira dos Técnico de informática e representam 5,5% do total de efetivos.

Os elementos pertencentes ao Pessoal de Inspeção – 9 elementos, representam 2,7% e o grupo de Administração Tributária com 5 elementos representa 1,54% do total de efetivos.

Com 9 trabalhadores, a carreira de Assistente operacional corresponde a 2,7% do total de efetivos.

### 3.3. Trabalhadores segundo o género

Em 2021, o género feminino continua a ser o mais representado, totalizando 178 efetivos, enquanto o género masculino conta com 147 elementos, conforme se observa no gráfico 3.

A taxa de feminização situa-se nos 54,7% e regista-se uma diferença impercetível relativamente à registada em 2020 (54%). Em 2019 a percentagem era (54,2%).

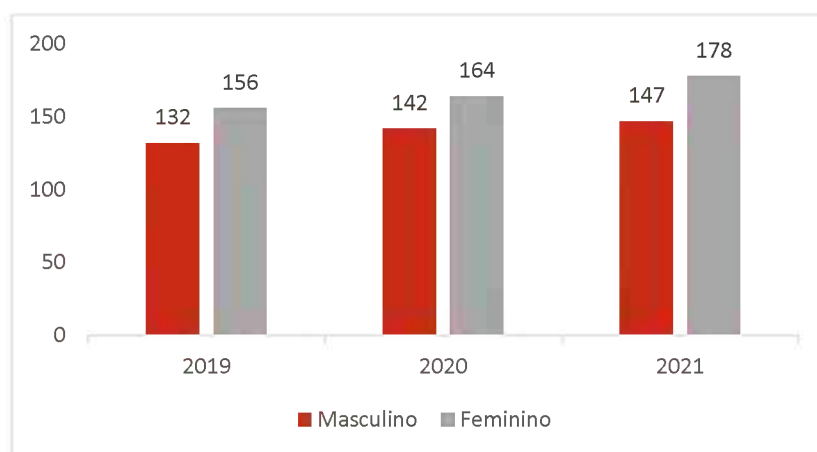


Gráfico 3 - Evolução do número de efetivos por género nos últimos três anos

A predominância do género feminino versus género masculino está patente sobretudo nas carreiras de Assistente técnico, que contem 38 trabalhadores do género feminino e 4 do género masculino. Na carreira de Técnico superior, registou-se 30 trabalhadores do género feminino e 8 do género masculino, o que revela uma acentuada assimetria na distribuição por género nas carreiras de regime geral.

Ao invés, noutros grupos profissionais é visível a supremacia masculina, nomeadamente na GNR e na PSP, cuja taxa de masculinização é respetivamente de 100% e 80%

Nos cargos de Direção superior e Direção intermédia, a taxa de masculinização é igualmente elevada (83.33%).



Na carreira de Magistrados constata-se uma ligeira superioridade da representação feminina, (51,04%).

O gráfico 4 demonstra a distribuição dos efetivos por grupo/cargo/carreira, segundo o género.

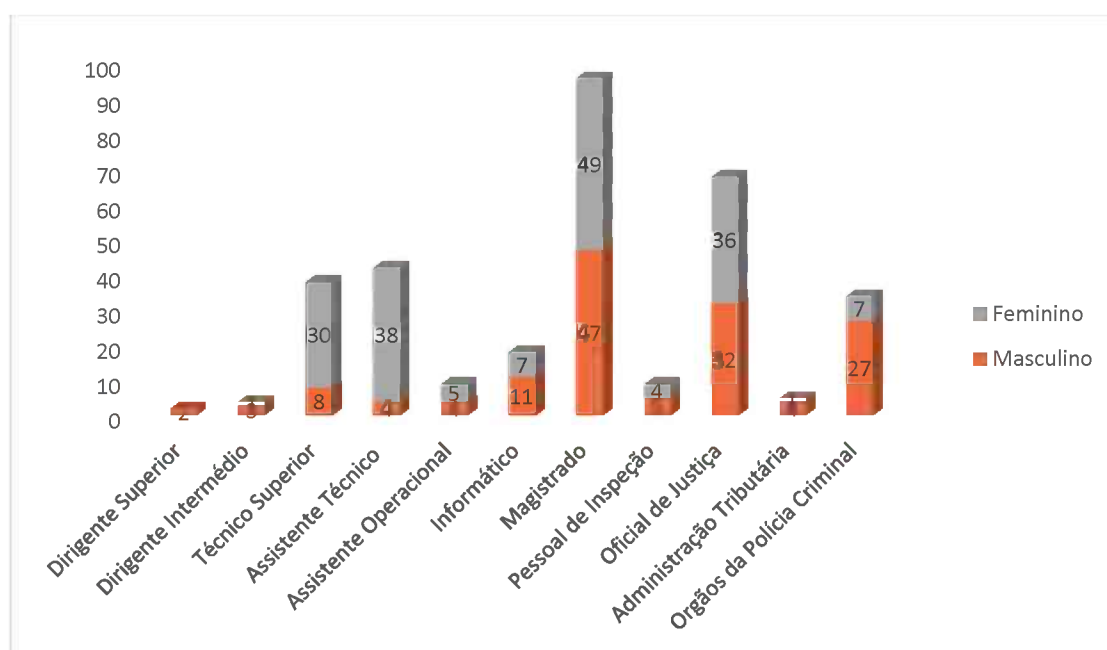


Gráfico 4 - Número de efetivos por grupo/cargo/carreira segundo o género

### 3.4. Estrutura etária

Em 31 de dezembro de 2021, os escalões etários com maior representação situam-se entre os 45 e os 49 anos, e entre os 60 e 64 anos, ambos com 78 indivíduos, concentrando 24% do efetivo da PGR.

Os escalões etários com menor número de trabalhadores são respetivamente os que se situam entre os 30-34 anos e 35-39 anos (ambos com 9 elementos a que corresponde 2,8% cada), e 65-69 anos (13 – 4 %).

O nível médio etário é de 53.44 anos, em 2020 tinha-se verificado uma média 52,86 anos e em 2019 foi de 52,87 anos.

A média de idades para os trabalhadores do género feminino é de 54,67 e para os trabalhadores do género masculino, é 45,33 anos.

A taxa de envelhecimento, que corresponde ao número de trabalhadores com idade superior a 55 anos (145) sobre o total de trabalhadores do organismo (325) é de 44,61%. Verifica-se um decréscimo em relação a 2020, cuja taxa se situou em 41,50% e em 2019 tinha sido de 45,13%.

O leque etário, que se traduz na diferença de idades entre o indivíduo mais novo e o mais velho é, no caso vertente, de 36 anos. Estas idades correspondem a 32 e 68 anos respetivamente.

Analisando o escalão etário por género, conforme se infere da leitura do gráfico 5, a maior incidência situa-se no número de mulheres do escalão compreendido entre os 60 e 64 anos (46), o que corresponde a 22,84% do efetivo feminino.

A representatividade masculina com maior expressão, encontra-se no escalão dos 45-49 anos com 40 trabalhadores, a que corresponde 27,21% do total dos trabalhadores masculinos.

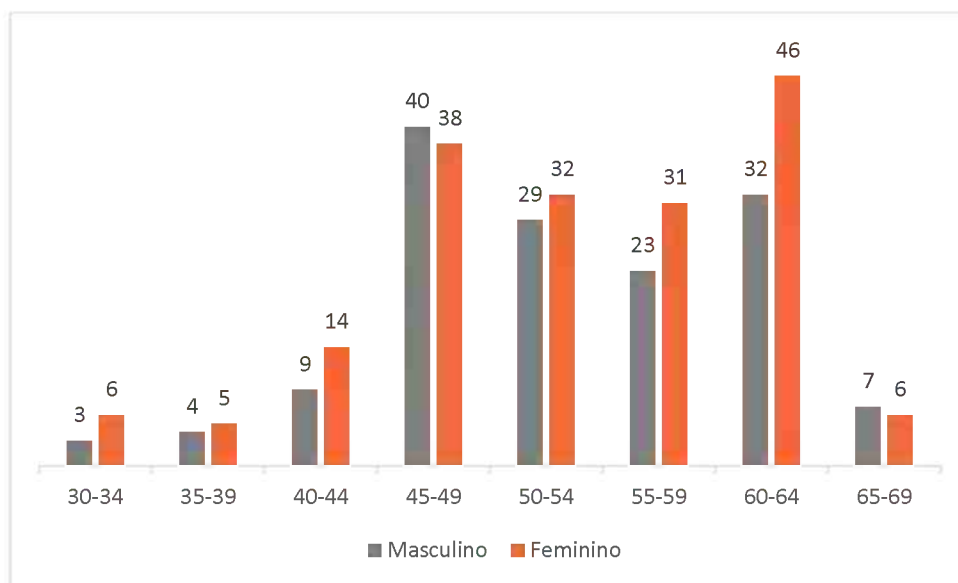


Gráfico 5 – Número de efetivos segundo o escalão etário e género

### 3.5. Estrutura de antiguidade

A antiguidade é calculada através do somatório do número de anos completos de prestação efetiva de serviço na Administração Pública, em 31 de dezembro de cada ano.

Na PGR, o nível médio de antiguidade é de 27 anos. Em 2020 era de 26,69 anos, que foi um valor muito semelhante ao registado em ano 2019 (26,94 anos).

O escalão de antiguidade que abrange o maior número de trabalhadores é o compreendido entre os 20 e os 24 anos, com 72 trabalhadores, ou seja 22,15% do total de efetivos.

Em segundo e terceiro lugar estão os escalões entre os 25 e 29 anos com 54 trabalhadores, seguido do escalão entre os 35 e os 39 anos com 52 trabalhadores a que corresponde uma taxa de 16.61% e 16% respetivamente.

De onde se conclui que os escalões de antiguidade entre os 20 e os 29 anos agregam 38.76% dos recursos humanos da PGR.

Procedendo à distinção por géneros, verifica-se que no género feminino a predominância vai para o 5º escalão (36) seguido do 6º escalão (32). Já no género masculino a predominância vai igualmente para o 5º escalão (36) e em seguida o 7º e 8º escalão ambos com 28 ocorrências, conforme se deduz da leitura do gráfico 6.

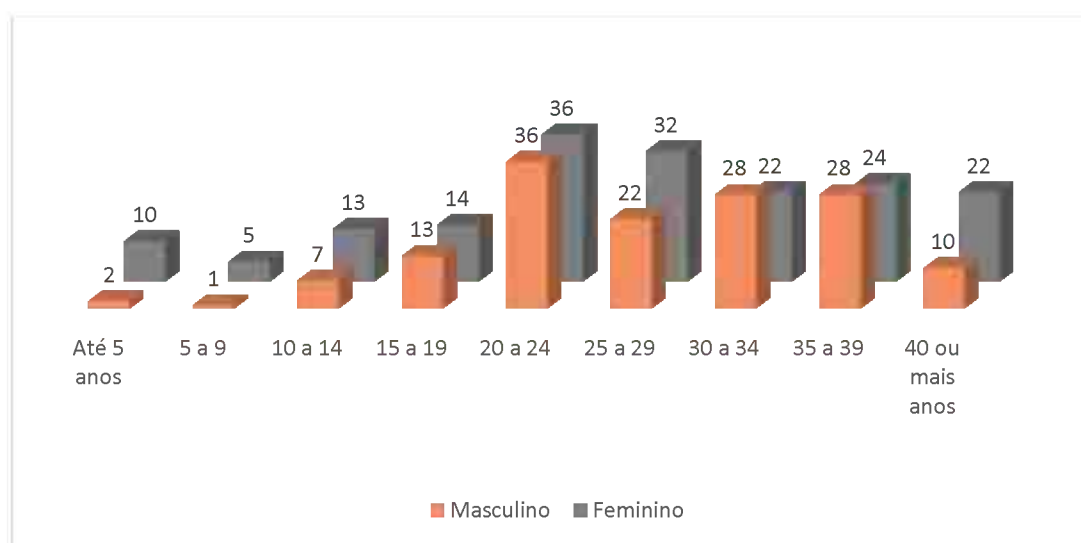


Gráfico 6 - Número de efetivos segundo a antiguidade e género

### 3.6. Estrutura habilitacional

Tendo em atenção a informação expressa no gráfico 7, o grau académico predominante na PGR é a licenciatura com 183 colaboradores, mais de metade do total dos efetivos (56.31%). Existe 13 colaboradores que detêm o mestrado, o que corresponde a 4% do total de efetivos, o que significa que 60,61% possuem habilitação superior, o que é demonstrativo do elevado nível técnico dos trabalhadores da PGR.

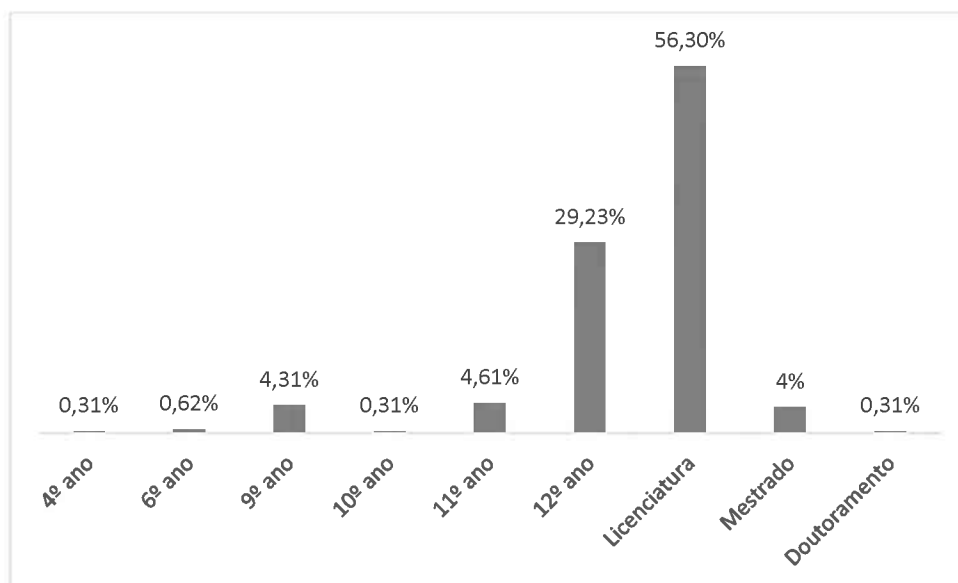


Gráfico 7 - Percentagem de efetivos segundo o nível de habilitações

Em seguida o nível de habilitações - 9º e 12º ano de escolaridade - totalizam 109 trabalhadores (33,54%).

O quarto nível habilitacional é o 11º ano de escolaridade, com 15 trabalhadores, o que equivale a 4.61% dos efetivos.

Em último lugar, com pouco significado num universo de 325 indivíduos, vêm os níveis de habilitações dos 4 e dos 6 anos de escolaridade, com 1 e 2 trabalhadores respetivamente, o que representa apenas 0.93% do efetivo da PGR.

Do ponto de vista do género (gráfico 8), e sabendo que o efetivo da PGR é constituído por 178 mulheres e 147 homens, constata-se que em 2021 possuem habilitação superior (licenciatura, mestrado e doutoramento) 106 mulheres (59.55% do universo feminino) e 91 homens (61.9% do universo masculino).

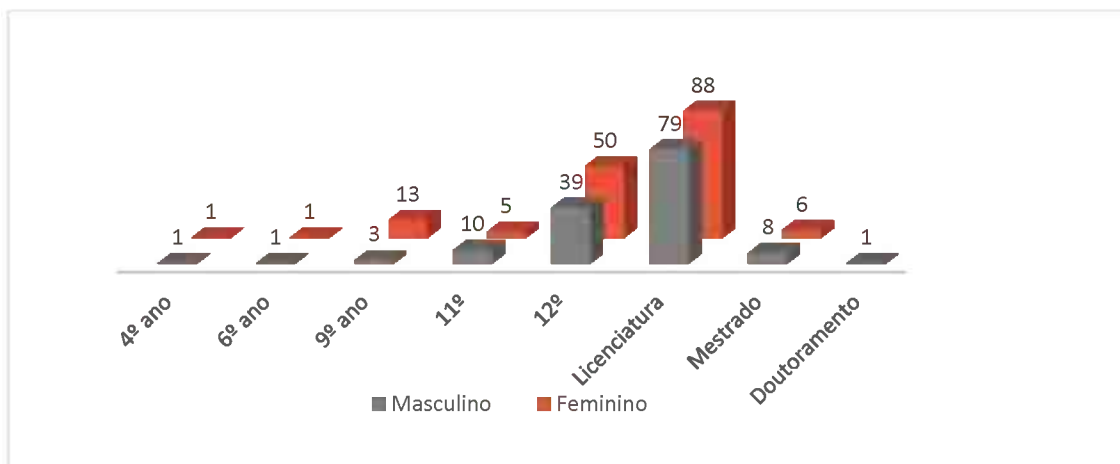


Gráfico 8 - Número de efetivos segundo o nível de habilitações e género

O índice de tecnicidade (Total de trabalhadores em cargos e carreiras que exigem habilitação de ensino superior e o total de trabalhadores) é de 50.15%.

### 3.7. Trabalhadores portadores de deficiência

No ano em análise, prestavam serviço na PGR 12 trabalhadores portadores de deficiência – 9 do género feminino e 3 do género masculino – atestada por declaração de incapacidade emitida por Junta Médica. Conforme previsto no Código do IRS, e de acordo com o grau de deficiência, beneficiam de redução da taxa de retenção na fonte sobre o seu rendimento.

### 3.8. Admissão e regresso de trabalhadores

Em 20221, foram admitidos e/ou regressaram 69 colaboradores (37 do género masculino e 32 do género feminino), situando-se a taxa de admissão (admissões/total de efetivos) nos 21,23%.

As admissões abrangeram os grupos profissionais e as modalidades de ocupação dos postos de trabalho, conforme demonstra o quadro seguinte:



Grupo/cargo/carreira	Admissões e regressos segundo o modo de ocupação do posto de trabalho e género										
	Procedimento Concursal		Mobilidade		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		TOTAL GERAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Intermédio 2º grau					2				2	0	2
Técnico Superior					1			1	1	1	2
Assistente Técnico				1				1	0	2	2
Assistente Operacional			2						2	0	2
Informático	2	1						1	3	1	4
Magistrado					15	18			15	18	33
Oficial de Justiça					5	7			5	7	12
Policia Judiciária					4	2			4	2	6
PSP					3	1			3	1	4
GNR					2				2	0	2
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>32</b>	<b>28</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>37</b>	<b>32</b>	<b>69</b>

Quadro 3 - Admissões e regressos segundo a ocupação do posto de trabalho e género

No que respeita ao fluxo de entradas, o modo de ocupação do posto de trabalho é maioritariamente, a “Comissão de Serviço”, que regista 60 admissões.

### 3.9. Saída de trabalhadores

No decurso de 2021, registou-se a saída de 7 trabalhadores contratados, o que resulta numa taxa de saída (saídas/total de efetivos) de 2,1%. Já a taxa de saída dos trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço situa-se em 13,23%.

Na parte referente à saída de trabalhadores contratados, os grupos profissionais abrangidos e os respetivos motivos de saída são os constantes do quadro seguinte:

Grupo / cargo / carreira	Saída de trabalhadores contratados segundo o motivo e género								
	Morte		Aposentação		Mobilidade		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico superior				2			0	2	2
Assistente técnico		1			1		1	1	2
Assistente operacional			1				1	0	1
Informático					2		2	0	2
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>7</b>

Quadro 4 - Saídas de trabalhadores contratados segundo o motivo e género

Na parte referente à saída de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, verificou-se uma saída de 43 trabalhadores assim distribuídos:

Grupo / cargo / carreira	Saída de trabalhadores Nomeados ou em comissão de serviço segundo o motivo e género								
	Morte		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente intermédio 2º grau			2				2	0	2
Magistrado	1		7		9	8	17	8	25
Oficial de Justiça			3	4			3	4	7
PJ			1		4	2	5	2	7
PSP			1				1	0	1
GNR			0	1			0	1	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>10</b>	<b>28</b>	<b>15</b>	<b>43</b>

Quadro 5 - Saídas de trabalhadores nomeados segundo o motivo e género

Considerando o número de admissões/regressos *versus* o número de saídas, obtém-se uma taxa de reposição de efetivos de 126%.

É de sublinhar que, no presente contexto, o conceito de admissão e de saída nem



sempre tem um significado literal, podendo envolver movimento interno de recursos humanos. Ou seja, tanto a alteração no modo como o trabalhador ocupa o seu posto de trabalho, por exemplo, comissão de serviço e mobilidade, como a mudança de carreira por motivo de mobilidade intercarreiras, consolidação da mobilidade, constituem situações que são contabilizadas como entradas/saídas. Quando tal acontece, ao registo de um recurso no mapa das saídas, corresponde o seu registo no mapa das admissões.

### 3.10. Mudança de situação profissional

Em 2021 ocorreram 75 mudanças de situação, todas por “alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório” de acordo com os artigos 156º, 157º e 158º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

No gráfico 9 pode-se observar as categorias abrangidas.

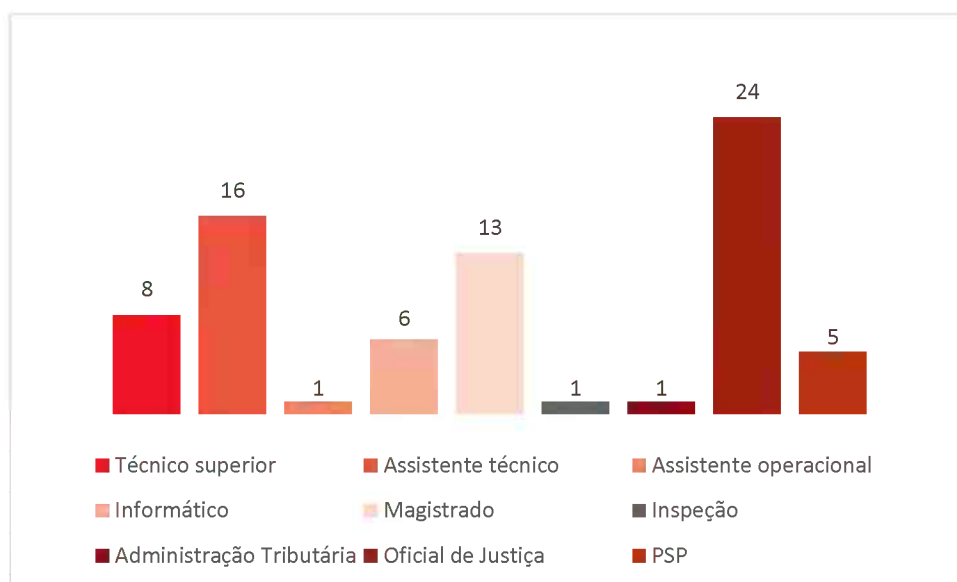


Gráfico 9 - Mudança de situação dos trabalhadores, por categoria

### 3.11. Duração e organização do horário de trabalho

O Regulamento do horário de trabalho da PGR (Despacho n.º 6677/2011, publicado no D.R. n.º 82, 2.ª série, de 28 de abril e alterado pelo Despacho do Secretário da Procuradoria-Geral de 6 de março de 2019) estabelece os períodos de funcionamento e de atendimento presencial, bem como o horário de trabalho dos trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, designadamente do mapa de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo e do mapa de pessoal do Gabinete de Documentação e Direito Comparado, nos termos do artigo 132.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 18/2016, de 20 de junho, que define as 35 horas de trabalho como limite máximo semanal dos períodos normais de trabalho, alterando a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a totalidade dos efetivos da PGR tem como período normal de trabalho, as 35 horas semanais.

As **modalidades de horário de trabalho** distribuíram-se da seguinte forma:

- Isenção de horário – 152 trabalhadores;
- Horário flexível – 87 trabalhadores;
- Horário rígido – 68 trabalhadores;
- Jornada contínua – 18 trabalhadores.

O gráfico 10 traduz em valores percentuais os números apresentados.

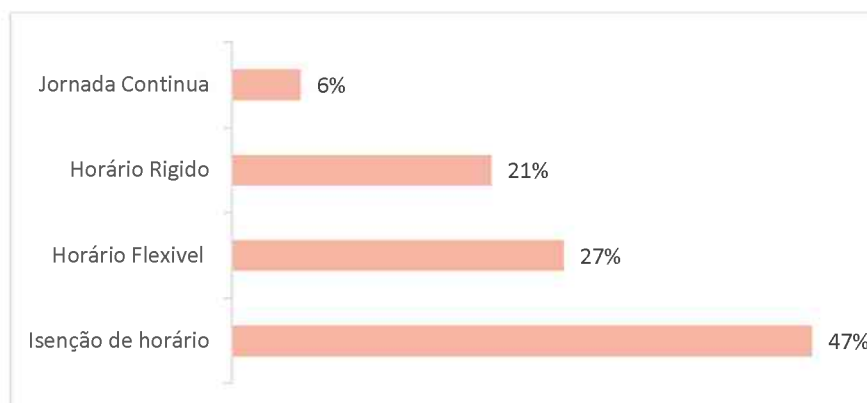


Gráfico 10 - Modalidades de horário de trabalho

### 3.12. Trabalho suplementar

No ano em referência, foram prestadas 5 490,10 horas de trabalho suplementar assim distribuídas:

- 4 025,40 horas de trabalho extraordinário diurno, 1 432,30 horas em dias de descanso semanal complementar e 32 horas em dias feriados – distribuídas pelos seguintes grupos profissionais:

- Policia Judiciária – 8 horas (0,15%);
- Técnico Superior – 16,30 horas (0,30%);
- Informática – 35 horas (0,64%);
- Assistente Operacional – 104 horas (1,89%);
- Assistente Técnico - 977 horas (17,80%);
- Guarda Nacional Republicana – 1 568,40 horas (28,57%);
- Polícia de Segurança Pública – 2 781 horas (50,65%).

O gráfico 11 traduz em valores percentuais o número de horas suplementares realizadas pelos diversos grupos profissionais. Constatase que 79,37% do trabalho suplementar foi prestado pelos elementos das forças de segurança (PSP e GNR).

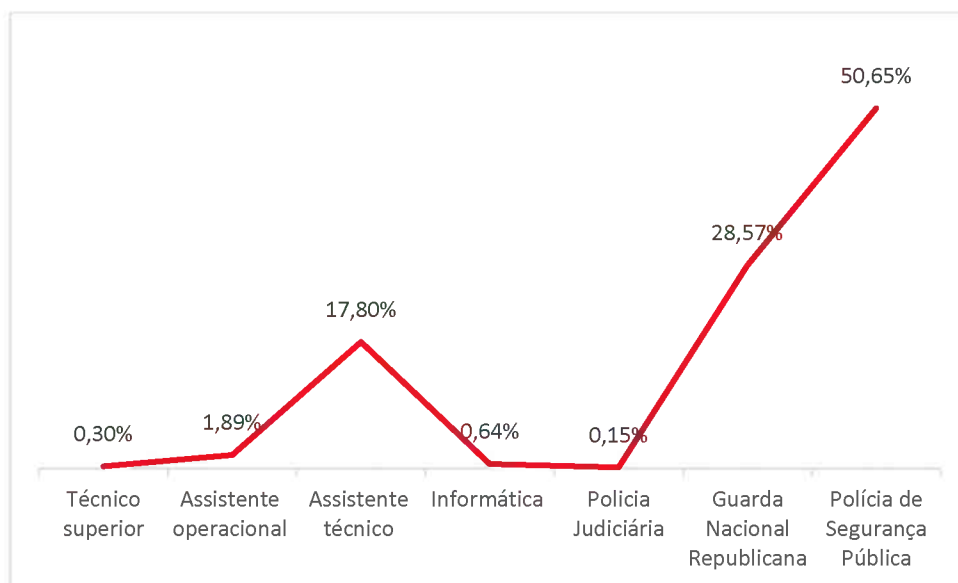


Gráfico 11 - Trabalho suplementar por grupo/cargo/carreira

O gráfico 12 regista a evolução do número de horas diurnas e as realizadas em dias de descanso semanal, nos últimos três anos.

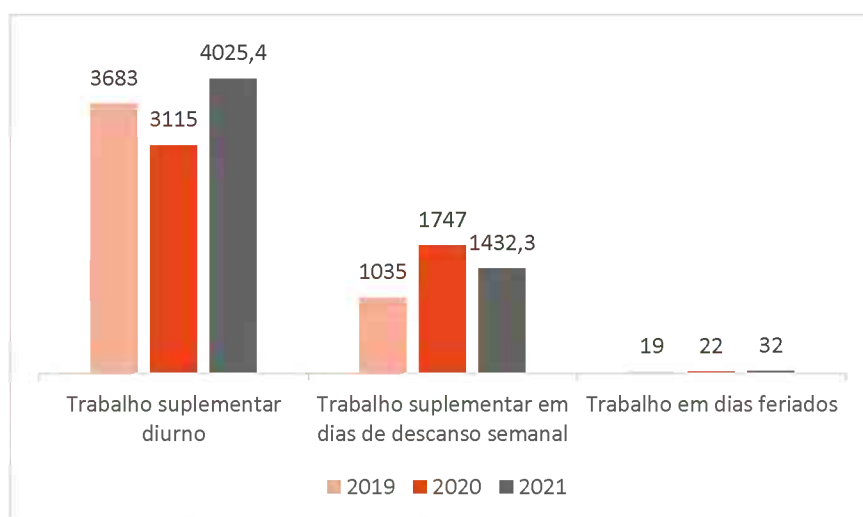


Gráfico 12 - Número de horas de trabalho suplementar nos últimos três anos

Por último, os encargos financeiros com o trabalho suplementar atingiram o montante de 73.956,67€ que representa 0,329% da totalidade dos encargos com pessoal. Em 2020 esta despesa foi de 56.314,84€ e em 2019 tinha sido de 52.623,74€.



### 3.13. Absentismo

Em 2021, o total de absentismo ascendeu a 1 707 dias e no ano transato tinha-se registado 3 258. Já em 2019 tinha-se registado 2 243.5 dias de ausência

Comparativamente com 2021 registou-se uma diminuição de 1551 dias.

No gráfico 13 observa-se o total dos dias de ausência ao trabalho, discriminados por tipo de falta.



Gráfico 13 - Número de dias de ausência por tipo de falta

As faltas por doença registaram um total de 1546 dias e correspondem a 90,57% do total de faltas. Verificando-se a tendência de anos anteriores, este tipo de falta continua a ser o principal fator de absentismo dos trabalhadores. A soma dos restantes tipos de falta representam 9,43% do total, o que torna cada um deles com pouca expressão.

No ano em análise a média de dias de ausência por trabalhador situa-se nos 5,25 dias. Em 2020 tinha sido de 10,64 dias e em 2019, essa média foi de 7,79 dias.

O gráfico 14 reflete a evolução do número de dias de ausência ao trabalho nos três últimos anos.

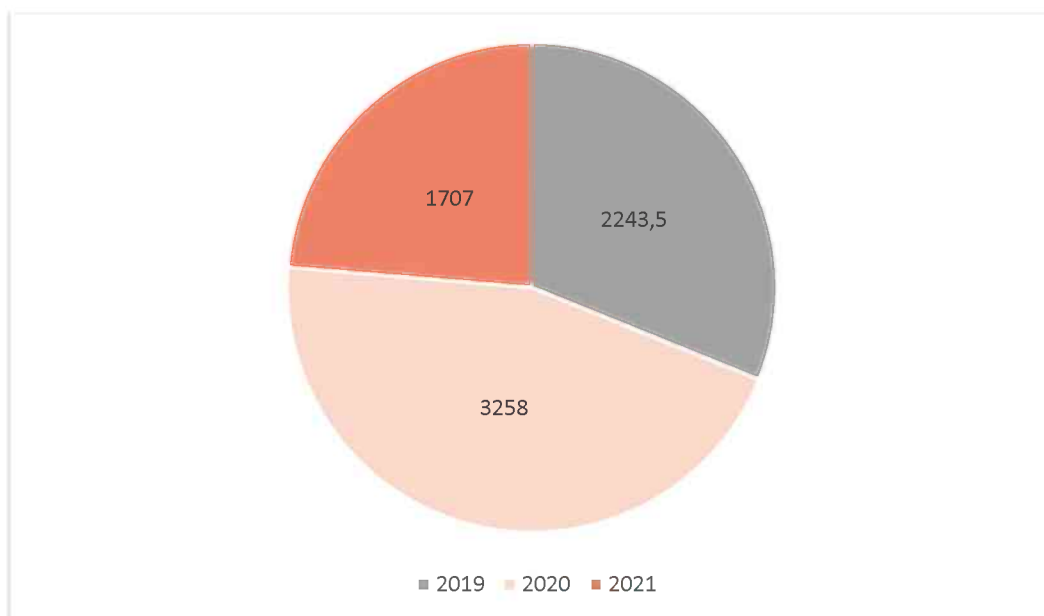


Gráfico 14 - Evolução do absentismo nos últimos três anos

### 3.14. Greve

Durante o ano de 2021 registaram-se 56 dias de ausência por greve. Em 2020 tinha sido 35 dias.



## 4. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA E ENCARGOS COM PESSOAL

### 4.1. Estrutura remuneratória

Tendo como período de referência o mês de dezembro, os escalões que compõem a estrutura remuneratória na PGR são os seguintes:

Género / Escalão de remuneração	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €	0	0	0
501-1000 €	4	10	14
1001-1250 €	7	20	27
1251-1500 €	13	19	32
1501-1750 €	7	15	22
1751-2000€	20	19	39
2001-2250 €	10	19	29
2251-2500 €	13	7	20
2501-2750 €	2	4	6
2751-3000 €	3	3	6
3001-3250 €	1	1	2
3251-3500 €	4	3	7
3501-3750 €	5	2	7
3751-4000 €	4	2	6
4001-4250 €	0	2	2
4251-4500 €	1	0	1
4501-4750 €	3	2	5
4751-5000 €	0	0	0
5001-5250 €	0	0	0
5251-5500 €	2	2	4
5501-5750 €	0	0	0
5751-6000 €	0	0	0
Mais de 6000 €	48	48	96
<b>TOTAL</b>	<b>147</b>	<b>178</b>	<b>325</b>

Quadro 6 - Estrutura remuneratória segundo escalão e género

Para este cálculo são considerado os vencimentos mensais íliquidos mais os suplementos remuneratórios.

Verifica-se que, de entre os 23 escalões remuneratórios previstos <sup>(6)</sup>, existem quatro que agregam 196 colaboradores (11 do género masculino e 105 do género feminino), ou seja, mais de metade dos efetivos (60,30%).

Os escalões onde se verificam um maior número de colaboradores são:

- Escalão remuneratório mais de 6.000€ – 96 (29,53%);
- Escalão remuneratório mais de 1.751€ a 2.000€ – 39 (12%);
- Escalão remuneratório de 1.251€ a 1500€ – 32 (9,8%).
- Escalão remuneratório de 2.011€ a 2.250€ – 29 (8,9%);

O valor da remuneração mínima auferida na PGR é de 846,00€, que corresponde a uma trabalhadora do género feminino, enquanto o vencimento mínimo auferido por um trabalhador do género masculino, é de 843,76€, ambos da carreira de Assistente operacional.

A remuneração máxima <sup>(7)</sup> do género feminino é de 8 926,41€ e a do género masculino é de 8 189,632€.

O leque salarial íliquido (salário máximo/salário mínimo) é de 10,579.

---

<sup>(6)</sup> De acordo com o quadro 17-A do formulário da DGAEP, que institui o Balanço Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 190/96 de 9 de outubro.

<sup>(7)</sup> Incluí a remuneração mensal base íliquida mas os suplementos regulares e/ou adicionais/referenciais remuneratórios de natureza permanente, de acordo com o quadro 17-B do formulário da DGAEP.

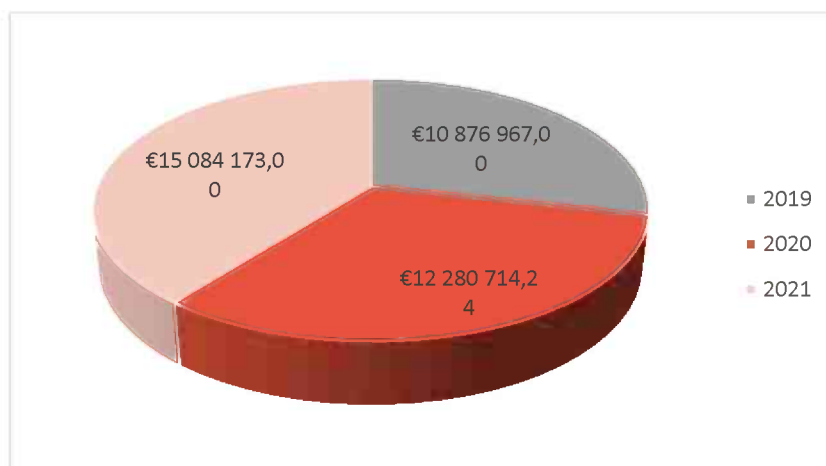


Gráfico 15 – Remuneração base e suplemento remuneratórios nos últimos três anos

#### 4.2. Encargos com pessoal

Em 2022 a totalidade dos encargos com pessoal ascendeu a 22 485 751,48€.

O gráfico 16 reflete a despesa anual dos encargos com pessoal.



Gráfico 16 – Encargos com pessoal

A remuneração base, no valor de 15 074 173,00€ representa 67,08% do total dos encargos com pessoal.

Os outros encargos – inclui os encargos com a Caixa Geral de Aposentações e a Segurança Social – é a segunda maior parcela da despesa e atinge o montante de 4.115.681,25€ (18,53%), revelando um aumento de 1 253 167,53€ relativamente a 2020 (2 862 513.72€).

Os suplementos remuneratórios, no valor de 2 911 333,68€ constituem a terceira maior parte dos encargos com pessoal (12,95%). Neste grupo, inserem-se as despesas referentes a “trabalho suplementar”; “disponibilidade permanente”; “abono para falhas”; “participação em reuniões”; “ajudas de custo”; “representação”; “secretariado” e “outros suplementos remuneratórios” (inclui o subsídio de residência).

As prestações sociais, que abrangem a “proteção à parentalidade”, o “abono de família”, o “subsídio por morte” e o “subsídio de refeição” representam a quarta maior fatia dos encargos com pessoal. Em 2021 registou-se o valor de 366 943,55€ e em 2020 o valor foi de 296 893,93€. Já em 2019 o valor atingido tinha sido 265.693,30€.

Nos benefícios sociais enquadra-se a despesa executada com “grupos desportivos/casa do pessoal”. Esta parcela é a que tem menos relevo, e foi igual à registada em 2020 ou seja 7 620,00€.



O gráfico 17 reflete a evolução dos encargos com pessoal, nos últimos três anos.

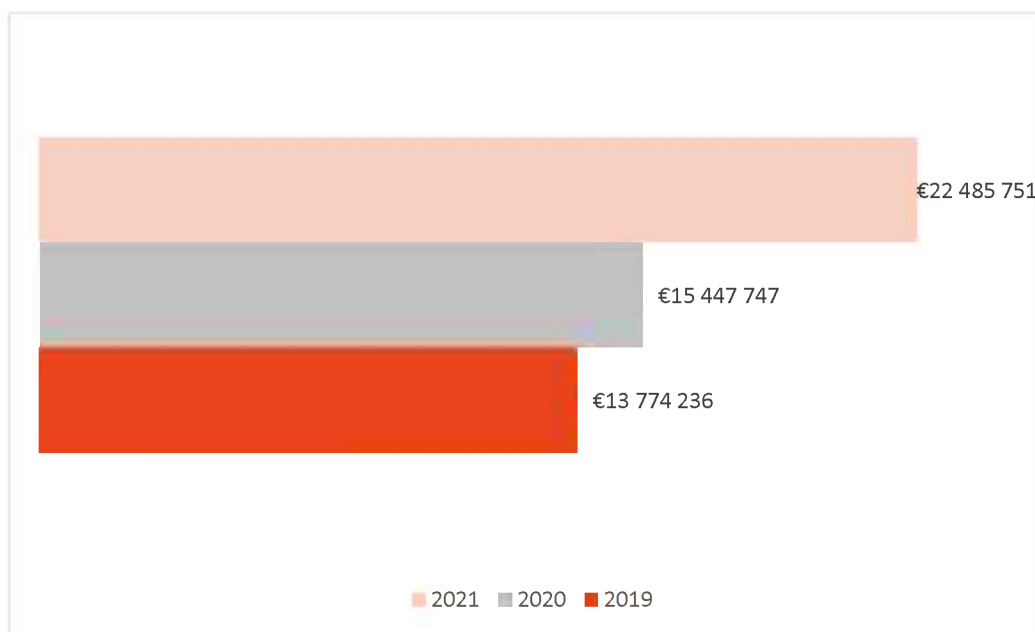


Gráfico 17 - Encargos com pessoal nos últimos três anos

## 5. HIGIENE E SEGURANÇA

### 5.1. Acidentes de trabalho

No decorrer do ano de 2021 registaram-se 4 acidentes de trabalho, envolvendo 3 trabalhadores, um do género masculino e 2 do género feminino, que deram origem a 19 dias de ausência por incapacidade. Há ainda a lamentar um acidente mortal.

Acresce ainda 44 dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores.

O gráfico 18 exhibe o número de acidentes ocorridos nos últimos 3 anos, bem como o número de dias de trabalho perdidos.

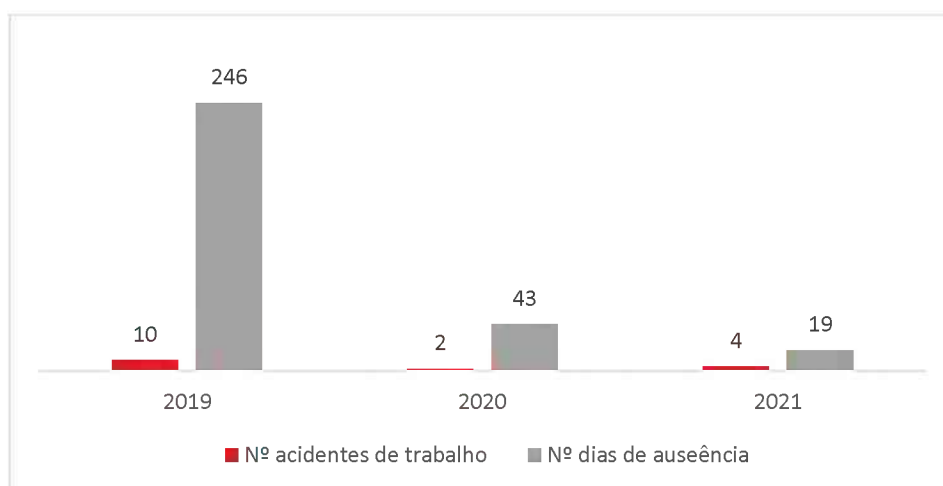


Gráfico 18 - Evolução dos acidentes em serviço e de dias de baixa nos últimos três anos

### 5.2. Encargos com atividades de segurança e saúde no trabalho

No ano de 2021 não se registaram encargos com os serviços de Segurança e Saúde no Trabalho no que respeita a atos médicos e a medidas de implementação no âmbito de segurança no trabalho.



O contrato que estava em vigor foi por nós denunciado por falta de incumprimento da empresa e iniciamos novo contrato em 4 dezembro de 2021.

## 6. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No ano em estudo, a realização de ações de formação foi fortemente condicionada pela continuação da situação pandémica. Com o confinamento total e obrigatório, verificado no 1º quadrimestre do ano, as entidades formadoras deixaram de ministrar formação presencial e passaram a dar formação "on-line", o que tornou muitas vezes o acesso inviável, por razões de segurança informática.

O plano anual de formação elaborado previamente, que pretendia qualificar e valorizar os recursos humanos, por forma a adequar o seu desempenho às necessidades dos postos de trabalho que ocupam não pode ser cumprido.

O plano anual de formação, regra geral dirigido aos trabalhadores que exercem funções nos SATA, no GDDC, e no NAT integrou também trabalhadores do DCIAP.

Uma parte considerável dos efetivos da PGR, principalmente o grupo profissional dos magistrados, realiza formação no quadro das suas atribuições e competências, enquanto agentes do Ministério Público.

### 6.1. Formação realizada

No ano em análise realizaram-se 25 ações de formação (todas à distancia) que abrangeram 19 trabalhadores.

Devido à pandemia e ao conseqüente confinamento obrigatório, a grande maioria das ações de formação previstas, foram canceladas ou adiadas (sem data prevista) pelas próprias entidades formadoras, o que originou um número muito baixo de formações realizadas.

O gráfico 19 retrata o número de ações de formação realizadas nos últimos três anos.

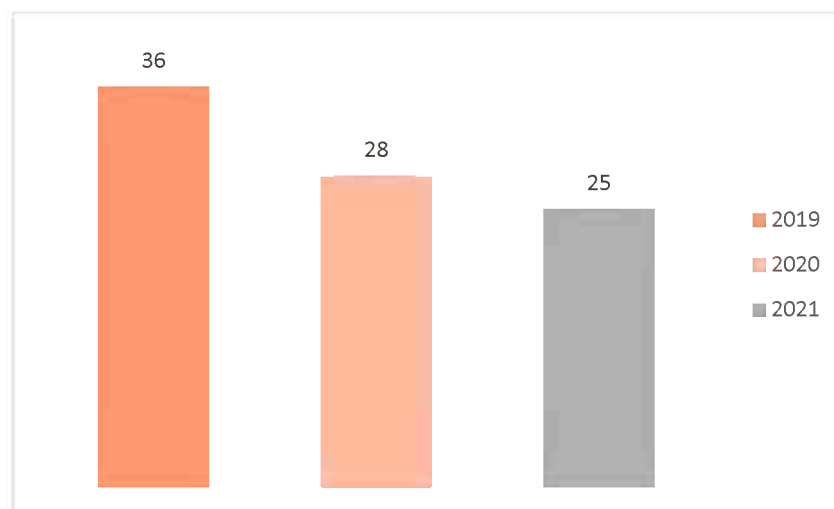


Gráfico 19 - Número de ações de formação realizadas nos últimos três anos

As ações de formação externa estiveram a cargo dos seguintes organismos e entidades formadoras:

- Centro de Estudos Judiciários (CEJ);
- INA-Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas;

A formação abrangeu as áreas de Direito e Ciências Sociais, nos termos da Portaria n.º 256/2005, de 16 de março, que aprova a atualização da Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF):

## 6.2. Carga horária e tempo despendido em formação

No ano em análise todas as participações em formação, todas foram de curta duração ou seja, tiveram uma carga horária inferior a 30 horas.

Como ressalta da leitura do gráfico 20, que compara número de participantes e participações com o número de efetivos, são as carreiras de técnico superior e de assistente técnico que se destacam, agrupando 32 participantes e 57 participações, o que se explica por serem o grupo profissional com maior número de efetivos, de entre os abrangidos pelo Plano anual de formação.

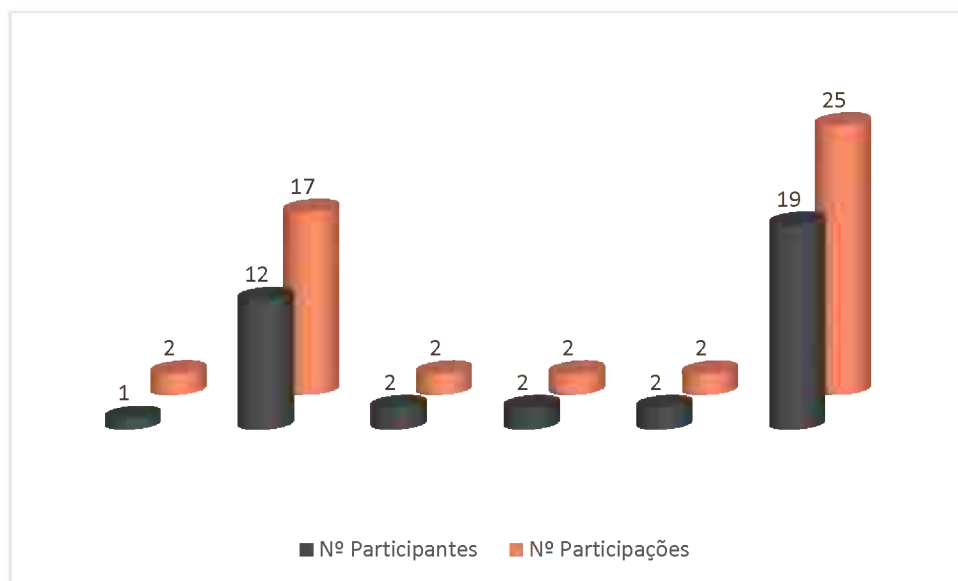


Gráfico 20 - Número de participantes e de participações por cargo/grupo/carreira

Considerando o número de horas de formação por grupo profissional, destacam-se os técnicos superiores com 412:00 horas, para um total de 12 participantes e 17 participações. Os grupos de Assistentes Técnicos, Informáticos e Oficial de Justiça registaram cada um deles todos com 52 horas de formação distribuídos por 2 participantes e 2 participações.

Ao comparar-se o número de horas despendidas com o número de efetivos por



grupo profissional, obtêm-se os resultados refletidos no gráfico 21.

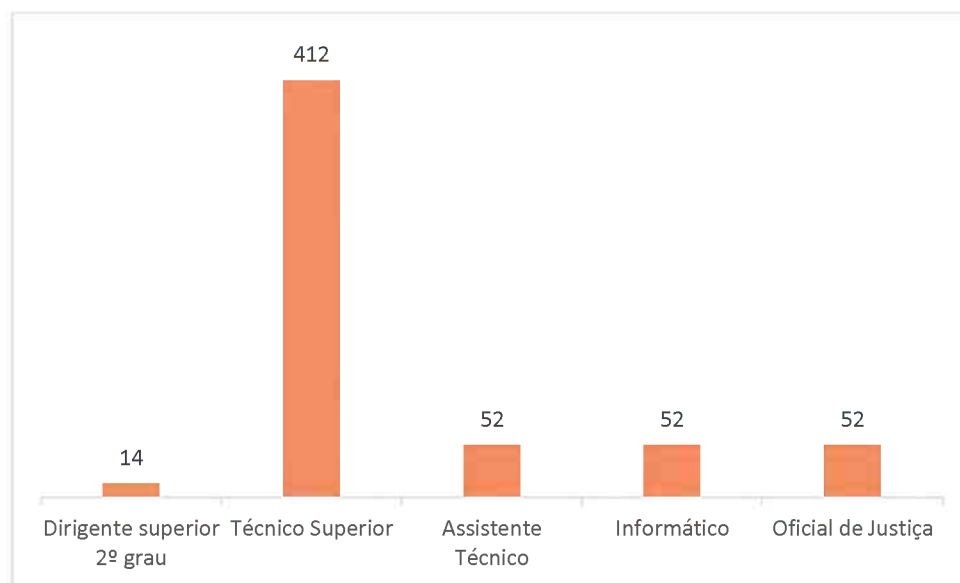


Gráfico 21 - Número de horas despendidas em formação por cargo/grupo/carreira

Globalmente, foram despendidas 582 horas em formação.

### 6.3. Encargos com a formação

No ano em análise os encargos com a formação foram de 839.35€. Em 2020 os mesmos encargos tinham sido de 5.264,28€ e em 2019 tinha-se verificado uma despesa de 15.499.76€. Esta diferença de valores justifica-se devido ao elevado número de ações de formação canceladas/adiadas por conta da pandemia e as realizadas serem em grande parte gratuitas.

## 7. RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA

### 7.1. Relações profissionais

No ano de 2021, constam dos registos do Sistema de Recursos Humanos (SRH) 172 trabalhadores sindicalizados.

### 7.2. Disciplina

Em 2021, não houve processos disciplinares instaurados.



## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise da informação compilada neste instrumento de gestão, referente ao ano de 2021, resulta o seguinte:

- O número de efetivos em função na PGR era de 325 colaboradores; 147 masculinos e 178 femininos.
- As modalidades de vínculo de emprego público predominantes são, a “Comissão de Serviço no âmbito do LTFP” (127), a “nomeação definitiva” (101) e o “contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (102).
- O nível médio etário é de 53,44 anos. Verificou-se um aumento relativamente aos anos anteriores: em 2020 era de 52,86 anos e 2019 foi de 52,87 anos.
- Na PGR, 44,61% dos efetivos em função têm idade superior a (55 anos).
- A taxa de feminização situa-se nos 54,7%. Em 2020 era de 54% e em 2019 (54,2%).
- Mais de metade dos trabalhadores possui habilitação superior-197 colaboradores a que corresponde uma taxa de 60,61%, repartido entre licenciatura (183 colaboradores), mestrado (13 trabalhadores) e doutoramento (1).
- O número de horas de trabalho suplementar apuradas ascende a 5 490,10 horas. A despesa alcançou o montante de 73 956.64€.
- Em matéria de absentismo contabilizam-se 1 707 dias de faltas.
- Relativamente à formação profissional, realizaram-se 25 ações de formação no total, com 19 participantes e 25 participações).





**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

## ANEXOS





**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

## Quadro de indicadores





INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	2019	2020	2021
Nível médio etário	$\frac{\text{Somatório das idades}}{\text{Total de efetivos}}$	52,29 anos	52,86 anos	53,44 anos
Antiguidade média na função pública	$\frac{\text{Somatório das antiguidades}}{\text{Total de efetivos}}$	26,94 anos	26,69 anos	27 anos
Taxa de tecnicidade	$\frac{\text{Total de Téc. Sup. + Informáticos} * 100}{\text{Total de efetivos}}$ <sup>8</sup>	49,65%	53,26%	52,92%
Taxa de enquadramento	$\frac{\text{Total de dirigentes} * 100}{\text{Total de efetivos}}$	1,73%	1,96%	1,84%
Taxa de feminização	$\frac{\text{Total de efetivos femininos} * 100}{\text{Total de efetivos}}$	54,16%	53,59%	54,7%
Taxa de envelhecimento	$\frac{\text{Total dos efetivos de idade } \geq 55 * 100}{\text{Total de efetivos}}$	45,13%	44,11%	44,61%
Taxa de formação superior	$\frac{\text{Total Bach.+Lic.+Mest.+Dout.} * 100}{\text{Total de efetivos}}$	59,02%	59,44%	60,61%
Taxa de admissões	$\frac{\text{Total de novas admissões} * 100}{\text{Total de efetivos}}$	16,66%	19,60%	21,23%
Taxa de saídas	$\frac{\text{Total de saídas} * 100}{\text{Total de efetivos}}$	13,19%	13,72%	2,1%
Taxa de reposição	$\frac{\text{Total de admissões} * 100}{\text{Total de saídas}}$	126,31%	142,85%	126%

<sup>8</sup> Este indicador inclui Técnicos Superiores, Informáticos, Dirigentes, Magistrados, Pessoal de Inspeção, Pessoal de Administração Tributária e SEF.





**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

## Quadros da DGAEP adaptados

8.1. (dados referentes a 31/12/2021)

**Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro**

Grupo/cargo/carreira	Modalidades de vinculação																								TOTAL	TOTAL	
	Cargo Político / Mandato		Nomeação Definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LTFP		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do trabalho		TOTAL				
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			M
Dirigente Superior de 1º grau a)															1										1	0	1
Dirigente Superior de 2º grau a)															1										1	0	1
Dirigente Intermédio de 1º grau a)															1										1	0	1
Dirigente Intermédio de 2º grau a)															2	1									2	1	3
Técnico Superior										6	28				2	2									8	30	38
Assistente Técnico										4	37					1									4	38	42
Assistente Operacional										4	5														4	5	9
Informático										11	7														11	7	18
Magistrado		1	47	48																					47	49	96
Pessoal de Inspeção															5	4									5	4	9
Pessoal de Administração Tributária															4	1									4	1	5
Oficial de Justiça															32	36									32	36	68
Polícia Judiciária															8	3									8	3	11
Polícia de Segurança Pública - Chefe															2										2	0	2
Polícia de Segurança Pública - Agente															10	3									10	3	13
Guarda Nacional Republicana - Guarda															7										7	0	7
Serviços Estrangeiros Fronteiras																1									0	1	1
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>47</b>	<b>48</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>25</b>	<b>77</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>75</b>	<b>52</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>147</b>	<b>178</b>	<b>325</b>	

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

**Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro**

Grupo/cargo/carreira	Escalão etário																		TOTAL		TOTAL
	30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		M	F	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1º grau a)											1								1	0	1
Dirigente Superior de 2º grau a)									1										1	0	1
Dirigente Intermédio 1º grau a)													1						1	0	1
Dirigente Intermédio 2º grau a)									1				1	1					2	1	3
Técnico Superior		1			1		1	9	2	6	2	5	2	9					8	30	38
Assistente Técnico				1		1		8	2	8	1	8	1	12					4	38	42
Assistente Operacional				1			2		1	1		1	1	2					4	5	9
Informático		1	1		1		4		2	1		1	3	4					11	7	18
Magistrado		1	2	1	3	9	9	12	6	6	9	4	12	13	6	3			47	49	96
Pessoal de Inspeção							2		1	1			1	1	1	2			5	4	9
Pessoal de Administração Tributária							2		1	1			1						4	1	5
Oficial de Justiça		2		1	1	1	8	8	8	7	6	12	9	4		1			32	36	68
Polícia Judiciária	3	1		1	2	1	3												8	3	11
Polícia de Segurança Pública - Chefe											2								2	0	2
Polícia de Segurança Pública - Agente			1		1	2	3	1	3		2								10	3	13
Guarda Nacional Republicana - Guarda							6		1										7	0	7
Serviços Estrangeiros Fronteiras										1									0	1	1
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	<b>40</b>	<b>38</b>	<b>29</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>31</b>	<b>32</b>	<b>46</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>147</b>	<b>178</b>	<b>325</b>

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

**Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro**

Grupo/cargo/carreira	Tempo de Serviço																				TOTAL
	até 5 anos		5 a 9		10 a 14		15 a 19		20 a 24		25 a 29		30 a 34		35 a 39		40 ou mais anos		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1º grau a)													1						1	0	1
Dirigente Superior de 2º grau a)											1								1	0	1
Dirigente Intermédio 1º grau a)													1						1	0	1
Dirigente Intermédio 2º grau a)															2	1			2	1	3
Técnico Superior	2			3		4		1	1	4	1	7	2	3	2	5		3	8	30	38
Assistente Técnico				1		2		1		6		14		4	2	3	2	7	4	38	42
Assistente Operacional							1	1	1	2	1			1	1		1	4	5	9	
Informático		1			2		1		3		2	1	1	1	2	2		2	11	7	18
Magistrado		3		1	4	4	6	8	8	9	2	4	10	8	13	8	4	4	47	49	96
Pessoal de Inspeção									3	1							2	3	5	4	9
Pessoal de Administração Tributária									2		1	1			1			4	1	5	
Oficial de Justiça		6	1			3	3		11	12	4	4	6	5	5	4	2	2	32	36	68
Polícia Judiciária							2	1	1	1	2		3	1					8	3	11
Polícia de Segurança Pública - Chefe									1		1								2	0	2
Polícia de Segurança Pública - Agente					1		1	2	3	1	1		4						10	3	13
Guarda Nacional Republicana - Guarda									2		5								7	0	7
Serviços Estrangeiros Fronteiras										1									0	1	1
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>36</b>	<b>35</b>	<b>22</b>	<b>32</b>	<b>28</b>	<b>22</b>	<b>28</b>	<b>24</b>	<b>10</b>	<b>22</b>	<b>147</b>	<b>178</b>	<b>325</b>

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto - republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

**Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro**

Grupo/cargo/carreira	Habilitação literária																						Total
	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1º grau a)																	1				1	0	1
Dirigente Superior 2º grau a)																	1				1	0	1
Dirigente Intermédio 1º grau a)															1						1	0	1
Dirigente Intermédio 2º grau a)															2	1					2	1	3
Técnico Superior															7	27	1	3			8	30	38
Assistente Técnico						1		6	1	4	3	26				1				4	38	42	
Assistente Operacional				1	1			3			3	1								4	5	9	
Informático											6	4			5	2		1		11	7	18	
Magistrado															44	49	2		1		47	49	96
Pessoal de Inspeção															5	4				5	4	9	
Pessoal de Administração Tributária															3	1	1			4	1	5	
Oficial de Justiça							1	2	5	1	17	23			8	9	1	1		32	36	68	
Polícia Judiciária													2		6	3				8	3	11	
Polícia de Segurança Pública - Chefe												1			1					2	0	2	
Polícia de Segurança Pública - Agente							1		1		8					2		1		10	3	13	
Guarda Nacional Republicana - Guarda											7									7	0	7	
Serviços de Estrangeiros Fronteiras																1				0	1	1	
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>47</b>	<b>54</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>82</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>147</b>	<b>178</b>	<b>325</b>

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto; republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

**Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género**

Grupo/cargo/carreira	Proveniência do trabalhador								Total
	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1º grau a)							0	0	0
Dirigente Superior 2º grau a)							0	0	0
Dirigente Intermédio 1º grau a)							0	0	0
Dirigente Intermédio 2º grau a)							0	0	0
Técnico Superior							0	0	0
Assistente Técnico							0	0	0
Assistente Operacional							0	0	0
Informático							0	0	0
Magistrado							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefas							0	0	0
Avenças							0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Notas:**

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto - republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

**Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género**

Grupo/cargo/carreira	Escalão etário por género																							TOTAL	Total	
	20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		70 e mais					
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Dirigente Superior 1º grau a)																							0	0	0	
Dirigente Superior 2º grau a)																								0	0	0
Dirigente Intermédio 1º grau a)																								0	0	0
Dirigente Intermédio 2º grau a)																								0	0	0
Técnico Superior												1		1				1						0	3	3
Assistente Técnico												1						1						0	2	2
Assistente Operacional																								0	0	0
Informático																								0	0	0
Magistrado																	1	1	1					2	1	3
Pessoal de Inspeção																								0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																								0	0	0
Oficial de Justiça												1		2	1									1	3	4
Polícia Judiciária																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																								0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteira																								0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	
<b>Prestações de Serviços</b>	<b>20 - 24</b>		<b>25 - 29</b>		<b>30 - 34</b>		<b>35 - 39</b>		<b>40 - 44</b>		<b>45 - 49</b>		<b>50 - 54</b>		<b>55 - 59</b>		<b>60 - 64</b>		<b>65 - 69</b>		<b>70 e mais</b>		<b>TOTAL</b>		<b>Total</b>	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Tarefas																								0		0
Avenças																								0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

**Notas:**

Considerou-se o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro)

**Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação**

Grupo/cargo/carreira	Modos de ocupação do posto de trabalho																TOTAL
	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade		Regresso de licenças em vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1º grau a)															0	0	0
Dirigente Superior 2º grau a)															0	0	0
Dirigente Intermédio 1º grau a)															0	0	0
Dirigente Intermédio 2º grau a)									2						2	0	2
Técnico Superior									1				1		1	1	2
Assistente Técnico						1							1		0	2	2
Assistente Operacional					2										2	0	2
Informático	2	1											1		3	1	4
Magistrado									15	18					15	18	33
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Oficial de Justiça									5	7					5	7	12
Polícia Judiciária									4	2					4	2	6
Polícia de Segurança Pública - Chefe															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente									3	1					3	1	4
Guarda Nacional Republicana - Guarda									2						2	0	2
Serviços Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>32</b>	<b>28</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>37</b>	<b>32</b>	<b>69</b>

**Notas:**

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

\* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA.

Considerou-se o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive.

**Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género**

Grupo/cargo/carreira	Motivos de saída (durante o ano)																												
	Morte		Reforma/Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsiva		Mobilidade		Cedência		Comissão de serviço		Outros situações		TOTAL		Total				
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F		
Dirigente Superior 1º grau a)																										0	0	0	
Dirigente Superior 2º grau a)																											0	0	0
Dirigente Intermédio 1º grau a)																											0	0	0
Dirigente Intermédio 2º grau a)																				2							2	0	2
Técnico Superior																											0	0	0
Assistente Técnico																											0	0	0
Assistente Operacional																											0	0	0
Informático																											0	0	0
Magistrado	1																			7		9	8			17	8	25	
Pessoal de Inspeção																											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																											0	0	0
Oficial de Justiça																				3	4					3	4	7	
Polícia Judiciária																				1		4	2			5	2	7	
Polícia de Segurança Pública - Chefe																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																				1							1	0	1
Guarda Nacional Republicana - Guarda																					1						0	1	1
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																											0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>10</b>			<b>28</b>	<b>15</b>	<b>43</b>		

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

**Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género**

Grupo/cargo/carreira	Motivos de saída (durante o ano)																																	
	Morte		Caducidade (termo)		Reforma / Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento coletivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Dirigente Superior 1º grau a)																													0	0	0			
Dirigente Superior 2º grau a)																													0	0	0			
Dirigente Intermédio 1º grau a)																													0	0	0			
Dirigente Intermédio 2º grau a)																													0	0	0			
Técnico Superior						2																							0	2	2			
Assistente Técnico																							1						1	0	1			
Assistente Operacional					1																								1	0	1			
Informático																							2							2	0	2		
Magistrado		1																												0	1	1		
Pessoal de Inspeção																														0	0	0		
Pessoal de Administração Tributária																														0	0	0		
Oficial de Justiça																														0	0	0		
Polícia Judiciária																														0	0	0		
Polícia de Segurança Pública - Chefe																														0	0	0		
Polícia de Segurança Pública - Agente																														0	0	0		
Guarda Nacional Republicana - Guarda																														0	0	0		
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras																														0	0	0		
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>7</b>

**Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento**

Grupo/cargo/carreira	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Dirigente Superior 1º grau a)						0
Dirigente Superior 2º grau a)						0
Dirigente Intermédio 1º grau a)						0
Dirigente Intermédio 2º grau a)					2	2
Técnico Superior					1	1
Assistente Técnico						0
Assistente Operacional						0
Informático						0
Magistrado						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Oficial de Justiça						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana -Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviços de Estrangeiros e Fronteira						0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto - republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

**Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género**

	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1º grau a)											0	0	0
Dirigente Superior 2º grau a)											0	0	0
Dirigente Intermédio 1º grau a)											0	0	0
Dirigente Intermédio 2º grau a)											0	0	0
Técnico Superior				8							0	8	8
Assistente Técnico				16							0	16	16
Assistente Operacional			1								1	0	1
Informático			2	4							2	4	6
Magistrado			7	6							7	6	13
Pessoal de Inspeção				1							0	1	1
Pessoal de Administração Tributária			1								1	0	1
Oficial de Justiça			12	12							12	12	24
Polícia Judiciária											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente				5							0	5	5
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0	0	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras											0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>23</b>	<b>52</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>23</b>	<b>52</b>	<b>75</b>

**NOTAS:**

1) e 2)-Artigos 156º, 157º e 158º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º35/2014, de 20 de junho

3) Artigo 99.º da da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º35/2014, de 20 de junho

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

**Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho por género**

Grupo/cargo/carreira	Modalidades de horário de trabalho e género																Total
	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico		Isenção de horário		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1º grau a)													1		1	0	1
Dirigente Superior 2º grau a)													1		1	0	1
Dirigente Intermédio 1º grau a)													1		1	0	1
Dirigente Intermédio 2º grau a)													2	1	2	1	3
Técnico Superior			7	23				6					1	1	8	30	38
Assistente Técnico			4	32				6							4	38	42
Assistente Operacional			4	4				1							4	5	9
Informático			6	7			5								11	7	18
Magistrado													47	49	47	49	96
Pessoal de Inspeção													5	4	5	4	9
Pessoal de Administração Tributária													4	1	4	1	5
Oficial de Justiça	32	36													32	36	68
Polícia Judiciária													8	3	8	3	11
Polícia de Segurança Pública - Chefe													2		2	0	2
Polícia de Segurança Pública - Agente													10	3	10	3	13
Guarda Nacional Republicana - Guarda													7		7	0	7
Serviços Estrangeiros Fronteiras														1	0	1	1
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>36</b>	<b>21</b>	<b>66</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>89</b>	<b>63</b>	<b>147</b>	<b>178</b>	<b>325</b>

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

**Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) por género**

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo						PNT inferior ao praticado a tempo completo										TOTAL		Total
							Tempo Parcial ou outro regime especial (*)		Tempo Parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		M	F	
	células abertas para indicar n° horas/semana																		
	35 horas		40 horas		42 horas														
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Dirigente Superior de 1º grau a)	1															1	0	1	
Dirigente Superior de 2º grau a)	1															1	0	1	
Dirigente Intermédio 1º grau a)	1															1	0	1	
Dirigente Intermédio 2º grau a)	2	1														2	1	3	
Técnico Superior	8	30														8	30	38	
Assistente Técnico	4	38														4	38	42	
Assistente Operacional	4	5														4	5	9	
Informático	11	7														11	7	18	
Magistrado	47	49														47	49	96	
Pessoal de Inspeção	5	4														5	4	9	
Pessoal de Administração Tributária	4	1														4	1	5	
Oficial de Justiça	32	36														32	36	68	
Polícia Judiciária	8	3														8	3	11	
Polícia de Segurança Pública - Chefe	2															2	0	2	
Polícia de Segurança Pública - Agente	10	3														10	3	13	
Guarda Nacional Republicana - Guarda	7															7	0	7	
Serviços Estrangeiros Fronteiras		1														0	1	1	
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>178</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>147</b>	<b>178</b>	<b>325</b>	

**Notas:**

Considerou-se, para cada um dos horários de trabalho semanal assinalados, o número de trabalhadores que o praticam.

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver vários períodos normais de trabalho

(\*) - Trabalho a tempo parcial ou regime especial: indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo.

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto - republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

**Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género**

Grupo/cargo/carreira	Modalidade de prestação de trabalho extraordinário por género												TOTAL		
	Trabalho extraordinário diurno		Trabalho extraordinário nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL				
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior 1º grau a)													0:00	0:00	0:00
Dirigente Superior 2º grau a)													0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio 1º grau a)													0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio 2º grau a)													0:00	0:00	0:00
Coordenador Técnico													0:00	0:00	0:00
Técnico Superior									16:30				0:00	16:30	16:30
Assistente Técnico								19:00	85:00				19:00	85:00	104:00
Assistente Operacional	852:00							121:00		4:00			977:00	0:00	977:00
Informático								28:00		7:00			35:00	0:00	35:00
Magistrado													0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção													0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária													0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça													0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária	8:00												8:00	0:00	8:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe	102:00							56:00					158:00	0:00	158:00
Polícia de Segurança Pública - Agente	1313:00	413:00						673:00	203:00	14:00	7:00		2000:00	623:00	2623:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda	1337:40							231:00					1568:40	0:00	1568:40
Serviços de Estrangeiros e Fronteiras													0:00	0:00	0:00
<b>Total</b>	<b>3612:40</b>	<b>413:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>1128:00</b>	<b>304:30</b>	<b>25:00</b>	<b>7:00</b>		<b>4765:40</b>	<b>724:30</b>	<b>5490:10</b>

**Notas:**

Considerou-se o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas  
a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto - republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

**Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo o género**

Grupo/cargo/carreira	Horas de trabalho nocturno por género						
	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno extraordinário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Superior 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente Técnico					0:00	0:00	0:00
Assistente Operacional					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
<b>Total</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>

Nota: **Total de horas** efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas

**Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género**

Grupo/cargo/carreira	Motivos de ausência por género																												TOTAL
	Casamento		Proteção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1º grau a)																											0,0	0,0	0,0
Dirigente Superior 2º grau a)																											0,0	0,0	0,0
Dirigente Intermédio 1º grau a)																											0,0	0,0	0,0
Dirigente Intermédio 2º grau a)																											0,0	0,0	0,0
Técnico Superior								212,0			8,0		8,0		2,0												0,0	230,0	230,0
Assistente Técnico							59,0	504,0		19,0		5,0	6,0	3,0													65,0	531,0	596,0
Assistente Operacional							60,0							1,0	6,0												61,0	6,0	67,0
Informático							14,0	142,0			12,0				1,0	1,0											27,0	143,0	170,0
Magistrado							30,0	21,0																			30,0	21,0	51,0
Pessoal de Inspeção																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Administração Tributária																											0,0	0,0	0,0
Oficial de Justiça							11,0	422,0			18,0		15,0								28,0	28,0					39,0	483,0	522,0
Polícia Judiciária							10,0																				10,0	0,0	10,0
Polícia de Segurança Pública - Chefe							45,0																				45,0	0,0	45,0
Polícia de Segurança Pública - Agente																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana-Guarda							16,0																				16,0	0,0	16,0
Serviços Estrangeiros Fronteiras																											0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>245,0</b>	<b>1301,0</b>	<b>0,0</b>	<b>19,0</b>	<b>12,0</b>	<b>31,0</b>	<b>6,0</b>	<b>26,0</b>	<b>2,0</b>	<b>9,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>28,0</b>	<b>28,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>293,0</b>	<b>1414,0</b>	<b>1707,0</b>	

**Notas:**

Considerou-se o total de dias completos de ausência ou períodos de meio dia;

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2 / 2004, de 15 de janeiro e 51 / 2005, de 30 e agosto e republicado pela Lei nº 64 / 2011, de 22 de dezembro).

**Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação**

Identificação da greve			
Data	Âmbito		Motivo(s) da greve
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	56		108 - Outras reivindicações salariais
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>0:00</b>	

(\*) Período Normal de Trabalho

(\*\*) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei nº 84/2015, de 7 de agosto.

### Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

#### A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Período de referência: mês de Dezembro

(Número de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

(Excluindo prestações de serviço)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €	0	0	0
501-1000 €	4	10	14
1001-1250 €	7	20	27
1251-1500 €	13	19	32
1501-1750 €	7	15	22
1751-2000€	20	19	39
2001-2250 €	10	19	29
2251-2500 €	13	7	20
2501-2750 €	2	4	6
2751-3000 €	3	3	6
3001-3250 €	1	1	2
3251-3500 €	4	3	7
3501-3750 €	5	2	7
3751-4000 €	4	2	6
4001-4250 €	0	2	2
4251-4500 €	1	0	1
4501-4750 €	3	2	5
4751-5000 €	0	0	0
5001-5250 €	0	0	0
5251-5500 €	2	2	4
5501-5750 €	0	0	0
5751-6000 €	0	0	0
Mais de 6000 €	48	48	96
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>178</b>	<b>325</b>

Notas:

- 1) Indicação do número de trabalhadores em cada escalão por género;
- 2) O total do quadro 17 é igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género;
- 3) Remunerações mensais ilíquidas (brutas): considerada remuneração base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente;
- 4) Foram consideradas as remunerações e os suplementos mencionados no ponto anterior **com as reduções remuneratórias** em vigor;
- 5) Não inclui prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais.

#### B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima ( € )	843,76 €	846,00 €
Máxima ( € )	8 189,63 €	8 926,41 €

**Nota:** Inclui o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima. Reportar a remuneração mensal base ilíquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais/referências remuneratórios de natureza permanente

**Quadro 18: Total dos encargos com pessoal durante o ano**

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	15 084 173,00 €
Suplementos remuneratórios	2 911 333,68 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais	366 943,55 €
Benefícios sociais	7 620,00 €
Outros encargos com pessoal (**)	4 115 681,25 €
<b>Total</b>	<b>22 485 751,48 €</b>

**Nota:**

(\*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal

(\*\*) - Registrar: Indemnizações por férias não gozadas; Compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos; Os encargos da entidade patronal com a CGA e a Segurança Social; Abonos pagos ao trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente.

**Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios**

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	40 438,50 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	33 518,17 €
Isenção de horário de trabalho	
Disponibilidade permanente	900 808,03 €
Outros regimes especiais de prestação de trabalho (**)	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	2 867,47 €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	90 677,22 €
Representação	260 418,42 €
Secretariado	1 399,56 €
Outros suplementos remuneratórios (***)	1 581 206,31 €
<b>Total</b>	<b>2 911 333,68 €</b>

**Nota:**

(\*) - não incluído em trabalho suplementar (diurno e nocturno)

(\*\*) - incluir também tempo prolongado na carreira médica e suplemento de comando

(\*\*\*) incluir também o subsídio de residência

**Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais**

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade	10 061,50 €
Abono de família	3 307,05 €
Subsídio de educação especial	5 105,93 €
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	348 469,07 €
Outras prestações sociais	
<b>Total</b>	<b>366 943,55 €</b>

**Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais**

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	7 620,00 €
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	
<b>Total</b>	<b>7 620,00 €</b>

**Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, por género**

Acidentes de trabalho		No local de trabalho					In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	1	1					0				
	F	3			2		1	0				
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	0						0				
	F	2			2			0				
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0						0				
	F	19			19			0				
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0						0				
	F	44				44		0				

**Notas:**

Consideram-se os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

**Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho**

Casos de incapacidade	Nº de casos
<b>Casos de incapacidade permanente:</b>	<b>3</b>
- absoluta	2
- parcial	1
- absoluta para o trabalho habitual	
<b>Casos de incapacidade temporária e absoluta</b>	
<b>Casos de incapacidade temporária e parcial</b>	
<b>Total</b>	<b>3</b>

**Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos**

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

(\*) Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

**Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano**

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
<b>Total dos exames médicos efectuados:</b>		<b>0,00</b>
Exames de admissão		0,00
Exames periódicos		0,00
Exames ocasionais e complementares		0,00
Exames de cessação de funções		0,00
<b>Despesas com a medicina no trabalho</b>		<b>0,00</b>
Visitas aos postos de trabalho		

**Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo**

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
<b>Reuniões da Comissão</b>	<b>0</b>
<b>Visitas aos locais de trabalho</b>	<b>0</b>
<b>Outras</b>	<b>0</b>

**Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional**

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	
Adaptação do posto de trabalho	
Alteração do regime de duração do trabalho	
Mobilidade interna	

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20.11, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 06.03

**Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho**

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	

**Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais**

Segurança e saúde no trabalho	Valor (€)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	0,00 €
Equipamento de protecção (b)	0,00 €
Formação em prevenção de risco (c)	0,00 €
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	0,00 €

Nota:

- (a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na
- (b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos
- (c) Encargos na formação, informação e consulta
- (d) Incluir única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas

**QUADRO 27: Contagem relativa a participação em acções de formação profissional realizadas durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração**

Tipo de acção	Duração				TOTAL
	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	
Internas					0
Externas	25				25
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>25</b>

**Notas:**

- **acção interna**, a que se destina exclusivamente a efectivos do serviço.
- **acção externa**, a que pode ter a participação de efectivos de vários serviços
- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações)

**QUADRO 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção**

Grupo/cargo/carreira	N.º de participações e participantes			
	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	N.º de participações	N.º de participações	N.º de participações (*)	N.º de participantes (**)
Dirigente superior 1º grau a)				
Dirigente superior 2º grau a)				
Dirigente intermédio 1º grau a)				
Dirigente intermédio 2º grau a)		2	2	1
Técnico Superior		17	17	12
Assistente Técnico		2	2	2
Assistente Operacional				
Informático		2	2	2
Magistrado				
Pessoal de Inspeção				
Pessoal de Administração Tributária				
Oficial de Justiça		2	2	2
Polícia Judiciária				
Polícia de Segurança Pública-Chefe				
Polícia de Segurança Pública-Agente				
Guarda Nacional Republicana				
Serviço Estrangeiros Fronteira				
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>19</b>

**Notas:**

- (\*) - N.º de participações= n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações)
- (\*\*) - Total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante)
- a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

**QUADRO 29: Contagem das horas despendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção**

Grupo/cargo/carreira	Horas despendidas em acções internas	Horas despendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Dirigente superior 1º grau a)			0:00
Dirigente superior 2º grau a)			0:00
Dirigente intermédio 1º grau a)			0:00
Dirigente intermédio 2º grau a)		14:00	14:00
Técnico Superior		412:00	412:00
Assistente Técnico		52:00	52:00
Assistente Operacional			0:00
Informático		52:00	52:00
Magistrado			0:00
Pessoal de Inspeção			0:00
Pessoal de Administração Tributária			0:00
Oficial de Justiça		52:00	52:00
Polícia Judiciária			0:00
Polícia de Segurança Pública-Chefe			0:00
Polícia de Segurança Pública-Agente			0:00
Guarda Nacional Republicana-Sargento			0:00
Guarda Nacional Republicana-Guarda			0:00
Serviço Estrangeiros Fronteira			0:00

**Notas:** Consideraram-se as **horas** despendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano.

a) Cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto - republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

<b>QUADRO 30: Despesas anuais com formação</b>	
Tipo de acção/valor	
Despesa com acções internas	
Despesa com acções externas	839,35 €
<b>TOTAL</b>	<b>839,35 €</b>

**Notas:** Consideraram-se as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento do serviço.

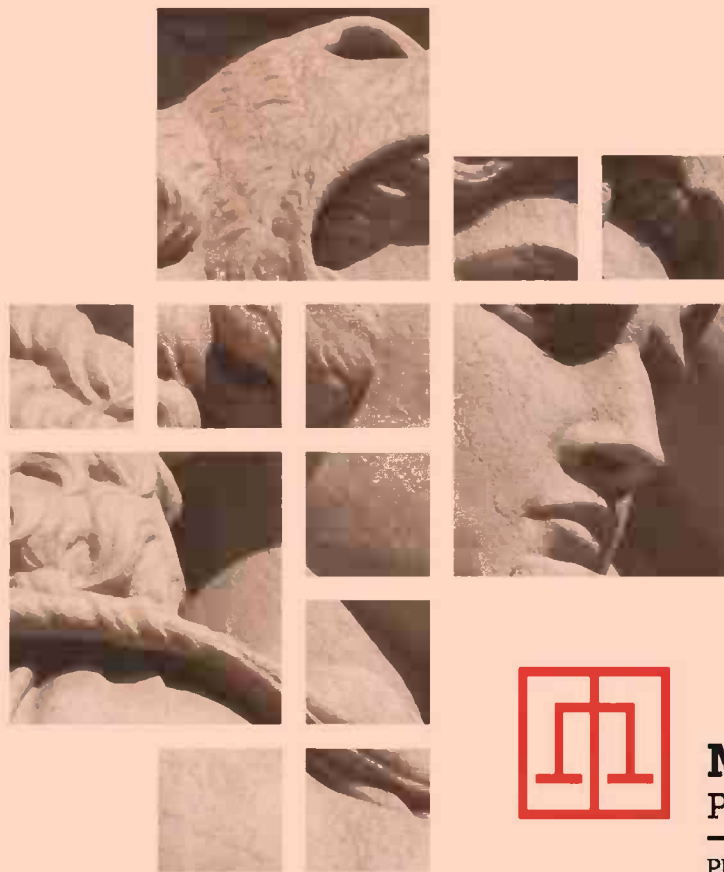
<b>Quadro 31: Relações profissionais</b>	
Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	172
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

<b>Quadro 32: Disciplina</b>	
Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	
Processos transitados para o ano seguinte	
<b>Processos decididos - total:</b>	
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão (1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
* Cessação da comissão de serviço	

(1) - para trabalhadores nomeados

(2) - para trabalhadores em CTFP





**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

**BALANÇO SOCIAL | 2021**

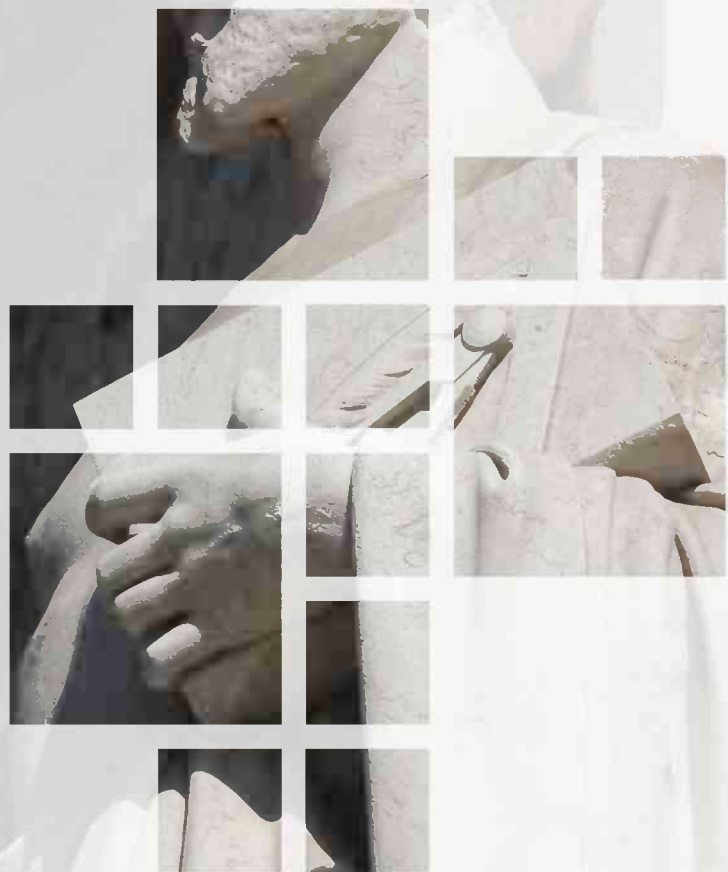
Procuradoria-Geral da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

# ***Relatório de Gestão 2021***



# RELATÓRIO DE GESTÃO | 2021

Secretaria-Geral da Procuradoria-Geral da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

# RELATÓRIO DE GESTÃO | 2021

**Secretaria-Geral da Procuradoria-Geral da República**



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Procuradoria-Geral da República  
Rua da Escola Politécnica, 140  
1269-269 Lisboa  
Tel. +351 213 921 900  
correiopgr@pgr.pt  
www.ministeriopublico.pt

**Titulo** | Relatório de Gestão 2021

**Edição** | Procuradoria-Geral da República

**Secretária-Geral da PGR** | Cristina Vicente



## Índice

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>1. PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA.....</b>	<b>5</b>
<b>1.1. Atribuições e competências.....</b>	<b>5</b>
<b>1.2. Estrutura organizativa.....</b>	<b>7</b>
<b>1.3. Enquadramento da Secretaria-Geral na estrutura orgânica da PGR ...</b>	<b>7</b>
<b>2. ANÁLISE DOS RECURSOS DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA .....</b>	<b>9</b>
<b>2.2. Tecnológico e Informáticos.....</b>	<b>12</b>
<b>2.3. Logísticos (Instalações) .....</b>	<b>13</b>
<b>2.4. Financeiros.....</b>	<b>14</b>
2.4.1. Ótica Orçamental.....	14
2.4.1.1. Receita .....	14
2.4.1.2. Despesa .....	16
2.4.1.3. Saldo Orçamental .....	19
2.4.2. Ótica patrimonial .....	19
2.4.2.1. Balanço .....	19
2.4.2.2. Demonstração dos Resultados .....	22
2.4.2.2.1. Rendimentos.....	23
2.4.2.2.2. Gastos .....	23
2.4.2.2.3. Resultado do Exercício .....	24
2.4.2.3. NCP 27 – Contabilidade de Gestão.....	24
<b>3. INDICADORES .....</b>	<b>26</b>
<b>4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>26</b>
<b>4.1. Balanço .....</b>	<b>27</b>
<b>4.2. Demonstração de resultados por natureza.....</b>	<b>28</b>
<b>4.3. Demonstração das alterações no património líquido.....</b>	<b>29</b>
<b>4.4. Demonstração de fluxos de caixa .....</b>	<b>30</b>
<b>4.5. Anexo às demonstrações financeiras.....</b>	<b>31</b>
<b>4.6. Demonstrações orçamentais.....</b>	<b>72</b>



4.6.1. Demonstração de desempenho orçamental .....	73
4.6.2. Demonstração de execução orçamental da receita 2021 .....	75
4.6.3. Demonstração de execução orçamental da despesa 2021 .....	76
4.6.4. Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos.....	79
4.6.5. Anexo às demonstrações orçamentais .....	80
4.6.5.1 Alterações orçamentais da receita.....	81
4.6.5.2. Alterações orçamentais da despesa .....	83
4.6.5.3. Alterações ao plano plurianual de investimentos.....	85
4.6.5.4. Operações de tesouraria .....	86
4.6.5.5.1 Contratação administrativa – situação dos contratos .....	87
4.6.5.5.2 Contratação administrativa – adjudicações por tipo de procedimento .....	89
4.6.5.6.1. Transferências e subsídios concedidos.....	90
4.6.5.6.2. Transferências e subsídios recebidos.....	91
4.6.5.7. Outras divulgações .....	92
<b>4.7. Certificação legal de contas .....</b>	<b>93</b>

### **Índice de Quadros**

Quadro n.º 1 – Número de efetivos por mapa de pessoal.....	10
Quadro n.º 2 – Orçamento de receita 2021/2020.....	14
Quadro n.º 3 – Evolução da receita cobrada 2017-2021.....	15
Quadro n.º 4 – Orçamento de Despesa 2021/2020.....	16
Quadro n.º 5 – Evolução da despesa 2017-2021.....	189
Quadro n.º 6 – Projetos com financiamento comunitário.....	18
Quadro n.º 7 – Balanço – Ativo 2021/2020.....	20
Quadro n.º 8 – Balanço – Património líquido e passivo 2021/2020.....	21
Quadro n.º 9 – Demonstração de resultados 2021/2020 .....	23
Quadro n.º 10 – Repartição de gastos por unidades orgânicas .....	26
Quadro n.º 11 – Indicadores económico/financeiros e orçamentais 2021/2020.....	27

### **Índice de Gráficos**

Gráfico n.º 1 – Número de efetivos segundo a modalidade de vínculo .....	10
Gráfico n.º 2 – Distribuição de efetivos por grupo, cargo e carreiras.....	10



## **INTRODUÇÃO**

O ano de 2021, à semelhança do ano 2020, ficou também marcado indelévelmente pela pandemia mundial da COVID-19.

Portugal enfrentou a 3.<sup>a</sup> vaga e o pior momento da pandemia no início de 2021, o que obrigou a um novo confinamento geral entre meados de janeiro e o final de março. Só após esse período, com a redução do número de infeções, registou-se uma gradual reativação da atividade económica, ainda que condicionada pelo aparecimento de novas variantes do vírus SARSCov-2.

A necessária adaptação a essa contingência, fez com que, ao nível da organização do trabalho dos serviços da Procuradoria-Geral da República, o teletrabalho, numa primeira fase, e posteriormente, o regime misto com trabalho presencial em escalas rotativas, passassem a ser a regra. Este facto implicou novos desafios ao nível da gestão, do modo de trabalho e de integração de pessoas e segurança do pessoal contra o vírus, que ainda circula, para se continuar a garantir a operacionalidade das funções.

Foi com este panorama que se geriu, o ano de 2021, e que através deste relatório, que tem como principal objetivo disponibilizar um conjunto de informações consideradas relevantes, em termos económicos e financeiros, caracterizadores da atuação da Procuradoria-Geral da República (PGR), durante o ano de 2021, se pretende evidenciar.

Para a satisfação deste desiderato, dividiu-se o documento em quatro partes distintas, mas interligadas entre si.

Na primeira parte, começa-se por apresentar a PGR ao nível das suas atribuições, competências e estrutura orgânica, bem como por efetuar o enquadramento dos Serviços de Apoio Técnico Administrativo (SATA) responsáveis pela elaboração da conta, na estrutura orgânica da PGR.



Na segunda parte, procede-se à explicitação e análise dos diversos recursos utilizados pela PGR, iniciando-se pelos recursos humanos, passando pelos recursos informáticos e pelos recursos logísticos, terminando nos recursos financeiros numa ótica orçamental e patrimonial.

Na terceira parte, evidenciam-se e examinam-se os principais indicadores financeiros e orçamentais explicativos da situação económica/financeira da entidade.

Na quarta parte, apresentam-se as demonstrações financeiras e orçamentais e as respetivas notas explicativas.

Lisboa, 12 de abril de 2022

A Secretária-Geral da Procuradoria-Geral da República

Cristina Vicente

(Procuradora da República)



## **1. PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

### **1.1. Atribuições e competências**

As atribuições, competências e áreas de atuação funcional da Procuradoria-Geral da República (PGR), enquanto órgão superior do Ministério Público, encontram-se definidas no Estatuto do Ministério Público, aprovado pela Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto.

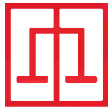
Assim, e na prossecução das suas competências, a Procuradoria-Geral da República, presidida por Sua Excelência a Conselheira Procuradora-Geral da República, Lucília Gago, concentra a sua intervenção na direção, coordenação e fiscalização da atividade do Ministério Público, a qual se distribui por vários planos, em que se incluem, entre outras, o exercício da ação penal, compreendendo a direção da investigação criminal, a promoção da legalidade, a representação do Estado, de incapazes e de incertos, e o exercício de funções consultivas.

Nos termos do Estatuto do Ministério Público (artigo 16.º), compete à Procuradoria-Geral da República:

- Promover a defesa da legalidade democrática;
- Nomear, colocar, transferir, promover, exonerar, apreciar o mérito profissional, exercer a ação disciplinar e praticar, em geral, todos os atos de idêntica natureza respeitantes aos magistrados do Ministério Público, com exceção do Procurador-Geral da República;
- Dirigir, coordenar e fiscalizar a atividade do Ministério Público e emitir as diretivas, ordens e instruções a que deve obedecer a atuação dos magistrados do Ministério Público no exercício das respetivas funções;

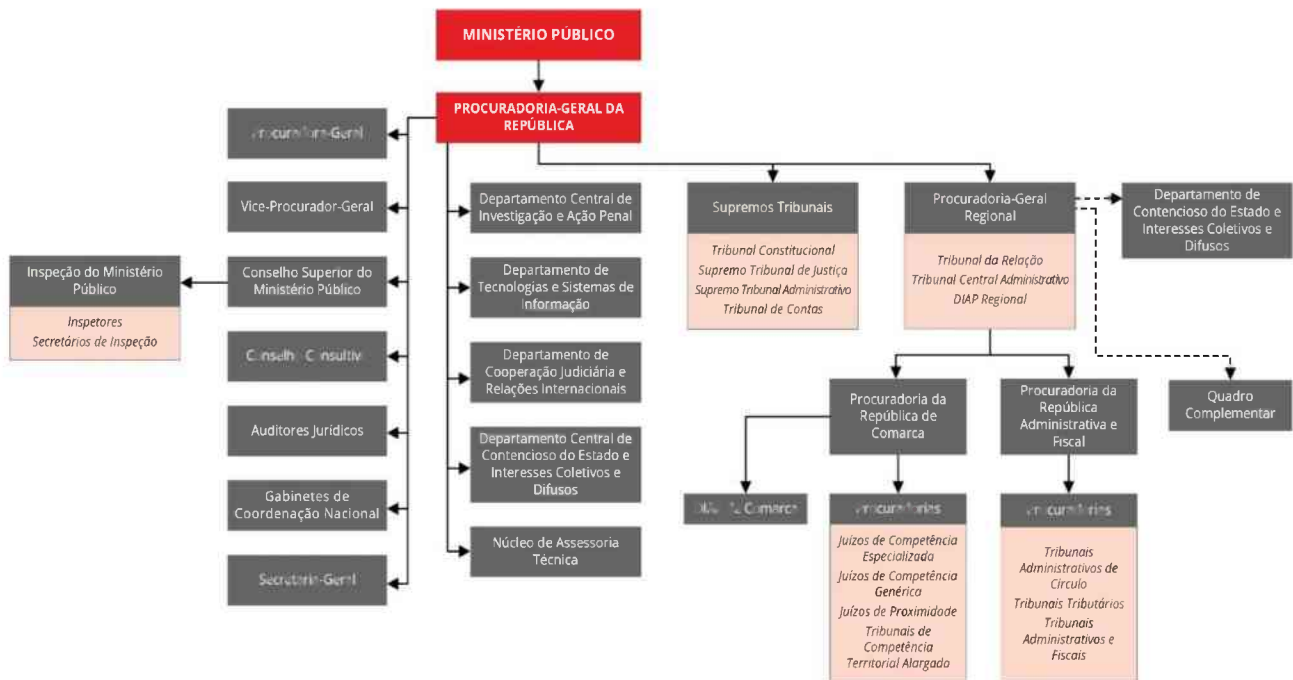


- Pronunciar-se sobre a legalidade dos contratos em que o Estado seja interessado, quando o seu parecer for exigido por lei ou solicitado pelo Governo;
- Emitir parecer nos casos de consulta previstos na lei e a solicitação do Presidente da Assembleia da República, dos membros do Governo, dos Representantes da República para as regiões autónomas ou dos órgãos de Governo próprio das regiões autónomas;
- Propor ao membro do Governo responsável pela área da justiça providências legislativas com vista ao incremento da eficiência do Ministério Público e ao aperfeiçoamento das instituições judiciais;
- Informar, por intermédio do membro do Governo responsável pela área da justiça, a Assembleia da República e o Governo acerca de quaisquer obscuridades, deficiências ou contradições dos textos legais;
- Fiscalizar superiormente a atividade processual dos órgãos de polícia criminal, nos termos do presente Estatuto;
- Coordenar a atividade processual dos órgãos de polícia criminal entre si, nos termos da lei;
- Decidir sobre matéria relativa aos sistemas e tecnologias de informação do Ministério Público;
- Garantir a produção estatística relativa à atividade do Ministério Público, promovendo a transparência no sistema de justiça;
- Exercer as demais funções conferidas por lei.



## 1.2. Estrutura organizativa

A orgânica do MP apresenta-se como segue:



## 1.3. Enquadramento da Secretaria-Geral na estrutura orgânica da PGR

Com a aprovação do Estatuto do Ministério Público, através da Lei n.º 60/98, de 27 de agosto, o Ministério Público viu alterada a sua feição de magistratura tendencialmente monocrática, para uma magistratura estruturada em órgãos – a Procuradoria-Geral da República, as procuradorias-gerais regionais, as procuradorias da República de comarca e as procuradorias da República administrativas e fiscais.

Nos termos do novo Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto), a Procuradoria-Geral da República, sendo o órgão superior do Ministério Público, compreende o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Conselho Superior do Ministério Público, o Conselho Consultivo da Procuradoria-



Geral da República, os auditores jurídicos, os gabinetes de coordenação nacional e a Secretaria-Geral.

Funcionam ainda na sua dependência o Departamento Central de Investigação e Ação Penal, o departamento das tecnologias e sistemas de informação, o departamento de cooperação judiciária e relações internacionais, o departamento central de contencioso do Estado e interesses coletivos e difusos e o Núcleo de Assessoria Técnica.

Com o atual Estatuto do Ministério Público (n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto) foi criada, em substituição dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo, a Secretária-geral da Procuradoria-Geral da República, cuja organização interna e regimes de pessoal serão definidos em diploma próprio. Contudo, até à publicação dos referidos regimes, mantém-se em vigor o Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, que aprovou a orgânica dos serviços da Procuradoria-Geral da República.



## 2. ANÁLISE DOS RECURSOS DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Em 31 de dezembro de 2021, o número de efetivos a desempenhar funções nos Serviços da PGR e a quem são abonadas remunerações, ascendeu a 360<sup>1</sup>, mais 63 do que em igual período do ano anterior, distribuídos da seguinte forma (Quadro n.º 1).

**Quadro n.º 1 - Número de efetivos por mapa de pessoal**

	31/12/2021	31/12/2020
Dirigente superior 1.º grau	1	1
Dirigente superior 2.º grau	1	1
Dirigente intermédio 1.º grau	1	1
Dirigente intermédio 2.º grau	3	3
Técnico superior	39	38
Assistente Técnico	43	43
Assistente Operacional Pessoal de informática	10	8
Pessoal de Informática	18	16
Magistrados (inclui os jubilados em funções)	126	77
Pessoal de Inspeção	9	9
Pessoal de Adm Tributária	5	5
Oficial de Justiça	68	64
Polícia Judiciária	13	13
PSP - Chefe de Polícia	2	2
PSP - Agente	13	9
GNR - Guarda	7	6
SEF	1	1
<b>Total</b>	<b>360</b>	<b>297</b>

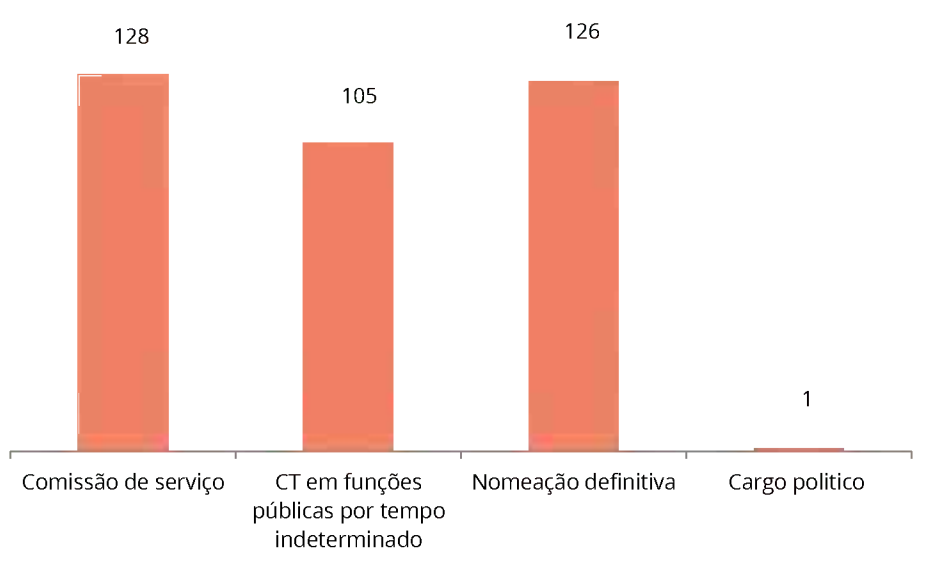
Quanto ao tipo de vínculo de emprego público existente na PGR, no ano de 2021, a “comissão de serviço”, tem uma representação de 128 trabalhadores (35.5%), seguindo-se a “nomeação definitiva” integra 126 elementos, correspondendo a 35% do

<sup>1</sup> Critério SIGO. Neste critério, são incluídas todas as despesas efetuadas com o pessoal, incluindo os magistrados jubilados.



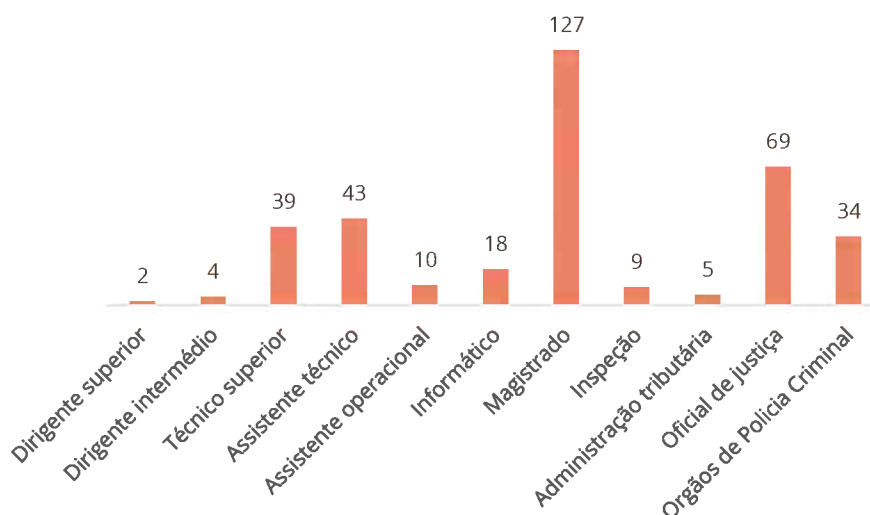
efetivo da PGR, o “contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado”, com 105 trabalhadores (29.16%). O cargo de Procurador-Geral da República/PGR (0,2%), único magistrado do MP sujeito a designação pelo poder político, (Gráfico n.º 1).

**Gráfico n.º 1 - Número de efetivos segundo a modalidade de vínculo**



Quando se procede à distribuição dos 360 efetivos por grupos profissionais, obtêm-se os resultados do gráfico n.º 2, expressos em valores absolutos.

**Gráfico n.º 2 - Distribuição de efetivos por grupo, cargo e carreiras**





Destaca-se o grupo dos Magistrados do Ministério Público, com 127 elementos (35,27% dos efetivos), o que decorre, naturalmente, da natureza da missão e das competências da PGR. Este grupo abrange a Procuradora-Geral da República, o Vice-Procurador da República, os Diretores do DCIAP, do DCCEID, do DTSI, do DCJRI, Procuradores-Gerais Adjuntos e Procuradores da República.

Aos cargos de direção superior e de direção intermédia correspondem um dirigente superior de 1.º grau, um dirigente superior de 2.º grau e 4 dirigentes intermédios (1 de 1.º grau e 3 de 2.º grau) o que equivale a 1,6% do total dos efetivos.

O segundo grupo mais representativo é o dos Oficiais de justiça (abrange os Secretários de Inspeção), com 69 trabalhadores, representa 19,16% dos efetivos da PGR.

Logo a seguir, com 43 trabalhadores, a carreira de Assistente técnico (inclui a categoria de Assistente técnico e Coordenador técnico) regista uma percentagem de 11,9%. A carreira de Técnico superior totaliza 39 trabalhadores, 10,83% dos postos de trabalho ocupados.

No que respeita aos Órgãos de Polícia Criminal (OPC), este grupo regista 34 elementos e compreende o Corpo Especial da Polícia Judiciária (11), a Polícia de Segurança Pública (15), a Guarda Nacional Republicana (7), e por último, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (1) o que equivale a 9,4% dos efetivos da PGR.

As carreiras de Informática, que reúnem 18 trabalhadores compreende a carreira dos Especialistas de informática e a carreira dos Técnico de informática, representam 5% do total de efetivos.

Pertencem aos elementos da carreira dos Especialistas do NAT – 17 elementos, corresponde a 4,72%.

Com 10 trabalhadores, a carreira de Assistente operacional corresponde a 2,7% do total de efetivos.



A taxa de tecnicidade, relação entre Licenciados, Mestrados e Doutorados (incluindo Dirigentes, Magistrados, Especialistas do NAT, Técnicos Superiores, Especialistas de Informática, alguns elementos da carreira de Oficiais de Justiça e dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC)), e o total de trabalhadores, é de 63,3%.

## 2.2. Tecnológico e Informáticos

Em 2021, no âmbito da renovação do parque de equipamentos informáticos e da satisfação de novas solicitações, adquiriram-se e instalaram-se os seguintes equipamentos:

- Thin Clients
- Computadores de secretária;
- Computadores portáteis;
- Monitores de 23”;
- Switchs para LAN;
- Servidores;
- Storage (controladora e gavetas de expansão);
- Memória RAM para PCs e servidores;
- Fontes de alimentação;
- Ratos e teclados;

Em termos de suportes e atendendo ao histórico de consumo dos últimos anos, prevê-se a aquisição dos seguintes elementos:

- Discos externos de 2,5” com capacidades variadas (500GB, 1TB, 2TB, 4TB);
- Tapes de backup e LTO7;
- CDs e DVDs;



- Discos internos com tecnologia SSD para instalação em computadores;
- Discos internos para instalação em Storage e em NAS.

### 2.3. Logísticos (Instalações)

Os diversos serviços da PGR encontram-se instalados em 6 edifícios em Lisboa com a seguinte localização:

O Palácio Palmela, sito na Rua da Escola Politécnica, onde estão instalados a Procuradora-Geral da República, o Vice Procurador-Geral da República, o Gabinete do Procurador-Geral da República, o Gabinete de Imprensa, o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, o Secretário-Geral da Procuradoria-Geral da República, o Gabinete da Família, da Criança e do Jovem, os Serviços de Apoio Técnico e Administrativo.

Junto ao Palácio, na Rua do Salitre, encontram-se instalados os Recursos Humanos, a Administração de Sistema e Redes e a Ajuda Informática.

O Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) encontra-se instalado na Rua Gomes Freire.

No edifício da Rua do Vale de Pereiro estão instalados o Departamento de Cooperação Judiciária e Relações Internacionais (DCJRI), o Departamento das Tecnologias e Sistemas de Informação (DTSI), o Núcleo de Assessoria Técnica (NAT), a Divisão de Apoio Jurídico (DAJ), a Divisão de Documentação e Informação (DDI), os Gabinetes de Cibercrime e de Projetos, a Divisão de Planeamento, Organização e Informática (DPOI).

No Palácio da Justiça de Lisboa, na Rua Marquês da Fronteira está instalado o Departamento Central de Contencioso do Estado e de Interesses Coletivos e Difusos.



Os Serviços de Apostila funcionam no Campus da Justiça, Avenida D. João II, n.º 1.08.01, Edifício E em Lisboa.

## 2.4. Financeiros

### 2.4.1. Ótica Orçamental

#### 2.4.1.1. Receita

Conforme se constata da análise do Quadro n.º 2, a receita cobrada líquida, em 2021, quando comparada com igual período do ano anterior, cresceu 32% (6.681.138 euros).

**Quadro n.º 2 - Orçamento de receita 2021/2020**

(euros)

Descrição	2021	2020	Variação	Variação %
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	(4)=[(1)/(2)-1]
FF 311 - Receitas de Impostos	22 948 414 €	17 041 119 €	5 907 295 €	34,7%
FF 513 - Receitas Próprias	889 296 €	499 308 €	389 988 €	78,1%
FF 522 - Saldos de RP Transitados	1 993 812 €	1 808 137 €	185 675 €	10,3%
FF 541 - Transferências de Out Organismos	950 000 €	792 108 €	157 892 €	19,9%
FF 361-Transição de Saldos - de Receita Próprias Afetas a projetos cofinanciados	0 €	28 588 €	-28 588 €	-100,0%
FF 368 - Saldos de RP afetas a proj. cofinanciados	65 722 €	0 €	65 722 €	
FF 369 - Transferências de RP afetas a projetos cofinanciados entre organismos	357 382 €	591 299 €	-233 917 €	-39,6%
FF 411 - Feder	271 609 €	48 410 €	223 199 €	461,1%
FF 482 - Outros Fundos Europeus	100 300 €	86 428 €	13 872 €	16,1%
FF 488 - transição de saldos- Fundos Europeus	17 €	17 €	0 €	-0,1%
<b>Total</b>	<b>27 576 552 €</b>	<b>20 895 414 €</b>	<b>6 681 138 €</b>	<b>32,0%</b>

Este aumento reflete, essencialmente, a evolução positiva: i) das receitas de impostos 34,7% (5.907.295 euros) e ii) das receitas próprias 78,1% (389.988 euros) e iii) das receitas provenientes de fundos comunitários (237.072 euros).



A explicação para o aumento, está relacionada com: i) no caso de receitas de impostos, com transferências de verbas para suportar o pagamento do subsídio de compensação e com a entrada de magistrados, funcionários e trabalhadores; ii) no caso da receita própria, com o regresso gradual da atividade à normalidade quotidiana em resultado da pandemia da doença COVID-19 que fez aumentar a procura dos serviços de apostilas e com o reembolso, por parte da seguradora Lusitânia, dos montantes correspondentes ao pagamento das remunerações da procuradora-geral adjunta Paula Peres; e iii) no caso dos fundos comunitários, com o desenvolvimento da atividade, nomeadamente com a finalização do “*software*”, do projeto “+ SIM – Simplificação, Interação e Modernização do Relacionamento com o Cidadão Através da Plataforma Digital”.

Analisando a evolução da receita ao longo dos últimos 5 anos (2017- 2021), verifica-se um crescimento médio de 13% /ano, com especial destaque para receitas de impostos (Quadro n.º 3).

**Quadro n.º 3 – Evolução da receita cobrada 2017-2021**

(euros)

<b>Financiamento</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
FF-311 - Receitas de Impostos	13 101 043	14 996 468	15 259 732	17 041 119	22 948 414
FF-513 - - Receitas Próprias	578 754	617 694	698 056	499 308	889 297
FF-522 - Transição de Saldos - Receitas Próprias	180 559	1 069 648	1 543 642	1 808 137	1 993 812
FF-541 - Transferências de Outros Organismos	2 877 363	654 991	892 386	792 108	950 000
<b>Soma Funcionamento</b>	<b>16 737 719</b>	<b>17 338 802</b>	<b>18 393 816</b>	<b>20 140 672</b>	<b>26 781 523</b>
Comparticipação Nacional	23 754	664 927	255 076	591 299	357 382
Saldos transitados-Comparticipação Nacional	0	9 626	25 874	28 588	65 722
Comparticipação Comunitária	54 462	1 191 349	447 780	134 838	371 909
Saldos transitados-Comparticipação Comunitária	0	19 029	126 079	17	17
<b>Soma Investimento</b>	<b>78 216</b>	<b>1 884 931</b>	<b>854 809</b>	<b>754 742</b>	<b>795 030</b>
<b>Total</b>	<b>16 815 935</b>	<b>19 223 733</b>	<b>19 248 625</b>	<b>20 895 414</b>	<b>27 576 553</b>



### 2.4.1.2 Despesa

Comparativamente com período homólogo do ano anterior, e conforme se verifica da leitura do Quadro n.º 4, a despesa cresceu 7.318.755 euros (39,2%), sendo que a despesa de funcionamento aumentou 7.362.218 euros (40,9%) e a despesa de investimento decresceu 43.463 euros (-6,3%).

**Quadro n.º 4 – Orçamento de Despesa 2021/2020**

Descrição	(euros)			
	2021	2020	Variação	Variação %
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	(4)=((1)/(2)-1)
01 - Despesas com Pessoal	22 478 131 €	15 439 549 €	7 038 582 €	45,6%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	2 659 199 €	2 299 165 €	360 034 €	15,7%
04 - Transferências correntes	8 844 €	10 822 €	-1 978 €	-18,3%
06 - Outras despesas correntes	8 935 €	9 251 €	-316 €	-3,4%
07 - Aquisição de Bens de Capital	195 592 €	229 697 €	-34 105 €	-14,8%
<b>Soma Funcionamento</b>	<b>25 350 702 €</b>	<b>17 988 484 €</b>	<b>7 362 218 €</b>	<b>40,9%</b>
01 - Despesas com Pessoal	0 €	578 €	-578 €	-100,0%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	622 380 €	296 063 €	326 317 €	110,2%
07 - Aquisição de Bens de Capital	23 159 €	392 361 €	-369 202 €	100,0%
<b>Soma Investimento</b>	<b>645 539 €</b>	<b>689 002 €</b>	<b>-43 463 €</b>	<b>-6,3%</b>
<b>Total</b>	<b>25 996 241 €</b>	<b>18 677 486 €</b>	<b>7 318 755 €</b>	<b>39,2%</b>

Ao nível do orçamento de funcionamento, este resultado é explicado, essencialmente, pelo incremento das despesas com o pessoal, no montante de 7.038.582 euros (45,6%) e pelas despesas com aquisição de bens e serviços, no valor de 360.034 euros (15,7%).

A explicação para o aumento de despesas com o pessoal resulta, em grande medida, do facto de : i) os magistrados que, até ao final do ano de 2020, exerciam funções, em regime de destacamento, terem passado a exercer funções em regime de comissão de serviço, passando a ser abonados pelo orçamento PGR; ii) se ter começado a suportar



os encargos com o subsídio de compensação de todos os magistrados em exercício de funções na PGR ; iii) o número de magistrados funcionários e trabalhadores a quem a PGR passou a suportar as remunerações ter aumentado<sup>2</sup>.

O aumento das despesas com a aquisição de bens e serviços está muito relacionado com o regresso gradual da atividade económica à normalidade.

Quanto ao orçamento de investimento, registou-se um aumento de despesas com “aquisição de bens e serviços” devido, essencialmente, à conclusão do desenvolvimento do *software* do projeto “+ SIM”<sup>3</sup> e um decréscimo de despesa com a “aquisição de bens de capital” fruto de um maior investimento, no ano anterior, com a conclusão de alguns projetos, especialmente do “Secklinkplus” e do atraso, devido à situação pandémica, de fornecimento de alguns bens comprados no âmbito do projeto “+Sim”, no montante de 135.248, 55 euros<sup>4</sup>.

Durante o ano 2021, as medidas com a mitigação da doença Covid 19<sup>5</sup>, elevaram-se a 4.124 euros, num total, desde 2020, de 54.172 euros.

Analisando a evolução da despesa nos últimos 5 anos (2017- 2021), constata-se que houve um crescimento médio na ordem dos 13,4% /ano, influenciada pelo incremento das despesas com o pessoal (Quadro n.º 5).

---

<sup>2</sup> Magistrados, Técnicos superiores, oficiais de justiça, órgãos de polícia criminal.

<sup>3</sup> No ano de 2021, o montante executado ascendeu a 535.238,93 euros, ao qual acresce 127.579,53 euros pagos no ano de 2020, num total de 662.818,46 euros.

<sup>4</sup> Servidores e gavetas de expansão.

<sup>5</sup> Géis, luvas, máscaras, viseiras, VPN's



### Quadro n.º 5 – Evolução da despesa 2017-2021

(euros)

Agrupamentos de Despesa	Execução 2017	Execução 2018	Execução 2019	Execução 2020	Execução 2021
01 - Despesas com Pessoal	13 101 043	13 187 801	13 767 036	15 439 549 €	22 478 131 €
02 - Aquisição de Bens e Serviços	2 284 412	2 333 701	2 476 259	2 299 165 €	2 659 199 €
04 - Transferências correntes	6 500	6 000	7 200	10 822 €	8 844 €
06 - Outras despesas correntes	14 046	6 150	8 568	9 251 €	8 935 €
07 - Aquisição de Bens de Capital	262 070	261 508	326 616	229 697 €	195 592 €
<b>Soma Funcionamento</b>	<b>15 668 071</b>	<b>15 795 160</b>	<b>16 585 679</b>	<b>17 988 484</b>	<b>25 350 701</b>
01 - Despesas com Pessoal				578	0
02 - Aquisição de Bens e Serviços	49 561	692 229	659 243	296 063	622 380
07 - Aquisição de Bens de Capital	0	1 040 750	166 962	392 361	23 159
<b>Soma Investimento</b>	<b>49 561</b>	<b>1 732 979</b>	<b>826 205</b>	<b>689 002</b>	<b>645 540</b>
<b>Total</b>	<b>15 717 632 €</b>	<b>17 528 139 €</b>	<b>17 411 884 €</b>	<b>18 677 486 €</b>	<b>25 996 241 €</b>

No que respeita aos projetos de investimento, a PGR, reconhecendo as dificuldades orçamentais existentes, mas tendo a noção de que é importante continuar a investir para melhorar a sua operacionalidade tem vindo apostar em a projetos com financiamentos comunitários, como fonte de receitas.

Entre os anos de 2017 e de 2021, a PGR contratualizou vários projetos de investimento, num total 5.099.981.35 euros, cofinanciados por fundos europeus, tendo pago 3.943.285,94 euros (Quadro n.º 6).

### Quadro n.º 6 – Projetos com financiamento comunitário

(euros)

Designação	Início	Fim	Montante candidatura Aprobada	Financiamento		Montante Pago 2017 a 2021		
				Nac. %	Comum. %	Total	Nac.	Comum.
Atendimento Eletrónico ao Cidadão (AEC)	01/04/2017	30/03/2019	881 158,37 €	43%	57%	699 294,59 €	294 417,28 €	404 877,31 €
SIC-MP	01/01/2017	30/11/2019	999 462,00 €	25%	75%	955 389,50 €	286 081,95 €	669 307,55 €
Laboratório Forense	06/12/2016	21/06/2018	676 198,97 €	20%	80%	749 255,66 €	283 751,59 €	465 504,07 €
Ethos-Criminalidade Económica Financeira e Corrupção	01/09/2016	30/09/2018	213 000,00 €	25%	75%	164 051,08 €	46 776,67 €	117 274,41 €
EXEC	01/02/2018	31/01/2020	155 348,01 €	20%	80%	43 577,20 €	4 698,84 €	38 878,36 €
Evidence2e-Codex	15/02/2018	15/11/2019	27 984,00 €	21%	79%			
Seclinkplus	16/09/2019	30/09/2020	546 656,00 €	25%	75%	558 599,22 €	394 602,44 €	163 996,78 €
+sim	01/06/2019	30/09/2022	1 000 000,00 €	43%	57%	662 818,46 €	342 799,64 €	320 018,82 €
PT-evidence	15/11/2019	12/11/2021	474 674,00 €	25%	75%	97 140,97 €	9 999,99 €	87 140,98 €
Capacitação de Ativos	01/03/2020	30/09/2022	125 500,00	25%	75%	13 159,26 €		13 159,26 €
<b>Total</b>			<b>5 099 981,35 €</b>			<b>3 943 285,94</b>	<b>1 663 128,40</b>	<b>2 280 157,54</b>



### 2.4.1.3 Saldo Orçamental

O saldo de operações orçamentais, de 2021, a transitar para a gerência seguinte, ascende a 1.738.688,72 euros.

### 2.4.2. Ótica patrimonial

#### 2.4.2.1. Balanço

Quadro n.º 7 - Balanço - Ativo 2021/2020

(euros)

RUBRICAS	2021	2020
ATIVO		
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis	1 469 014,63	1 762 384,30
Ativos intangíveis	1 269 193,36	1 331 336,22
<b>Ativo não corrente</b>	<b>2 738 207,99</b>	<b>3 093 720,52</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários		
Outras contas a receber	2 863 642,14	2 527 503,66
Diferimentos	368 845,92	288 170,55
Caixa e depósitos	2 376 241,22	2 542 647,54
<b>Ativo corrente</b>	<b>5 608 729,28</b>	<b>5 358 321,75</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>8 346 937,27</b>	<b>8 452 042,27</b>

O montante do ativo líquido situou-se nos 8.346.937,27 euros, (-1,2% - 105 mil euros) inferior ao do registado no ano anterior. A estrutura do ativo encontra-se evidenciada no Quadro n.º 7.

O Ativo não corrente evidenciou um decréscimo global de 355.512,53 euros, tanto em ativos fixos tangíveis (-293.369,67), como em ativos intangíveis (-62.142,86), derivado do facto de as aquisições terem sido inferiores às depreciações.

Ao nível dos ativos fixos tangíveis, as aquisições ascenderam a 278.911,59 euros, sendo que 271.843,43 € é equipamento administrativo.



Os investimentos realizados em ativos intangíveis (550.881,74€) estão fortemente associados ao desenvolvimento de sistemas de informação, no âmbito do projeto cofinanciado “+ Sim” (535.238,93 euros).

O ativo corrente registou um aumento de 4,7% (250.407,53 euros) em resultado: i) em sentido positivo, do incremento da rubrica de “diferimentos” (80.673,37 euros)<sup>6</sup>; do acréscimo da rubrica “outras contas a receber” (336.138,48 euros), decorrente do acréscimo de rendimentos para fazer face às férias e subsídio de férias referentes à responsabilidade do Estado para com a entidade e ii) em sentido negativo, da diminuição da rubrica “caixa e depósitos” (-166.406,32 euros).

**Quadro n.º 8 - Balanço - Património líquido e passivo 2021/2020**

(euros)

RUBRICAS	2021	2020
Património/Capital	1 896 168,02	1 896 168,02
Resultados transitados	2 438 392,71	1 875 297,49
Outras variações no património líquido	939 753,34	1 011 124,04
Resultado líquido do período	-680 075,89	563 095,22
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>4 594 238,18</b>	<b>5 345 684,77</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>		
Credores transfer. E sub. Não reembolsáveis	221 706,87	158 376,58
Fornecedores	443,10	2 627,99
Estado e outros entes públicos		
Fornecedores de investimento		
Outras contas a pagar	3 530 549,12	2 896 943,38
Diferimentos		48 409,55
	3 752 699,09	3 106 357,50
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<b>8 346 937,27</b>	<b>8 452 042,27</b>

<sup>6</sup> Nesta conta foram registados os encargos suportados em 2021, referentes ao exercício de 2022, tais como rendas de imóveis e licenças de programas informáticos de carácter plurianual.



O património líquido situou-se nos 4.594.238,18 euros, tendo diminuído 14% (751.446,59 euros) face ao ano transato, explicado essencialmente pelo resultado líquido negativo do período do relato (-680.075,89 euros).

A rubrica “outras variações no património líquido” (939.753,34 euros), respeita ao financiamento de ativos que serão reconhecidos como rendimento em exercícios futuros de acordo com a depreciação dos ativos e decorrem de subsídios ao investimento obtidos relacionados com o financiamento de projetos comunitários.

O passivo regista um aumento na ordem dos 20,8% (646.341,59 euros). Merecem especial destaque as rubricas: i) “Credores transferências e subsídios não reembolsáveis”, com o montante 221.706,87 euros, correspondente ao saldo de “receita de impostos” a devolver ao Estado, sendo que 158.376,58 euros correspondem ao ano de 2020 e 63.330,29 euros ao ano de 2021<sup>7</sup>; ii) “Outras contas a pagar” onde foram contabilizados os acréscimos de gastos respeitantes a remunerações a liquidar referentes a férias e subsídio de férias da responsabilidade do Estado para com o organismo<sup>8</sup> (2.863.642,14 euros) e o reconhecimento do valor dos projetos cofinanciados já contratualizados e ainda por receber (203.269,15 euros) e iii) A redução das rubricas de “fornecedores”, evidenciando um esforço de cumprimento das obrigações e de não transição de compromissos para o ano seguinte.

---

<sup>7</sup> Aguarda-se informação, por parte da Direção-Geral do Orçamento, de como proceder para efetuar a devolução.

<sup>8</sup> Está registado igual montante do lado do ativo em outras contas a receber.

**2.4.2.2. Demonstração dos Resultados****Quadro n.º 9 – Demonstração de resultados 2021/2020**

(euros)

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Impostos, contribuições e taxas	610 434,14	488 192,94
Vendas		
Prestações de serviços e concessões		
Transferências e subsídios correntes obtidos	25 056 952,08	18 555 181,39
Variações nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-20 158,12
Fornecimentos e serviços externos	-2 493 676,99	-2 037 489,35
Gastos com o pessoal	-23 395 118,54	-15 785 768,82
Transferências e subsídios concedidos	-7 620,00	-10 821,90
Prestações sociais		
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	752 770,29	437 302,05
Outros gastos e perdas	-18 511,01	-21 861,27
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>505 229,97</b>	<b>1 604 576,92</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 185 305,86	-1 041 481,70
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>-680 075,89</b>	<b>563 095,22</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados		
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-680 075,89</b>	<b>563 095,22</b>
Imposto sobre o rendimento		
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-680 075,89</b>	<b>563 095,22</b>



#### 2.4.2.2.1. Rendimentos

No ano de 2021, os rendimentos elevaram-se a 26.420.156,51 euros. Comparado com o ano anterior registou-se um crescimento de 35,62% (6.939.480,13 mil euros) fruto dos incrementos de transferências e subsídios correntes obtidos (35%) e de outros rendimentos e ganhos (Quadro n.º 9).

A receita própria ascendeu a 610.434,14 euros<sup>9</sup>, correspondendo a um acréscimo de 25% face ao ano anterior. Este aumento explica-se, em certa medida, pelo impacto decorrente dos efeitos provocados pelo levantamento gradual das medidas e restrições no âmbito da mitigação da propagação da pandemia COVID-19, que se refletiram diretamente no aumento do número de “apostillas” efetuadas, e consequentemente na receita arrecadada.

Outros rendimentos e ganhos resultaram do reconhecimento dos rendimentos com os subsídios ao ativo/investimento apurados com base nas amortizações do exercício de bens financiados com subsídios comunitários (478.530,51 euros) e de regularizações de reposições não abatidas ao pagamento (274.239,78 euros<sup>10</sup>).

#### 2.4.2.2.2. Gastos

Os gastos totalizaram 27.100.232,40 euros, correspondendo a um acréscimo de 8.182.651,24 euros face ao ano transato (Quadro n.º 9), resultantes essencialmente dos aumentos dos gastos com o pessoal (7.609.349,72 euros) e dos gastos com fornecimentos e serviços externos (456.187,64 euros).

---

<sup>9</sup> Apostilas (605.076,02 euros) e multas e penalidades aplicadas (5.358,12 euros).

<sup>10</sup> Destaca-se o montante pago pela seguradora Lusitânia Seguros (206.468,23 euros) decorrente do acidente em trabalho de uma magistrada.



As razões subjacentes ao incremento dos gastos com o pessoal e dos fornecimentos e serviços externos estão relatadas no ponto 2.4.1.2.

Na rubrica “Outros gastos” estão registados essencialmente os pagamentos de taxas de saneamento (16.928,61 euros), imposto sobre o consumo de eletricidade e contribuição audiovisual (54,36 euros).

#### 2.4.2.2.3. Resultado do Exercício

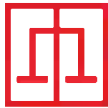
O resultado líquido do exercício ascendeu a um montante negativo de 680.075,89 euros, influenciado grandemente pelo aumento dos gastos com o pessoal e dos fornecimentos e serviços externos<sup>11</sup>.

#### 2.4.2.3. NCP 27 – Contabilidade de Gestão

A Procuradoria implementou pela primeira vez a NCP 27 – Contabilidade de Gestão, pois foi possível desenvolver um sistema de informação de gestão o qual permite que os requisitos dessa Norma sejam cumpridos.

---

<sup>11</sup> Houve necessidade de solicitar o pedido de integração de saldos de gerências de anos anteriores no montante de 966.375,40 euros



Assim, conforme definido no n.º 34 do ponto 6 – Divulgações, daquela Norma, são detalhadas as repartições de Gastos por unidades orgânicas:

**Quadro n.º 10 – Repartição de gastos por unidades orgânicas**

Unidades Orgânicas:	Repartição de Gastos	
	Fornecimentos e Serviços Externos (1)	Outros gastos com pessoal (2)
5017100000 PGR	4,47%	22,00%
5017111000 Secretário da PGR	1,68%	1,00%
5017111200 Dir Serv Apoio Adm	0,28%	1,00%
5017111210 Unidade de Adm de Processos	6,70%	2,00%
5017111220 Unidade de Adm Geral	6,42%	3,00%
5017111300 Div Plan e Organiz e Informat	5,31%	4,00%
5017111400 Div Apoio Juridico	1,40%	1,00%
5017111500 CIMP -Coop. Internacional Matéria Penal	3,35%	1,00%
5017111600 Div de Documentação e Informação	3,35%	2,00%
5017112000 Gab. Documentação e Direito Comparado	2,23%	2,00%
5017113000 CSMP, Insp	11,17%	8,00%
5017114000 Auditoria Juridica, Gab Cibercrime, PGAs	13,13%	27,00%
5017115000 Depart Centr Inv Acç Penal	30,46%	17,00%
5017117000 Conselho Consultivo	2,23%	2,00%
5017118000 Nucleo de Apoio Técnico	5,03%	5,00%
5017119000 Gabin Coordenação Sistemas de Informação	2,79%	2,00%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

- (1) Taxas apuradas de acordo com o número de pessoal por unidade orgânica.
- (2) Essencialmente encargos para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social que não foi possível imputar diretamente, sendo que as taxas foram apuradas de acordo com o montante gasto com o pessoal por unidade orgânica.

Em exercícios seguintes continuarão a ser implementados procedimentos de melhoria contínua, nessa área.



### 3. INDICADORES

Em face do exposto e da leitura dos indicadores financeiros e orçamentais (Quadro n.º 10), considera-se que a PGR mantém, em 2021, uma situação financeira sólida e equilibrada.

**Quadro n.º 11 - Indicadores económico/financeiros e orçamentais 2021/2020**

(euros)

<b>Indicadores</b>	2021	2020
<b>Económico / Financeiros</b>		
Liquidez geral (ativo corrente / passivo corrente)	1,49	1,72
Autonomia financeira (Património líquido / ativo)	0,55	0,63
Solvabilidade (Património líquido / passivo)	1,22	1,72
<b>Orçamentais</b>		
Grau de execução orçamental da receita (receita cobrada líquida / previsão corrigida)	96%	93%
Grau de execução orçamental da despesa (Despesa paga líquida / dotação despesa corrigida)	98%	93%
<b>Saldo global (receita efetiva - despesa efetiva)</b>	<b>2 376 241</b>	<b>2 542 648 €</b>

### 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentam-se de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração de fluxos de caixa e os anexos às demonstrações financeiras e orçamentais.



#### 4.1. Balanço

(euros)

<b>Balanço em 31 de dezembro de 2021</b>			
(Valores expressos em euros)			
	<b>Notas</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1 469 014,63	1 762 384,30
Activos intangíveis	3	1 269 193,36	1 331 336,22
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários			
Outras contas a receber	23.1	2 863 642,14	2 527 503,66
Diferimentos	23.2	368 845,92	288 170,55
Caixa e depósitos	1	2 376 241,22	2 542 647,54
<b>Total do Ativo</b>			
		<b>8 346 937,27</b>	<b>8 452 042,27</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património		1 896 168,02	1 896 168,02
Resultados transitados		2 438 392,71	1 875 297,49
Outras variações no património líquido		939 753,34	1 011 124,04
Resultado líquido do período		-680 075,89	563 095,22
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>4 594 238,18</b>	<b>5 345 684,77</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
		-	-
<b>Passivo corrente</b>			
Credores transfer. e sub. não reembolsáveis	23.3	221 706,87	158 376,58
Fornecedores		443,10	2 627,99
Outras contas a pagar	23.4	3 530 549,12	2 896 943,38
Diferimentos	23.2		48 409,55
<b>Total do Passivo</b>		<b>3 752 699,09</b>	<b>3 106 357,50</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>8 346 937,27</b>	<b>8 452 042,27</b>



## 4.2. Demonstração de resultados por natureza

(euros)

<b>Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2021</b>			
(Valores expressos em euros)			
	<b>Notas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Impostos, contribuições e taxas	13	610 434,14	488 192,94
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	23.5	25 056 952,08	18 555 181,39
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das merc. vend. e das matérias consum.	10		-20 158,12
Fornecimentos e serviços externos	23.6	-2 493 676,99	-2 037 489,35
Gastos com pessoal	19	-23 395 118,54	-15 785 768,82
Transferências e subsídios concedidos	23.7	-7 620,00	-10 821,90
Outros rendimentos e ganhos	23.8	752 770,29	437 302,05
Outros gastos e perdas	23.9	-18 511,01	-21 861,27
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>505 229,97</b>	<b>1 604 576,92</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23.10	-1 185 305,86	-1 041 481,70
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>-680 075,89</b>	<b>563 095,22</b>
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-680 075,89</b>	<b>563 095,22</b>
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>-680 075,89</b>	<b>563 095,22</b>



### 4.3. Demonstração das alterações no património líquido

(euros)

Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2021						
(Valores expressos em euros)						
DESCRIÇÃO	Notas	Património Realizado	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>(1)</b>	<b>1 896 168,02</b>	<b>1 875 297,49</b>	<b>1 011 124,04</b>	<b>563 095,22</b>	<b>5 345 684,77</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Correção de erros materiais						
Transferências e subsídios de capital				-71 370,70		-71 370,70
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						
	<b>(2)</b>		0,00	-71 370,70	0,00	-71 370,70
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(3)</b>				-680 075,89	-680 075,89
<b>RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)</b>						-751 446,59
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>						
Realizações de património						
Entradas para cobertura de perdas						
Outras operações	<b>(5)</b>		563 095,22		-563 095,22	
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)</b>		<b>1 896 168,02</b>	<b>2 438 392,71</b>	<b>939 753,34</b>	<b>-680 075,89</b>	<b>4 594 238,18</b>



#### 4.4. Demonstração de fluxos de caixa

(euros)

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021			
(Valores expressos em euros)			
	Notas	2021	2020
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes			
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		24 540 564,53	17 947 625,51
Recebimentos de utentes		610 434,14	488 192,94
Pagamentos a fornecedores		-3 207 597,26	-2 595 227,40
Pagamentos ao pessoal		-22 478 131,48	-15 440 126,89
Pagamentos de transferências e subsídios		-8 844,00	-10 821,90
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento			
Caixa gerada pelas operações		<b>-543 574,07</b>	<b>389 642,26</b>
Outros recebimentos/pagamentos		582 759,66	2 020 092,30
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (a)</b>		<b>39 185,59</b>	<b>2 409 734,56</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-262 648,45	-471 105,78
Ativos intangíveis		-30 084,45	-150 952,85
Propriedades de Investimento			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Subsídios ao investimento		87 140,99	611 738,00
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (b)</b>		<b>-205 591,91</b>	<b>-10 320,63</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (c)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>-166 406,32</b>	<b>2 399 413,93</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1	2 542 647,54	143 233,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	2 376 241,22	2 535 510,16
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
Saldo da gerência anterior		2 542 647,54	143 233,61
<b>De execução orçamental</b>		<b>2 217 927,52</b>	<b>1 836 742,29</b>
<b>De operações de tesouraria</b>		<b>324 720,02</b>	<b>-1 693 508,68</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>2 376 241,22</b>	<b>2 535 510,16</b>
Equivalentes a caixa no fim do período			7 137,38
Variações cambiais de caixa no fim do período			0,00
Saldo para a gerência seguinte		2 376 241,22	2 542 647,54
<b>De execução orçamental</b>		<b>1 738 688,72</b>	<b>2 217 927,52</b>
<b>De operações de tesouraria</b>		<b>637 552,50</b>	<b>324 720,02</b>



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

## 4.5. Anexo às demonstrações financeiras



## 1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

### Identificação da entidade

- **Designação** – Procuradoria-Geral da República
- **Endereço** – Rua da Escola Politécnica
- **Código de Classificação Orgânica: 07.03.01.- Procuradoria-Geral da República**
- **Regime Financeiro** – Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial
- **Período de relato** – 01/01/2021 a 31/12/2021
- **Recursos Humanos** – 360
- **Órgão de Gestão** – Secretário da Procuradoria-Geral da República
- **Órgão de fiscalização** – Revisor Oficial de Contas

### Descrição sumária das atividades

A Procuradoria-Geral da República é o órgão superior do Ministério Público, presidida por Sua Excelência a Conselheira Procuradora-Geral da República, Lucília Gago, que concentra a sua intervenção na direção, coordenação e fiscalização da atividade do Ministério Público, a qual se distribui por vários planos, em que se incluem, entre outras, o exercício da ação penal, compreendendo a direção da investigação criminal, a promoção da legalidade, a representação do Estado, de incapazes e de incertos, e o exercício de funções consultivas.

### Referencial contabilístico:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.



A Procuradoria-Geral implementou pela primeira vez a NCP 27 Contabilidade de Gestão, pois foi possível desenvolver um sistema de informação de gestão o qual permite que os requisitos dessa norma sejam cumpridos. Em exercícios seguintes continuarão a ser implementados procedimentos de melhoria contínua, nesta área.

## 1. Desagregação de caixa e depósitos

(euros)

	2021		2020
Caixa			
Depósitos à ordem			
Depósitos à ordem no Tesouro	2 376 241,22		2 542 647,54
Depósitos bancários à ordem			
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>2 376 241,22</b>		<b>2 542 647,54</b>

## 2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

#### **Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Procuradoria-Geral da República. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da



determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Procuradoria-Geral da República, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Secretário-Geral e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

### **Derrogação das disposições do SNC-AP**

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

### **Informação comparativa**

A informação comparativa é efetuada tendo por base o ano anterior.

### **Consistência de apresentação**

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras é mantida de um período para o período seguinte, a menos que:

- Outra apresentação ou classificação seja mais apropriada tendo em atenção os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas da NCP 2;
- Uma outra NCP exija uma alteração na apresentação.

### **Materialidade e agregação**

Os diversos itens são apresentados separadamente nas notas às demonstrações financeiras, que compreendem balanço a demonstração dos resultados a demonstração das alterações no património líquido a demonstração de fluxos de caixa e as notas anexas às demonstrações financeiras.



### **Compensação**

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP, como segue:

- Os ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes, são relatados na demonstração dos resultados deduzindo ao produto da alienação a quantia escriturada do ativo (Custo amortizações) e as respetivas despesas de venda, se existirem.
- Os gastos relativos a uma provisão reconhecida de acordo com a NCP 15 — Provisões, são compensados contra o respetivo reembolso.

### **Continuidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade das operações e não existe uma intenção de liquidar a Procuradoria-Geral da República ou de cessar as operações, nem no curto nem no médio prazo.

### Ativos fixos tangíveis

#### **Reconhecimento**

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

- (a) For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e
- (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

As peças sobressalentes e equipamentos de serviço são registados como inventários e reconhecidos nos resultados quando consumidos. As grandes peças sobressalentes e equipamentos de substituição contabilizam-se como ativos fixos tangíveis quando se perspetiva a sua utilização durante mais de um período.



Reconhece-se, na quantia escriturada de um bem do ativo fixo tangível o custo da parte que substitui tal bem quando suportado, se estiverem satisfeitos os critérios de reconhecimento.

A quantia escriturada das partes que são substituídas é desreconhecida de acordo com as disposições de desreconhecimento.

### ***Mensuração***

Um bem do ativo fixo tangível que satisfaça as condições de reconhecimento como um ativo é mensurado pelo seu custo, ou

Um bem do ativo fixo tangível adquirido através de uma transação sem contraprestação, da seguinte forma:

- (a) Imóveis — Valor patrimonial tributário (VPT).
- (b) Outros ativos — Custo do bem recebido, ou na falta deste, o respetivo valor de mercado.

O custo de um bem do ativo fixo tangível compreende:

- (a) O seu preço de compra, incluindo direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis sobre a compra, após dedução de descontos comerciais e abatimentos;
- (b) Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida pelo órgão de gestão; e
- (c) A estimativa inicial dos custos de desmantelamento e de remoção do bem e da restauração do local em que está localizado, e que a entidade é obrigada a suportar quando o bem é adquirido, ou em resultado de ter usado o bem durante um determinado período para fins que não sejam produzir inventários durante esse período.



Após reconhecimento como ativo, um bem do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, aplicando-se essa política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis.

### ***Quantia depreciável, vida útil e método de depreciação***

A quantia depreciável de um ativo é imputada numa base sistemática ao longo da sua vida útil, exceto os bens do património histórico, artístico e cultural que não são objeto de depreciação.

A depreciação de um ativo começa quando fica disponível para uso, isto é, quando estiver no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. A depreciação de um ativo cessa quando o ativo é desreconhecido.

O método de depreciação usado para imputar a quantia depreciável de um ativo numa base sistemática durante a sua vida útil estimada é o método das quotas constantes (ou da linha reta). Este método é aplicado de forma consistente de período para período.

### ***Imparidade***

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável dos respetivos ativos, que é determinada como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil e, sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade determinadas em períodos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.



### ***Desreconhecimento***

Um bem do ativo fixo tangível deve ser desreconhecido:

- (a) No momento da alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- (b) Quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um bem do ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se existir, e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido nos resultados quando o bem for desreconhecido.

### **Ativos intangíveis**

#### ***Reconhecimento***

Um ativo intangível é reconhecido se, e apenas se, for identificável, e cumprir as condições de reconhecimento seguintes:

- (a) For provável que fluirão para a entidade os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperados atribuíveis ao ativo; e
- (b) O custo ou o justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

#### ***Mensuração***

Um ativo intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo, que compreende:

- (a) O seu preço de compra, incluindo direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis sobre a compra, após dedução de descontos comerciais e abatimentos;



- (b) Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida pelo órgão de gestão.

Após o reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, devendo aplicando-se essa política a uma classe inteira de ativos intangíveis.

### ***Reconhecimento como um gasto***

O dispêndio com um item intangível é reconhecido como um gasto quando suportado, a menos que faça parte do custo de um ativo intangível que satisfaça os critérios de reconhecimento referidos nos parágrafos anteriores.

Os dispêndios com um ativo intangível que tenham sido inicialmente reconhecidos como um gasto não são reconhecidos como parte do custo de um ativo intangível numa data posterior.

### ***Quantia amortizável, vida útil e método de amortização***

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil e a amortização cessa quando o ativo é desreconhecido.

O método de amortização usado para imputar a quantia amortizável de um ativo numa base sistemática durante a sua vida útil estimada deverá ser o método das quotas constantes (ou da linha reta). Este método deve ser aplicado de forma consistente de período para período.

### ***Imparidade***

As quantias escrituradas dos ativos intangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável dos respetivos ativos, que é determinada como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos



de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil e, sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade determinadas em períodos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

### ***Desreconhecimento***

Um ativo intangível deve ser desreconhecido, quando:

- a) No momento da alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação), ou
- b) Quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um bem do ativo intangível é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se existir, e a quantia escriturada do ativo, é reconhecida nos resultados quando o bem for desreconhecido.

## Inventários

### ***Reconhecimento***

Os inventários englobam materiais e consumíveis para utilização pela entidade.

### ***Mensuração***

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, exceto:

Quando os inventários forem adquiridos através de uma transação sem contraprestação, são mensurados pelo justo valor à data de aquisição.

Quando os inventários são detidos para distribuir sem retribuição ou com uma retribuição simbólica, ou para consumir no processo de produção de bens para



subsequentemente distribuir sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, são mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o custo de reposição corrente.

### ***Custo dos inventários***

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condição atuais.

Os custos de compra de inventários incluem o preço de compra, direitos de importação e impostos não recuperáveis pela entidade, e custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, de materiais e de consumíveis. Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos para determinar o custo de compra.

### ***Rendimento de Transações com Contraprestação***

É aplicado na contabilização do rendimento proveniente das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação:

- (a) Prestação de serviços;
- (b) Venda de bens; e
- (c) Uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares.

### ***Reconhecimento***

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

### ***Mensuração***

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é



mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos.

O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos ou a receber pela entidade de sua própria conta. As quantias recebidas na qualidade de agente ou em representação de outras entidades não são benefícios económicos ou potencial de serviço que fluam para a entidade e não resultam em aumentos de ativos ou diminuições de passivos e, por isso, são excluídos do rendimento.

### Prestação de serviços

Quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços puder ser estimado com fiabilidade, o rendimento associado à transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato. O desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade quando estiverem satisfeitas todas as seguintes condições:

- (a) A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;
- (b) É provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade;
- (c) A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade; e
- (d) Os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Quando o desfecho da transação que envolva a prestação de serviços não puder ser estimado com fiabilidade, o rendimento só deve ser reconhecido até à extensão dos gastos reconhecidos que sejam recuperáveis.



## Rendimento de transações sem contraprestação

### ***Reconhecimento de ativos***

Um influxo de recursos de uma transação sem contraprestação, que não sejam serviços em espécie, que satisfaça a definição de ativo deve ser reconhecido como tal quando, e somente, quando:

- (a) For provável que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associado ao ativo fluam para a entidade; e
- (b) O justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

### ***Mensuração de ativos no reconhecimento inicial***

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação deve ser inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição.

### ***Reconhecimento do rendimento de transações sem contraprestação***

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo deve ser reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo.

### ***Mensuração do rendimento de transações sem contraprestação***

O rendimento de transações sem contraprestação deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.

### ***Obrigação presente reconhecida como passivo***

Uma obrigação presente resultante de uma transação sem contraprestação que satisfaça a definição de passivo deve ser reconhecida como tal quando, e somente, quando:

- (a) For provável que seja exigido um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para liquidar a obrigação; e



(b) Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

### ***Condições sobre um ativo transferido***

As condições sobre um ativo transferido dão origem a uma obrigação presente que deve ser reconhecida como passivo.

### ***Restrições sobre ativos transferidos***

Quando o ativo transferido, ou outros benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, não seja devolvido ao cedente a entidade não assume uma obrigação presente de transferir benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para terceiros.

### **Transferências**

Um ativo relativo a transferências é reconhecido quando os recursos transferidos satisfizerem a definição de ativo e os respetivos critérios de reconhecimento. As transferências incluem transferências financeiras, subsídios, perdões de dívidas, multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens e serviços em espécie.

### **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas como passivos (presumindo que a respetiva quantia pode ser fiavelmente estimada) porque são obrigações presentes e é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essas obrigações.

Os ativos contingentes não são reconhecidos como ativos, pois são um ativo possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade. Um ativo contingente é divulgado quando seja provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço.



Os passivos contingentes não são reconhecidos como passivos, mas sim divulgados nas demonstrações financeiras. Um passivo contingente é divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

### ***Reconhecimento***

Uma provisão deve ser reconhecida quando, cumulativamente:

- (a) Uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- (b) É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação; e
- (c) Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

### ***Mensuração - Melhor estimativa***

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. Os riscos e incertezas que inevitavelmente envolvem muitos acontecimentos e circunstâncias são tomados em consideração para atingir a melhor estimativa de uma provisão.

### ***Alterações nas provisões***

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente.

Quando forem utilizadas quantias descontadas, a quantia escriturada de uma provisão aumenta em cada período para refletir a passagem do tempo. Este aumento é reconhecido como um gasto de juros.

### ***Utilização de provisões***

Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.



## Instrumentos financeiros

### **Reconhecimento**

Reconhece-se um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

### **Mensuração**

Os seguintes instrumentos financeiros são mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

- (a) Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira; e
- (b) Contratos para conceder ou contrair empréstimos;

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo -se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

### **Imparidade**

Em cada data de relato, é avaliada a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.



Se, num período subsequente, a quantia de perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação de risco do devedor), a imparidade anteriormente reconhecida é revertida. A quantia da reversão é reconhecida na demonstração dos resultados.

### ***Desreconhecimento de ativos financeiros***

Um ativo financeiro é desreconhecido apenas quando:

- (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;
- (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro; ou
- (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para um terceiro e este tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a outro terceiro não relacionado e a possibilidade de exercer essa capacidade unilateralmente, sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade:
  - (i) Desreconhece o ativo; e
  - (ii) Reconhece separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

### ***Desreconhecimento de passivos financeiros***

O passivo financeiro é desreconhecido (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.



## Benefícios dos empregados

Reconhecido como:

- (a) Um passivo, quando um empregado prestou serviços em troca de benefícios a pagar no futuro; e
- (b) Um gasto quando a entidade consumiu os benefícios económicos ou o potencial de serviço decorrente dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados.

Os benefícios dos empregados são:

- (a) Benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, férias anuais pagas e ausências por doença pagas, gratificações e outros prémios associados a resultados ou desempenho (se pagáveis dentro de doze meses após a data de relato) e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços grátis ou subsidiados) a empregados correntes.
- (b) Benefícios de cessação de emprego.

### ***Reconhecimento e mensuração***

Reconhece-se a quantia não descontada dos benefícios de curto prazo dos empregados que se espera pagar em troca desse serviço:

- (a) Como um passivo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, uma entidade deve reconhecer esse excesso como um ativo na extensão em que o pré-pagamento conduza, por exemplo, a uma redução em pagamentos futuros ou a uma devolução de dinheiro; e
- (b) Como um gasto, a menos que se a inclua os benefícios no custo de um ativo.



Os benefícios de cessação de emprego dado que não proporcionam futuros contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade são reconhecidos como um gasto imediatamente.

Outros benefícios dos empregados caso existam, são reconhecidos e mensuradas de acordo com os requisitos da NCP 19 — Benefícios dos Empregados do SNC-AP.

### Acontecimentos após a data de relato

– Acontecimentos após a data de relato que dão lugar a ajustamentos

#### ***Reconhecimento e mensuração***

As quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são ajustadas para refletir os acontecimentos após a data de relato que dão lugar a ajustamentos.

– Acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos

#### ***Reconhecimento e mensuração***

Não são ajustadas quantias para refletir os acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos.

## **2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes**

Não aplicável.

## **2.3. Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Procuradoria-Geral da



República, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Secretário-Geral e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

### Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existentes à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

#### 2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Secretário-Geral procedido à avaliação da capacidade da Procuradoria-Geral da República operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

#### 2.5. Aplicação inicial de uma NCP

Não aplicável.



## 2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

Não aplicável.

## 2.7. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou em períodos futuros:

Não aplicável.

## 2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não aplicável.



## Anexo às demonstrações financeiras

### 3. Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis resumem-se como segue:

#### Quadro 3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

(euros)

RUBRICAS (1)	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia Escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia Escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	3 425 329,84	2 221 573,15	0,00	1 203 756,69	4 103 791,11	2 834 597,75	0,00	1 269 193,36
Propriedade industrial e intelectual Outros								
Ativos intangíveis em curso	127 579,53			127 579,53				
<b>Total</b>	<b>3 552 909,37</b>	<b>2 221 573,15</b>	<b>0,00</b>	<b>1 331 336,22</b>	<b>4 103 791,11</b>	<b>2 834 597,75</b>	<b>0,00</b>	<b>1 269 193,36</b>



Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

(euros)

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações no período								Quantia Escriturada Final (11)= (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (-10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	1 203 756,69	15 642,81	662 818,46	0,00	0,00	0,00	-613 024,60	0,00	0,00	1 269 193,36
Propriedade industrial e intelectual Outros										
Ativos intangíveis em curso	127 579,53	535 238,93	-992 818,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>1 331 336,22</b>	<b>550 881,74</b>	<b>-330 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-613 024,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 269 193,36</b>



### Quadro 3.2A - Ativos intangíveis - adições

(euros)

Rubrica  (1)	Adições									
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Dação em pagamento (7)	Locação financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outras (10)	Total (11)= (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual		15 642,81								15 642,81
Outros										
Ativos intangíveis em curso		535 238,93								535 238,93
<b>Total</b>		<b>550 881,74</b>								<b>550 881,74</b>



### Quadro 3.2B - Ativos intangíveis - diminuições

(euros)

Rubricas (1)	Diminuições				
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Fusão, cisão, reestruturação (4)	Outras (5)	Total (6)= (2) + (3) + (4) + 5
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural Goodwill					
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis em curso	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0



**Quadro 3.3 – Variação do excedente de revalorização**

Não aplicável.

**4. Acordos de concessão de serviços: Concedente**

Não aplicável.



## 5. Ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos Ativos fixos tangíveis resumem-se como segue:

### Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

(euros)

RUBRICAS (1)	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia Escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia Bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia Escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	1 154,50	937,40	0,00	217,10	1 154,50	972,89	0,00	181,61
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>1 154,50</b>	<b>937,40</b>	<b>0,00</b>	<b>217,10</b>	<b>1 154,50</b>	<b>972,89</b>	<b>0,00</b>	<b>181,61</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	593 496,45	132 563,81	0,00	460 932,64	594 870,89	183 238,55	0,00	411 632,34
Equipamento de transporte	120 485,47	102 419,19	0,00	18 066,28	120 485,47	108 613,33	0,00	11 872,14
Equipamento administrativo	3 779 807,11	2 540 874,58	0,00	1 238 932,53	4 051 655,54	3 040 348,35	0,00	1 011 307,19
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	418 425,81	374 190,06	0,00	44 235,75	424 114,53	390 093,18	0,00	34 021,35
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>4 912 214,84</b>	<b>3 150 047,64</b>	<b>0,00</b>	<b>1 762 167,20</b>	<b>5 191 126,43</b>	<b>3 722 293,41</b>	<b>0,00</b>	<b>1 468 833,02</b>
<b>Total</b>	<b>4 913 369,34</b>	<b>3 150 985,04</b>	<b>0,00</b>	<b>1 762 384,30</b>	<b>5 192 280,93</b>	<b>3 723 266,30</b>	<b>0,00</b>	<b>1 469 014,63</b>



Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

(euros)

Rubricas (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações no período								Quantia Escriturada Final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências Internas à Entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Depreciações do Período (8)	Diferenças Cambiais (9)	Diminuições (10)	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural	217,1						-35,49			181,61
Outros										
Bens de domínio público em curso										
	217,1	0	0	0	0	0	-35,49	0	0	181,61
<b>Ativos fixos em concessão</b>										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Equipamento básico	460 932,64	1 374,44	0,00	0,00	0,00	0,00	-50 674,74	0,00	0,00	411 632,34
Equipamento de transporte	18 066,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 194,14	0,00	0,00	11 872,14
Equipamento administrativo	1 238 932,53	271 848,43	0,00	0,00	0,00	0,00	-499 473,77	0,00	0,00	1 011 307,19
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	44 235,75	5 688,72	0,00	0,00	0,00	0,00	-15 903,12	0,00	0,00	34 021,35
Ativos fixos tangíveis em curso										
	1 762 167,20	278 911,59	0,00	0,00	0,00	0,00	-572 245,77	0,00	0,00	1 468 833,02
<b>Total</b>	<b>1 762 384,30</b>	<b>278 911,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-572 281,26</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 469 014,63</b>



Quadro 5.2A - Ativos fixos tangíveis - adições

(euros)

Rubricas (1)	Adições										
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou Troca (5)	Expropriação (6)	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado (7)	Dação em Pagamento (8)	Locação Financeira (9)	Fusão, Cisão, Reestruturação (10)	Outras (11)	Total (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos em concessão</b>											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	1 374,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 374,44
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	271 848,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	271 848,43
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	5 688,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 688,72
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	278 911,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	278 911,59
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>278 911,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>278 911,59</b>



Quadro 5.2B - Ativos fixos tangíveis - diminuições

(euros)

RUBRICAS (1)	Diminuições				
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Fusão, cisão reestruturação (4)	Outras (5)	Total (6) = (2) + (3) + (4) + (5)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Infraestruturas					
Património histórico, artístico e cultural					
Outros					
Bens de domínio público em curso					
<b>Ativos fixos em concessão</b>					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Infraestruturas					
Património histórico, artístico e cultural					
Ativos fixos em concessão em curso					
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico					
Equipamento de transporte					
Equipamento administrativo					
Equipamentos biológicos					
Outros					
Ativos fixos tangíveis em curso					
Total					



### Quadro 5.3 - Variação do excedente de revalorização

No ano de 2021 não existiram revalorizações.

## 6. Locações

### Quadro 6.2 - Locações operacionais - Locatário

(euros)

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Periodo		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes					
AOV (2 BMW's (Diesel) - 2019/2023	66 904,88	17 775,42		29 904,79		16 408,08	2 816,59		19 224,67	
AOV Elétrico (1 Renault ZOE - elétrico) - 2021/2024	28 339,20	5 820,37		0,00		7 084,80	15 434,03		22 518,83	
Aluguer recipientes asseticos - 2019/2021	19 649,92	7 013,36		8 126,53						
<b>Total</b>	<b>114 894,00</b>	<b>30 609,15</b>		<b>38 031,32</b>		<b>23 492,88</b>	<b>18 250,62</b>		<b>41 743,50</b>	



## 7. Custos de empréstimos obtidos

Não aplicável

## 8. Propriedades de investimento

Não aplicável

## 9. Imparidade de ativos

Em 31 de dezembro de 2021 não foram reconhecidas quaisquer imparidades



## 10. Inventários

### Quadro 10.2 - Inventários - movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9) = (1)+(2)-(3)- /(+)(4)- (5)+(6)-(7)+(8)
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade de	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Mercadorias									
Matérias primas, subsidiárias e de consumo									
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



## 11. Agricultura

Não aplicável.

## 12. Contratos de construção

Não aplicável.

## 13. Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações com contraprestação recebidos nos exercícios de 2021 decompõem-se como segue:

(euros)

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por Receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos, contribuições e taxas	610 434,14	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>610 434,14</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os montantes registados nesta rubrica dizem respeito aos valores cobrados pela emissão de apostilhas (605.076,02€) e taxas multas e outras penalidades aplicadas aos magistrados (5.358,12€)

## 14. Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios de 2021 decompõem-se como segue:

(euros)

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por Receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos Diretos					
Impostos Indiretos					
Contrib. SPS e subsist.saúde					
Taxas					
Multas e outras penalidades					
Transferências sem condição	25 056 952,08		-	-	-
Transferências com condição					
Legados, Ofertas e doações					
Outros					
<b>TOTAL</b>	<b>25 056 952,08</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



### 15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

### 16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não existem saldos em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 17. Acontecimentos após a data de relato

É de salientar que a pandemia COVID-19 ainda está bem presente no quotidiano nacional e internacional. Ao longo do ano fomos assistindo ao aparecimento de novas variantes desta doença, diferindo em vários aspetos: na gravidade, nos sintomas, no período sintomático, no período de incubação, no período transitivo e na contaminabilidade. Contudo, com o desenvolvimento de vacinas e outros meios de diagnóstico, a pandemia foi perdendo forças e fomos assistindo a um lento mas estável regresso à normalidade. O Governo foi implementando medidas de segurança e saúde para a população, mais rigorosas do que a nível nacional e até a nível internacional, que foram permitindo controlar, de certa forma, a evolução desta pandemia e a ter segurança e confiança neste regresso à normalidade, pelo que o Secretário-Geral da Procuradoria-Geral da república considera que o pressuposto de continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Entidade, com referência a 31 de dezembro de 2021, se mantém apropriado.

É de salientar que na última quinzena de fevereiro surgiu um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia. A Rússia foi gravemente sancionada em termos comerciais, com o encerramento do espaço aéreo europeu a aeronaves russas e com o fecho temporário das relações comerciais de grandes marcas internacionais com este país. Além disso, várias empresas que adquiriam produtos ou serviços a este país direcionaram as suas aquisições para outros mercados. No revés, assistimos a um aumento do preço do gás natural e do petróleo, pois a Rússia é a 2.<sup>a</sup> maior produtora destes recursos a nível



mundial. Até ao momento, e com o desenrolar da situação, não encontramos razões que possam colocar em risco a continuidade da atividade da entidade.

## 18. Instrumentos financeiros

Não aplicável.

## 19. Benefícios dos empregados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Gastos com o pessoal detalha-se conforme se segue:

Descrição	(euros)	
	2021	2020
Remunerações	18 972 782,29	12 896 031,07
Benefícios Pós-Emprego-Outros Benefícios	5 905,62	5 905,62
Encargos sobre Remunerações	4 248 978,61	2 860 483,90
Gastos Ação Social- SSAAdm Publica	20 403,90	0,00
Outros gastos com o pessoal	118 983,34	13 604,02
Outros encargos sobre gastos com o pessoal	28 064,78	9 744,21
<b>Total</b>	<b>23 395 118,54</b>	<b>15 785 768,82</b>

O número médio de pessoas a quem foram efetuados pagamentos nos exercícios de 2021 foi de 360 (2020 – 297)<sup>12</sup>.

## 20. Divulgações de partes relacionadas

Não foram identificadas partes relacionadas.

## 21. Relato por segmentos

Não aplicável.

## 22. Interesses em outras entidades

Não existem interesses noutras entidades.

---

<sup>12</sup> Critério SIGO. Utilizando o critério SIOE o valor é de 308



## 23. Outras divulgações

### 23.1. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica compreende:

	(euros)	
	2021	2020
Outros contas a receber		
Adiantamentos a fornecedores		
Perdas por imparidade acumuladas		
Adiantamentos ao pessoal		
Aos titulares dos órgãos de soberania e membros dos órgãos regionais e autárquicos		
Aos órgãos sociais e de gestão		
Ao pessoal		
Devedores por contratos de concessão		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Impostos e taxas imputados ao período		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber e outros rendimentos financeiros		
Outros acréscimos de rendimentos	2 863 642,14	2 012 315,03
Cauções		
Entregues a terceiros		
Devedores por alienação de ativos fixos		
Outros devedores		
Outros devedores - entidade contabilística Estado		
Outros devedores - Outros		509 037,99
Outros Devedores e Credores-Outros Devedores-Conta Nat-Dest		6 150,64
Perdas por imparidade acumuladas		
<b>Total</b>	<b>2 863 642,14</b>	<b>2 527 503,66</b>

A rubrica “outros acréscimos de rendimentos” respeita ao acréscimo de rendimentos para fazer face ao pagamento de férias e de subsídio de férias, respeitante à responsabilidade do Estado para com a entidade. Foi registado igual montante do lado do passivo “outras contas a pagar”.

### 23.2. Diferimentos

#### Ativo

O montante de 368.845,92 euros é referente à especialização dos encargos pagos em 2021 e que respeitam ao exercício de 2022, maioritariamente respeitantes a licenças de programas informáticos de carácter plurianual.



### 23.3. Credores transferências e subsídios não reembolsáveis

O montante de 221.706,87 euros é referente a valores a devolver em 2022 ao orçamento do Estado, sendo que 158.376,58 euros são saldo de 2020 ainda não entregues porque se aguarda informação do procedimento a efetuar para a sua devolução.

### 23.4. Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Outras contas a pagar detalham-se como segue:

	(euros)	
	2021	2020
Outras contas a pagar		
Outros credores		
Pessoal		
Remunerações a pagar		
Aos titulares dos órgãos de soberania e membros dos órgãos regionais e autárquicos		
Aos órgãos sociais e de gestão		
Ao pessoal		
Outras operações		
Aos titulares dos órgãos de soberania e membros dos órgãos regionais e autárquicos		
Aos órgãos sociais e de gestão		
Ao pessoal		1 224,00
Credores por contratos de concessão		
Credores por acréscimos de gastos	31 354,48	49 646,34
Remunerações a liquidar	2 863 642,14	2 012 315,03
Juros a liquidar e outros gastos financeiros		
Outros acréscimos de gastos		
Credores por subscrições não liberadas		
Credores por prestações sociais a repor		
Credores por prestações sociais a pagar		
Credores por prestações sociais em prescrição		
Outros credores	432 283,35	
Entidade contabilística Estado		
Outros	203 269,15	826 620,65
Outros Dev e Cred - Cauções		7 137,36
<b>Total</b>	<b>3 530 549,12</b>	<b>2 896 943,38</b>



A rubrica “credores por acréscimo de gastos” correspondem a gastos do ano de 2021, mas cujo vencimento ou pagamento ocorre em 2022<sup>13</sup>.

A rubrica credores por acréscimo de gastos – remunerações a liquidar, refere-se essencialmente ao princípio do acréscimo, relativo a encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2022, respeitante à responsabilidade do Estado para com a entidade. Foi registado igual montante do lado do ativo “outras contas a receber.

A rubrica “outros credores” diz essencialmente respeito aos montantes recebidos no âmbito dos projetos comunitários que ainda não foram gastos.

A rubrica “outros credores – outros” respeita ao valor de projetos cofinanciados já contratualizados, mas ainda não recebidos.

### 23.5. Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Transferências e subsídios detalha-se conforme se segue:

(euros)

	2021	2020
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos		
Do Orçamento de Estado	23 662 429,09	17 169 507,20
Participações Comunitárias		
Outros-IGFEJ	1 394 522,99	1 385 674,19
Subsídios correntes obtidos		
<b>Total</b>	<b>25 056 952,08</b>	<b>18 555 181,39</b>

<sup>13</sup> Consumos de energia, telefones, água.



### 23.6. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos detalha-se conforme se segue:

(euros)

	2021	2020
Subcontratos e concessões de serviços		
Serviços especializados	790 678,92	663 717,24
Materiais de consumo	113 624,64	123 962,61
Energia e fluídos	143 779,03	150 841,25
Deslocações, estadas e transportes	73 806,52	103 396,38
Rendas e alugueres	1 040 566,56	697 331,25
Comunicações	94 286,29	99 381,12
Limpeza, higiene e conforto	185 357,19	180 823,31
Serviços diversos	51 577,84	18 036,19
<b>Total</b>	<b>2 493 676,99</b>	<b>2 037 489,35</b>

O montante inscrito em “rendas e alugueres” respeita essencialmente ao arrendamento de 3 edifícios: Rua Gomes Freire, n.º 213; Rua do Vale de Pereiro, n.º 2, e Rua do Salitre.

### 23.7. Transferências e subsídios concedidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Transferências e subsídios concedidos detalha-se conforme se segue:

(euros)

	2021	2020
Transferências e subsídios concedidos		
Transferências correntes concedidas	7 620,00	10 821,90
Subsídios correntes concedidos		
Prestações sociais concedidas		
Transferências de capital concedidas		
Subsídios de capital concedidos		
Transferências para cobertura de Prejuízos		
Transferências e subsídios para reforço de liquidez		
Transferências e subsídios para amortização de dívida		
Outros subsídios e transferências de capital		
<b>Total</b>	<b>7 620,00</b>	<b>10 821,90</b>



### 23.8. Outros Rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de outros rendimentos e ganhos detalha-se conforme se segue:

(euros)

	2021		2020
Rendimentos suplementares			
Rendimentos e ganhos em investimentos			
Descontos de pronto pagamento obtidos			
Outros			
Correções relativas a períodos anteriores	274 239,78		11 115,00
OR-Outros-Imputação Sub e Transf p/ Investimentos	478 530,51		426 187,05
Excesso de estimativa para impostos			
Outros não especificados			
<b>Total</b>	<b>752 770,29</b>		<b>437 302,05</b>

Na rubrica “Outros rendimentos – correção relativa a exercícios anteriores” – estão registadas as reposições não abatidas aos pagamentos

Os “Outros rendimentos e ganhos – imputação do subsídio e transferências para investimentos” referem-se essencialmente ao reconhecimento dos subsídios relacionados com os ativos.



### 23.9. Outros Gastos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de outros gastos e perdas detalha-se conforme se segue:

	(euros)	
	2021	2020
Outros gastos		
Impostos e Taxas		
Taxas	16 928,61	21 519,44
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		0,00
Gastos e Perdas nos restantes investimentos financeiros		
Gastos e Perdas em investimentos não financeiros		
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	1 528,04	0,00
Outros	54,36	341,83
Outros juros		
<b>Total</b>	<b>18 511,01</b>	<b>21 861,27</b>

O montante referente 16.928,61€ corresponde a taxas de saneamento.

### 23.10. Gastos/reversões de depreciação e amortização

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização detalha-se conforme se segue:

	(euros)	
	2021	2020
Gastos/reversões de depreciação e amortização		
Gastos de depreciação e de amortização		
Propriedades de investimento		
Bens de domínio público		
Ativos fixos tangíveis	572 281,26	461 930,84
Ativos intangíveis	613 024,60	579 550,86
Reversões		
De depreciações e de amortizações		
Propriedades de investimento		
Bens de domínio público		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
<b>Total</b>	<b>1 185 305,86</b>	<b>1 041 481,70</b>



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

## 4.6. Demonstrações orçamentais



### 4.6.1. Demonstração de desempenho orçamental

(euros)

Rubrica	Recebimentos	Fontes de financiamento (2021)						2020
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos alheios	Total	
	<b>Saldo de Gerência anterior</b>	<b>2 139 369,97</b>	<b>158 376,58</b>	<b>-79 819,03</b>	<b>0,00</b>	<b>324 720,02</b>	<b>2 542 647,54</b>	<b>143 233,61</b>
	Operações orçamentais [1]	2 139 369,97	158 376,58	-79 819,03	0,00	0,00	2 217 927,52	1 836 742,29
	Devolução do saldo oper. orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receb. saldo oper. orçam. devolvido por enti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	324 720,02	324 720,02	-1 693 508,68
	<b>Receita Corrente</b>	<b>1 917 816,14</b>	<b>22 948 414,00</b>	<b>284 768,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25 150 998,67</b>	<b>18 435 818,45</b>
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições sist. proteção social e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	610 434,14	0,00	0,00	0,00	0,00	610 434,14	488 192,94
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	1 307 382,00	22 948 414,00	284 768,53	0,00	0,00	24 540 564,53	17 947 625,51
R51	Transferências correntes	1 307 382,00	22 948 414,00	284 768,53	0,00	0,00	24 540 564,53	17 947 625,51
R511	Administrações Públicas	1 307 382,00	22 948 414,00	0,00	0,00	0,00	24 255 796,00	17 950 068,00
R5111	Administração Central - Estado Português	0,00	22 948 414,00	0,00	0,00	0,00	22 948 414,00	16 842 143,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	1 307 382,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 307 382,00	1 107 925,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R512	Exterior - U E	0,00	0,00	284 768,53	0,00	0,00	284 768,53	-2 442,49
R513	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R52	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Receita de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>87 140,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>87 140,99</b>	<b>611 738,00</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	87 140,99	0,00	0,00	87 140,99	611 738,00
R91	Transferências de capital	0,00	0,00	87 140,99	0,00	0,00	87 140,99	611 738,00
R911	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	474 458,00
R9111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198 976,00
R9112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275 482,00
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R912	Exterior - U E	0,00	0,00	87 140,99	0,00	0,00	87 140,99	137 280,00
R913	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	278 862,38	0,00	0,00	0,00	0,00	278 862,38	11 115,00
	<b>Receita Efetiva [2]</b>	<b>2 196 678,52</b>	<b>22 948 414,00</b>	<b>371 909,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25 517 002,04</b>	<b>19 058 671,45</b>
	<b>Receita não Efetiva [3]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Soma [4] = [1] + [2] + [3]</b>	<b>4 336 048,49</b>	<b>23 106 790,58</b>	<b>292 090,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27 734 929,56</b>	<b>20 895 413,74</b>
	<b>Operações Tesouraria [B]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 196 918,13</b>	<b>8 196 918,13</b>	<b>7 555 119,58</b>



(euros)

Rubrica	Pagamentos	Fontes de financiamento (2021)					Total	2020
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos alheios		
<b>D1</b>	<b>Despesa Corrente</b>	<b>2 533 655,70</b>	<b>22 885 083,71</b>	<b>284 768,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25 703 507,94</b>	<b>18 055 427,59</b>
	Despesas com o pessoal	937 642,19	21 540 489,29	0,00	0,00	0,00	22 478 131,48	15 440 126,89
D11	Remunerações certas e permanentes	600 351,45	17 258 569,06	0,00	0,00	0,00	17 858 920,51	12 234 030,57
D12	Abonos variáveis ou eventuais	29 069,04	460 535,32	0,00	0,00	0,00	489 604,36	383 024,19
D13	Segurança Social	308 221,70	3 821 384,91	0,00	0,00	0,00	4 129 606,61	2 823 072,13
D2	Aquisição de bens e serviços	1 588 393,51	1 334 435,22	284 768,53	0,00	0,00	3 207 597,26	2 595 227,40
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências e subsídios correntes	7 620,00	1 224,00	0,00	0,00	0,00	8 844,00	10 821,90
D41	Transferências correntes	7 620,00	1 224,00	0,00	0,00	0,00	8 844,00	10 821,90
D411	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412	Entidades do sector não lucrativo	7 620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 620,00	7 620,00
D413	Famílias	0,00	1 224,00	0,00	0,00	0,00	1 224,00	3 201,90
D414	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D42	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras despesas correntes	0,00	8 935,20	0,00	0,00	0,00	8 935,20	9 251,40
	<b>Despesa de Capital</b>	<b>205 591,92</b>	<b>0,00</b>	<b>87 140,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>292 732,90</b>	<b>622 058,63</b>
D6	Aquisição de bens de capital	205 591,92	0,00	87 140,98	0,00	0,00	292 732,90	622 058,63
D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D71	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D711	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D712	Entidades do sector não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D713	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D714	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D72	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Despesa Efetiva [5]</b>	<b>2 739 247,62</b>	<b>22 885 083,71</b>	<b>371 909,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25 996 240,84</b>	<b>18 677 486,22</b>
	<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D9	Despesas com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesas com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Soma [7] = [5] + [6]</b>	<b>2 739 247,62</b>	<b>22 885 083,71</b>	<b>371 909,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25 996 240,84</b>	<b>18 677 486,22</b>
	<b>Operações Tesouraria [C]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 884 085,65</b>	<b>7 884 085,65</b>	<b>5 536 890,88</b>
	<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>	<b>1 596 800,87</b>	<b>221 706,87</b>	<b>-79 819,02</b>	<b>0,00</b>	<b>637 552,50</b>	<b>2 376 241,22</b>	<b>2 542 647,54</b>
	Operações Orçamentais [8] = [4] - [7]	1 596 800,87	221 706,87	-79 819,02	0,00	0,00	1 738 688,72	2 217 927,52
	Operações Tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	637 552,50	637 552,50	324 720,02
	<b>Saldo Global [2] - [5]</b>	<b>-542 569,10</b>	<b>63 330,29</b>	<b>0,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-479 238,80</b>	<b>381 185,23</b>
	Despesa Primária	2 739 247,62	22 885 083,71	371 909,51	0,00	0,00	25 996 240,84	18 677 486,22
	Saldo Corrente	-615 839,56	63 330,29	0,00	0,00	0,00	-552 509,27	380 390,86
	Saldo Capital	-205 591,92	0,00	0,01	0,00	0,00	-205 591,91	-10 320,63
	Saldo Primário	-542 569,10	63 330,29	0,01	0,00	0,00	-479 238,80	381 185,23
	Receita Total [1] + [2] + [3]	4 336 048,49	23 106 790,58	292 090,49	0,00	0,00	27 734 929,56	20 895 413,74
	Despesa Total [5] + [6]	2 739 247,62	22 885 083,71	371 909,51	0,00	0,00	25 996 240,84	18 677 486,22



### 4.6.2. Demonstração de execução orçamental da receita 2021

(euros)

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do	Grau de execução orçamental (12)= (10) / (1)
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores	Período corrente (9)	Total (10) = (5) - (7)		
<b>Receita corrente</b>													
R.04.01.99.99.78	REC PROPRIAS - DIVERSAS-	538 645,00	0,00	610 434,14	0,00	610 434,14	0,00	0,00	0,00	610 434,14	610 434,14	0,00	113,33
R.06.03.01.01.99	REC IMPOSTOS - CENTRAL-ESTADO	22 981 111,00	0,00	22 948 414,00	0,00	22 948 414,00	0,00	0,00	0,00	22 948 414,00	22 948 414,00	0,00	99,86
R.06.03.07.01.78	REC PROPRIAS - CENTRAL-SFAS	1 328 263,00	0,00	950 000,00	0,00	950 000,00	0,00	0,00	0,00	950 000,00	950 000,00	0,00	71,52
R.06.03.10.01.78	REC PROPRIAS - CENTRAL-SFAS-PORTUGUESA EM	361 737,00	0,00	357 382,00	0,00	357 382,00	0,00	0,00	0,00	357 382,00	357 382,00	0,00	98,80
R.06.09.01.01.78	REC PROPRIAS - FEDER-ACOES	408 730,00	0,00	271 609,27	0,00	271 609,27	0,00	0,00	0,00	271 609,27	271 609,27	0,00	66,45
R.06.09.01.99.78	REC PROPRIAS - UE-INSTITUICOES-INSTITUICOES	90 000,00	0,00	13 159,26	0,00	13 159,26	0,00	0,00	0,00	13 159,26	13 159,26	0,00	14,62
<b>Receita de capital</b>													
R.10.03.08.01.78	REC PROPRIAS - CENTRAL-SFA'S	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R.10.09.01.01.78	REC PROPRIAS - INTERVENC E ESPECIFICA	137 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R.10.09.01.99.78	REC PROPRIAS - FUNDOS-UE	143 364,00	0,00	87 140,99	0,00	87 140,99	0,00	0,00	0,00	87 140,99	87 140,99	0,00	60,78
R.15.01.01.00.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	214 992,00	0,00	278 862,38	0,00	278 862,38	0,00	0,00	0,00	278 862,38	278 862,38	0,00	129,71
R.16.01.01.00.00	NA POSSE DO SERVIÇO	2 059 552,00	0,00	2 059 550,94	0,00	2 059 550,94	0,00	0,00	0,00	2 059 550,94	2 059 550,94	0,00	100,00
<b>Total</b>		<b>28 273 494,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27 576 552,98</b>	<b>0,00</b>	<b>27 576 552,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27 576 552,98</b>	<b>27 576 552,98</b>	<b>0,00</b>	<b>97,54</b>



### 4.6.3. Demonstração de execução orçamental da despesa 2021

(euros)

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Cabimentos (4)	Compromissos (5)	Obrigações (6)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (10) = (5)-(6)	Obrigações por pagar (11) = (6)-(9)	Grau de execução orçamental (12) = (9)/(2)×100
								Períodos anteriores (7)	Período corrente (8)	Total (9) = (8)+(7)			
<b>Despesa corrente</b>													
D.01.01.03.A0.00	REMUNERAÇÕES	0,00	11 931 322,00	0,00	11 917 489,21	11 917 489,21	11 917 489,21	0,00	11 917 489,21	11 917 489,21	0,00	0,00	99,88
D.01.01.03.B0.00	SUBSIDIO DE COMPENSAÇÃO	0,00	1 223 875,00	0,00	1 223 303,66	1 223 303,66	1 223 303,66	0,00	1 223 303,66	1 223 303,66	0,00	0,00	99,95
D.01.01.05.00.00	PESSOAL ALEM DOS QUADROS	0,00	503 619,00	0,00	503 492,26	503 492,26	503 492,26	0,00	503 492,26	503 492,26	0,00	0,00	99,97
D.01.01.08.00.00	PESSOAL APOSENTAÇÃO	0,00	31 000,00	0,00	30 858,47	30 858,47	30 858,47	0,00	30 858,47	30 858,47	0,00	0,00	99,54
D.01.01.09.00.00	PESSOAL EM OUTRA SITUAÇÃO	0,00	142 809,00	0,00	142 795,29	142 795,29	142 795,29	0,00	142 795,29	142 795,29	0,00	0,00	99,99
D.01.01.10.00.00	GRATIFICAÇÕES	0,00	1 422,00	0,00	1 399,56	1 399,56	1 399,56	0,00	1 399,56	1 399,56	0,00	0,00	98,42
D.01.01.11.00.00	REPRESENTAÇÃO	0,00	260 624,00	0,00	260 418,42	260 418,42	260 418,42	0,00	260 418,42	260 418,42	0,00	0,00	99,92
D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E	0,00	901 245,00	0,00	900 808,03	900 808,03	900 808,03	0,00	900 808,03	900 808,03	0,00	0,00	99,95
D.01.01.13.00.00	SUBSIDIO DE	0,00	352 050,00	0,00	348 469,07	348 469,07	348 469,07	0,00	348 469,07	348 469,07	0,00	0,00	98,98
D.01.01.14.SF.00	SUBSIDIO FERIAS	0,00	1 267 629,00	0,00	1 267 530,56	1 267 530,56	1 267 530,56	0,00	1 267 530,56	1 267 530,56	0,00	0,00	99,99
D.01.01.14.SN.00	SUBSIDIO NATAL	0,00	1 253 529,00	0,00	1 252 865,68	1 252 865,68	1 252 865,68	0,00	1 252 865,68	1 252 865,68	0,00	0,00	99,95
D.01.01.15.00.00	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE/PATERNIDA	0,00	10 000,00	0,00	9 490,30	9 490,30	9 490,30	0,00	9 490,30	9 490,30	0,00	0,00	94,90
D.01.02.02.00.00	HORAS	0,00	40 475,00	0,00	40 438,50	40 438,50	40 438,50	0,00	40 438,50	40 438,50	0,00	0,00	99,91
D.01.02.04.00.00	AJUDAS DE CUSTO	0,00	91 800,00	0,00	90 678,22	90 678,22	90 678,22	0,00	90 678,22	90 678,22	0,00	0,00	98,78
D.01.02.05.00.00	ABONO P/ FALHAS	0,00	3 006,00	0,00	2 867,47	2 867,47	2 867,47	0,00	2 867,47	2 867,47	0,00	0,00	95,39
D.01.02.08.00.00	SUBSÍDIOS E ABONOS FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA ALOJAM	0,00	113 772,00	0,00	111 903,62	111 903,62	111 903,62	0,00	111 903,62	111 903,62	0,00	0,00	98,36
D.01.02.12.00.00	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	0,00	120 000,00	0,00	118 983,34	118 983,34	118 983,34	0,00	118 983,34	118 983,34	0,00	0,00	99,15
D.01.02.13.A0.00	OUTROS PREMIOS	1 224,00	96 101,00	0,00	90 924,64	90 924,64	90 924,64	1 224,00	89 700,64	90 924,64	0,00	0,00	94,61
D.01.02.14.A0.00	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPECIE	0,00	34 358,00	0,00	33 518,17	33 518,17	33 518,17	0,00	33 518,17	33 518,17	0,00	0,00	97,56
D.01.02.14.X0.00	ADICIONAL A REMUNERAÇÃO	0,00	300,00	0,00	290,40	290,40	290,40	0,00	290,40	290,40	0,00	0,00	96,80
D.01.03.03.00.00	SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	0,00	3 308,00	0,00	3 307,05	3 307,05	3 307,05	0,00	3 307,05	3 307,05	0,00	0,00	99,97
D.01.03.04.00.00	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	0,00	5 154,00	0,00	5 105,93	5 105,93	5 105,93	0,00	5 105,93	5 105,93	0,00	0,00	99,07
D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTACOES	0,00	3 703 951,00	0,00	3 694 779,68	3 694 779,68	3 694 779,68	0,00	3 694 779,68	3 694 779,68	0,00	0,00	99,75
D.01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	0,00	394 359,00	0,00	390 042,93	390 042,93	390 042,93	0,00	390 042,93	390 042,93	0,00	0,00	98,91
D.01.03.08.00.00	OUTRAS PENSÕES	0,00	6 121,00	0,00	5 905,62	5 905,62	5 905,62	0,00	5 905,62	5 905,62	0,00	0,00	96,48
D.01.03.10.P0.00	PARENTALIDADE	0,00	10 100,00	0,00	10 061,50	10 061,50	10 061,50	0,00	10 061,50	10 061,50	0,00	0,00	99,62
D.01.03.10.SS.00	SERVICOS SOCIAIS DA ADMINISTRACAO	0,00	20 404,00	0,00	20 403,90	20 403,90	20 403,90	0,00	20 403,90	20 403,90	0,00	0,00	100,00
D.02.01.02.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	33 568,00	0,00	31 465,58	31 465,58	31 465,58	0,00	31 465,58	31 465,58	0,00	0,00	93,74
D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	0,00	12 225,00	0,00	9 062,79	9 062,79	9 062,79	0,00	8 798,04	8 798,04	0,00	264,75	71,97
D.02.01.08.A0.00	PAPEL	0,00	677,00	0,00	676,50	676,50	676,50	0,00	676,50	676,50	0,00	0,00	99,93
D.02.01.08.B0.00	CONSUMIVEIS DE IMPRESSAO	0,00	6 300,00	2 300,00	2 645,82	2 645,82	2 645,82	0,00	2 645,82	2 645,82	0,00	0,00	42,00
D.02.01.08.C0.00	OUTROS	0,00	58 328,00	0,00	57 584,73	57 584,73	57 584,73	0,00	57 406,38	57 406,38	0,00	178,35	98,42



(euros)

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Cabimentos (4)	Compromissos (5)	Obrigações (6)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (10) = (5)-(6)	Obrigações por pagar (11) = (6)-(9)	Grau de execução orçamental (12) =
								Períodos anteriores (7)	Período corrente (8)	Total (9) = (8)+(7)			
D.02.01.0	MEDICAMENTOS DE CEDENCIA HOSPITALAR EXCLUINDO VACI	0,00	169,00	0,00	97,75	97,75	97,75	0,00	97,75	97,75	0,00	0,00	57,84
D.02.01.1	MATERIAL DE TRANSPORTE-PECAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.01.1	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	0,00	106,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.01.1	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	0,00	45,00	0,00	44,27	44,27	44,27	0,00	44,27	44,27	0,00	0,00	98,38
D.02.01.1	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	2 627,99	36 050,00	1 688,00	33 064,02	33 064,02	26 243,30	2 627,99	23 615,31	26 243,30	6 820,72	0,00	72,80
D.02.01.2	OUTROS BENS	0,00	39 244,00	1 000,00	30 428,61	30 428,61	29 091,80	0,00	29 091,80	29 091,80	1 336,81	0,00	74,13
D.02.02.0	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	0,00	130 740,00	0,00	129 946,53	129 946,53	129 209,51	0,00	129 209,51	129 209,51	737,02	0,00	98,83
D.02.02.0	LIMPEZA E HIGIENE	0,00	204 622,00	3 075,00	201 477,97	201 477,97	200 578,84	0,00	200 578,84	200 578,84	899,13	0,00	98,02
D.02.02.0	CONSERVAÇÃO DE BENS	0,00	98 500,00	4 950,00	91 586,35	91 586,35	91 529,15	0,00	91 529,15	91 529,15	57,20	0,00	92,92
D.02.02.0	OUTROS	0,00	1 048 092,00	0,00	1 044 828,30	1 044 828,30	1 044 828,30	0,00	1 044 828,30	1 044 828,30	0,00	0,00	99,69
D.02.02.0	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	0,00	24 398,00	0,00	23 595,79	23 595,79	23 595,79	0,00	23 595,79	23 595,79	0,00	0,00	96,71
D.02.02.0	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	0,00	7 500,00	0,00	7 437,55	7 437,55	7 437,55	0,00	7 437,55	7 437,55	0,00	0,00	99,17
D.02.02.0	ACESSOS A INTERNET	0,00	9 620,00	0,00	9 570,61	9 570,61	9 570,61	0,00	9 570,61	9 570,61	0,00	0,00	99,49
D.02.02.0	COMUNICACOES FIXAS DE DADOS	0,00	19 985,00	0,00	19 729,97	19 729,97	19 729,97	0,00	19 729,97	19 729,97	0,00	0,00	98,72
D.02.02.0	COMUNICACOES FIXAS DE VOZ	0,00	3 330,00	0,00	2 448,33	2 448,33	2 448,33	0,00	2 448,33	2 448,33	0,00	0,00	73,52
D.02.02.0	COMUNICACOES MOVEIS	0,00	7 099,00	0,00	5 103,12	5 103,12	4 031,34	0,00	4 031,34	4 031,34	1 071,78	0,00	56,79
D.02.02.0	OUTROS SERVICOS DE COMUNICACOES	0,00	59 618,00	0,00	58 255,38	58 255,38	58 255,38	0,00	58 255,38	58 255,38	0,00	0,00	97,71
D.02.02.1	TRANSPORTES	0,00	45 672,00	0,00	39 967,44	39 967,44	39 967,44	0,00	39 967,44	39 967,44	0,00	0,00	87,51
D.02.02.1	REPRESENTAÇÃO DOS SERVICOS	0,00	1 186,00	0,00	50,00	50,00	50,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	4,22
D.02.02.1	OUTRAS	0,00	3 054,00	0,00	3 050,34	3 050,34	341,83	0,00	341,83	341,83	2 708,51	0,00	11,19
D.02.02.1	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	0,00	104 186,00	6 750,00	87 145,13	87 145,13	87 145,13	0,00	87 145,13	87 145,13	0,00	0,00	83,64
D.02.02.1	SERVICOS DE NATUREZA INFORMATICA	0,00	13 950,00	0,00	13 038,00	13 038,00	13 038,00	0,00	13 038,00	13 038,00	0,00	0,00	93,46
D.02.02.1	TECNOLOGIAS DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC	0,00	1 490,00	0,00	790,00	790,00	790,00	0,00	790,00	790,00	0,00	0,00	53,02
D.02.02.1	OUTRAS	0,00	10 598,00	688,00	49,95	49,95	49,95	0,00	49,95	49,95	0,00	0,00	0,47
D.02.02.1	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	0,00	116 272,00	0,00	17 957,71	17 957,71	17 957,71	0,00	17 957,71	17 957,71	0,00	0,00	15,44
D.02.02.1	PUBLICIDADE OBRIGATORIA	0,00	10 030,00	0,00	9 553,04	9 553,04	9 553,04	0,00	9 553,04	9 553,04	0,00	0,00	95,24
D.02.02.1	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	0,00	234 498,00	0,00	233 916,54	233 916,54	232 222,42	0,00	232 222,42	232 222,42	1 694,12	0,00	99,03
D.02.02.1	EQUIPAMENTO INFORMATICO - HARDWARE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.1	IMPRESSORAS/FOTOCOPIADORAS/SCANNER	0,00	58 527,00	0,00	58 256,97	58 256,97	58 256,97	0,00	58 256,97	58 256,97	0,00	0,00	99,54
D.02.02.1	HARDWARE-OUTROS	0,00	23 167,00	0,00	23 166,20	23 166,20	23 166,20	0,00	23 166,20	23 166,20	0,00	0,00	100,00
D.02.02.1	SOFTWARE INFORMATICO	0,00	188 474,00	6 952,00	176 784,90	176 784,90	176 784,90	0,00	176 784,90	176 784,90	0,00	0,00	93,80
D.02.02.1	OUTROS	0,00	54 037,00	0,00	49 286,63	49 286,63	49 286,63	0,00	49 286,63	49 286,63	0,00	0,00	91,21



MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

(euros)

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Cabimentos (4)	Compromissos (5)	Obrigações (6)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (10) = (5)-(6)	Obrigações por pagar (11) = (6)-(9)	Grau de execução orçamental (12) = (9)/(2)x100
								Períodos anteriores (7)	Período corrente (8)	Total (9) = (8)+(7)			
D.02.02.20.A0.A0	DESENVOLVIMENTO SOFTWARE	0,00	950 467,00	0,00	535 238,93	535 238,93	535 238,93	0,00	535 238,93	535 238,93	0,00	0,00	56,31
D.02.02.20.A0.B0	CONTRATOS DE IMPRESSAO	0,00	1 904,00	0,00	1 284,23	1 284,23	1 284,23	0,00	1 284,23	1 284,23	0,00	0,00	67,45
D.02.02.20.A0.C0	OUTROS	0,00	266 986,00	0,00	85 358,44	85 358,44	67 000,69	0,00	67 000,69	67 000,69	18 357,75	0,00	25,10
D.02.02.20.B0.00	PAGAMENTOS A I.P.	0,00	46 740,00	0,00	45 633,00	45 633,00	45 633,00	0,00	45 633,00	45 633,00	0,00	0,00	97,63
D.02.02.20.E0.00	OUTROS	0,00	75 072,00	5 000,00	64 627,18	64 627,18	61 215,66	0,00	61 215,66	61 215,66	3 411,52	0,00	81,54
D.02.02.23.B0.00	VERIFICACAO MEDICA - JUNTA MEDICA E VERIFICACAO DO	0,00	2 600,00	0,00	770,00	770,00	770,00	0,00	770,00	770,00	0,00	0,00	29,62
D.02.02.23.C0.00	OUTROS	0,00	400,00	0,00	100,00	100,00	100,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	25,00
D.02.02.24.00.00	ENCARGOS DE RECEITAS	0,00	3 400,00	0,00	930,23	930,23	917,77	0,00	917,77	917,77	12,46	0,00	26,99
D.02.02.25.00.00	OUTROS SERVIÇOS	0,00	44 332,00	0,00	42 908,95	42 908,95	39 142,55	0,00	39 142,55	39 142,55	3 766,40	0,00	88,29
D.04.07.01.00.00	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS	0,00	7 800,00	0,00	7 620,00	7 620,00	7 620,00	0,00	7 620,00	7 620,00	0,00	0,00	97,69
D.04.08.02.B0.00	OUTRAS	0,00	1 720,00	0,00	1 224,00	1 224,00	1 224,00	0,00	1 224,00	1 224,00	0,00	0,00	71,16
D.06.02.03.00.00	OUTRAS	0,00	9 380,00	0,00	8 935,20	8 935,20	8 935,20	0,00	8 935,20	8 935,20	0,00	0,00	95,26
D.06.02.03.R0.00	RESERVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Despesa de capital</b>													
D.07.01.07.B0.B0	DORAS/SCANNERS	0,00	27 905,00	0,00	27 904,42	27 904,42	27 904,42	0,00	27 904,42	27 904,42	0,00	0,00	100,00
D.07.01.07.B0.C0	OUTROS	0,00	491 983,00	0,00	226 764,68	226 764,68	196 726,13	0,00	196 726,13	196 726,13	30 038,55	0,00	39,99
D.07.01.08.B0.B0	OUTROS	0,00	39 664,00	4 935,00	30 084,45	30 084,45	30 084,45	0,00	30 084,45	30 084,45	0,00	0,00	75,85
D.07.01.09.B0.B0	OUTROS	0,00	44 352,00	0,00	38 017,90	38 017,90	38 017,90	0,00	38 017,90	38 017,90	0,00	0,00	85,72
<b>Total</b>		<b>3 851,99</b>	<b>27 202 395,00</b>	<b>37 338,00</b>	<b>26 067 595,91</b>	<b>26 067 595,91</b>	<b>25 996 683,94</b>	<b>3 851,99</b>	<b>25 992 388,85</b>	<b>25 996 240,84</b>	<b>70 911,97</b>	<b>443,10</b>	<b>95,57</b>



#### 4.6.4. Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos

(euros)

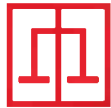
Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento					Datas		Fase de Execução	Montante Previsto							Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual %	Nível de Execução Financeira Global %
					RG	RP	UE	EMPR	ND	Início	Fim		Ano N	Períodos Futuros					Total	Anos Anteriores	Ano N	Total		
														Ano N+1	Ano N+2	Ano N+3	Ano N+4	Anos Seguintes						
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]=[14]+... +[19]	[21]	[22]	[23]=[21]+ [22]	[24]=[22]/ [14]*100	[25]=[23]/ [20]+[21]) *100
033	10839	SIMPLIFICAÇÃO MODERNIZAÇÃO DO	NA	D2	0,00	341 737,00	408 730,00	0,00	0,00	31.12.2018	31.12.2022	9	750 467,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750 467,00	0,00	535 238,93	535 238,93	71,32	71,32
033	10839	SIMPLIFICAÇÃO MODERNIZAÇÃO DO	NA	D6	0,00	0,00	137 100,00	0,00	0,00	31.12.2018	31.12.2022	9	137 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
033	10840	MODERNIZAÇÃO DO INTEROPERABILIDADE TRATAMENTO E	NA	D6	0,00	10 000,00	143 364,00	0,00	0,00	31.12.2018	31.12.2022	9	153 364,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153 364,00	0,00	97 140,97	97 140,97	63,34	63,34
033	11161	CAPACITAÇÃO - ATIVOS	NA	D2	0,00	20 000,00	90 000,00	0,00	0,00	31.12.2019	31.12.2022	9	110 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110 000,00	0,00	13 159,26	13 159,26	11,96	11,96
033	11237	PROJETO EM FASE DE - PROJETO A	NA	D2	0,00	178 263,00	0,00	0,00	0,00	31.12.2019	31.12.2022	9	178 263,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178 263,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
033	11579	PLATAFORMA TRAMITAÇÃO DE	NA	D2	0,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	31.12.2020	31.12.2022	9	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	10839	SIMPLIFICAÇÃO MODERNIZAÇÃO DO	NA	D2	0,00	79 169,98	48 409,55	0,00	0,00	31.12.2018	31.12.2022	9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127 579,53	0,00	127 579,53	0,00	100,00
<b>Total</b>					<b>0,00</b>	<b>829 169,98</b>	<b>827 603,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Total</b>			<b>1 529 194,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 529 194,00</b>	<b>127 579,53</b>	<b>645 539,16</b>	<b>773 118,69</b>	<b>42,21</b>	<b>46,66</b>



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

#### 4.6.5. Anexo às demonstrações orçamentais



### 4.6.5.1 Alterações orçamentais da receita

(euros)

Rubricas [1]	Tipo [2]	Receita					Previsões Corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		Previsões Iniciais [3]	Alterações Orçamentais					
			Inscrições/ Reforços [4]	Diminuições/ Anulações [5]	Créditos especiais [6]			
R1 - Receita fiscal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
R1.1 - Impostos diretos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
R1.2 - Impostos indiretos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
R2 - Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
R3 - Taxas, multas e outras penalidades		500 000,00	0,00	0,00	0,00	500 000,00		
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	M	0,00	0,00	0,00	113 006,00	113 006,00		
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	P	0,00	0,00	74 361,00	0,00	-74 361,00		
R4 - Rendimentos de propriedade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
R5 - Transferências e subsídios correntes		25 169 841,00	559 670,00	559 670,00	0,00	25 169 841,00		
R5.1 - Transferências correntes		25 169 841,00	559 670,00	559 670,00	0,00	25 169 841,00		
R5.1.1 - Administrações Públicas		24 671 111,00	559 670,00	559 670,00	0,00	24 671 111,00		
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português		22 981 111,00	0,00	0,00	0,00	22 981 111,00		
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P	0,00	16 196,00	16 196,00	0,00	0,00		
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		1 690 000,00	0,00	0,00	0,00	1 690 000,00		
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P	0,00	543 474,00	543 474,00	0,00	0,00		
R5.1.1.3 - Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
R5.1.1.4 - Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
R5.1.1.5 - Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
R5.1.2 - Exterior - U E		498 730,00	0,00	0,00	0,00	498 730,00		
R5.1.3 - Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
R5.2 - Subsídios correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
R6 - Venda de bens e serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
R7 - Outras receitas correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
R8 - Venda de bens de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		



(euros)

Rubricas [1]	Tipo [2]	Receita				Previsões Corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		Previsões Iniciais [3]	Alterações Orçamentais				
			Inscrições/ Reforços [4]	Diminuições/ Anulações [5]	Créditos especiais [6]		
R9 - Transferências e subsídios de capital		290.464,00	0,00	0,00	0,00	290.464,00	
R9.1 - Transferências de capital		290.464,00	0,00	0,00	0,00	290.464,00	
R9.1.1 - Administrações Públicas		10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
R9.1.1.3 - Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.4 - Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.5 - Administração Local R9.1.2 - Exterior - U E		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.3 - Outras	M P	280.464,00	0,00	0,00	0,00	280.464,00	
R10 - Outras receitas de capital	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11 - Reposição não abatidas aos pagamentos R11 -		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reposição não abatidas aos pagamentos R12 - Receita com		0,00	0,00	0,00	140.631,00	140.631,00	
ativos financeiros		0,00	74.361,00	0,00	0,00	74.361,00	
R13 - Receita com passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	2.059.552,00	2.059.552,00	
<b>Total</b>		<b>25 960 305,00</b>	<b>634 031,00</b>	<b>634 031,00</b>	<b>2 313 189,00</b>	<b>28 273 494,00</b>	



#### 4.6.5.2. Alterações orçamentais da despesa

(euros)

Rubricas [1]	Tipo [2]	Despesa					Observações [8]
		Dotações Iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	
			Inscrições/ Reforços [4]	Diminuições/ Anulações [5]	Créditos especiais [6]		
D1 - Despesas com o pessoal		20 812 857,00	3 211 420,00	1 501 944,00	0,00	22 522 333,00	
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes		16 629 687,00	0,00	0,00	0,00	16 629 687,00	
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	M	0,00	612 008,00	0,00	0,00	612 008,00	
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	P	0,00	1 850 029,00	1 212 600,00	0,00	637 429,00	
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais		353 539,00	0,00	0,00	0,00	353 539,00	
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	M	0,00	36 773,00	0,00	0,00	36 773,00	
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	P	0,00	168 160,00	58 660,00	0,00	109 500,00	
D1.3 - Segurança social		3 829 631,00	0,00	0,00	0,00	3 829 631,00	
D1.3 - Segurança social	M	0,00	102 703,00	0,00	0,00	102 703,00	
D1.3 - Segurança social	P	0,00	441 747,00	230 684,00	0,00	211 063,00	
D10 - Despesa com passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D2 - Aquisição de bens e serviços		4 131 617,00	0,00	0,00	0,00	4 131 617,00	
D2 - Aquisição de bens e serviços	M	0,00	236 969,00	0,00	160 098,00	397 067,00	
D2 - Aquisição de bens e serviços	P	0,00	955 913,00	1 427 339,00	0,00	471.426,00-	
D3 - Juros e outros encargos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4 - Transferências e subsídios correntes		7 800,00	2 720,00	1 000,00	0,00	9 520,00	
D4.1 - Transferências correntes		7 800,00	2 720,00	1 000,00	0,00	9 520,00	
D4.1.1 - Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.3 - Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.4 - Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.5 - Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo		7 800,00	0,00	0,00	0,00	7 800,00	



(euros)

Rubricas [1]	Tipo [2]	Despesa					Observações [8]
		Dotações Iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	
			Inscrições/ Reforços [4]	Diminuições/ Anulações [5]	Créditos especiais [6]		
D4.1.3 - Famílias	P	0,00	2 720,00	1 000,00	0,00	1 720,00	
D4.1.4 - Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.2 - Subsídios correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5 - Outras despesas correntes		467 567,00	0,00	0,00	0,00	467 567,00	
D5 - Outras despesas correntes	P	0,00	3 600,00	461 787,00	0,00	458.187,00-	
D6 - Aquisição de bens de capital		540 464,00	0,00	0,00	0,00	540 464,00	
D6 - Aquisição de bens de capital	M	0,00	0,00	0,00	93 539,00	93 539,00	
D6 - Aquisição de bens de capital	P	0,00	229 853,00	259 952,00	0,00	30.099,00-	
D7 - Transferência e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1 - Transferências de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1 - Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.3 - Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.4 - Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.5 - Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.3 - Famílias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.4 - Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8 - Outras despesas de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D9 - Despesa com ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total</b>		<b>25 960 305,00</b>	<b>4 640 475,00</b>	<b>3 652 022,00</b>	<b>253 637,00</b>	<b>27 202 395,00</b>	



### 4.6.5.3. Alterações ao plano plurianual de investimentos

(euros)

Objetivo [1]	Número do projeto [2]	Designação do projeto [3]	Datas		Pagamentos							Modificação (+/-) [13]=[7]-[6]
			Início [4]	Fim [5]	Ano		Períodos seguintes					
					Dotação atual [6]	Dotação corrigida [7]	Ano t+1 [8]	Ano t+2 [9]	Ano t+3 [10]	Ano t+4 [11]	Outros [12]	
033	10839	SIMPLIFICAÇÃO INTERAÇÃO E DO RELACION	31.12.2018	31.12.2022	615 830,00	887 567,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	271 737,00
033	10840	INTEROPERABILIDADE NO APRESENTAÇÃO DA	31.12.2018	31.12.2022	153 364,00	153 364,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
033	11161	CAPACITAÇÃO - RECUPERAÇÃO	31.12.2019	31.12.2022	110 000,00	110 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
033	11237	PROJETO EM FASE DE PROJETO A CANDIDAT	31.12.2019	31.12.2022	450 000,00	178 263,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-271 737,00
033	11579	PLATAFORMA DIGITAL DE PROCESSOS DO M	31.12.2020	31.12.2022	200 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>					<b>1 529 194,00</b>	<b>1 529 194,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



#### 4.6.5.4. Operações de tesouraria

(euros)

<b>Código das contas</b>	<b>Designação</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Recebimentos</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Saldo final</b>
07.1.9 / 07.2.9	07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/ despesas de operações tesouraria	324 720,02	8 196 918,13	7 884 085,65	637 552,50
<b>Total....</b>		324 720,02	8 196 918,13	7 884 085,65	637 552,50



#### 4.6.5.5.1 Contratação administrativa – situação dos contratos

(euros)

Entidade - Denominação	Entidade - NIPC	Contrato-Objeto	Contrato - Data	Valor do Contrato	Preço Contratual
VODAFONE PORTUGAL COMUNICAÇÕES PESSOAIS SA	502544180	Serviço movel de dados pens - 2018/2021	31/10/2018	7 403,62	7 403,62
Microsegur - Soluções de Engenharia Unipessoal Lda	503883840	Manutenção de RX (2019/2021)	01/04/2019	2 804,40	2 804,40
MAQUIMO-EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS LDA	500854750	Manutenção das 4 bombas e lago 2019-2021	17/04/2019	9 372,60	9 372,60
JARDINS E ETC - UNIPESSOAL LDA	510876200	Manutenção espaços verdes 2019-2021	24/04/2019	18 062,55	18 062,55
Impulso Criativo Design Unipessoal Lda	506864600	DA 17495/18 - Cont. manut. PRTG (36 m)	30/05/2019	1 574,40	1 574,40
DOUBLE SECURITY SYSTEMS LDA	507494652	Man. SADI, CCTV, SDI, CA, CO E SAE - 2019/2021	01/06/2019	11 463,60	11 463,60
Xerox Portugal	501656677	Renov. Licenciamento ABBY (2019-2022)	08/08/2019	10 324,62	10 324,62
COPS-Companhia Operacional de Segurança Unipessoal Lda	508569974	Segurança e Vigilância (Set/19 - Dez/20)	21/08/2019	295 308,26	295 308,26
Rentokil Initial Portugal - Serviços de Protecção Ambiental Lda	501351167	Aluguer de bens de higiene e controlo bacteriano e recipientes asséticos (2019/2020)	03/06/2019	19 649,92	19 649,92
MANVIA - Manutenção Exploração Instalações Construção SA	503171565	Manutenção dos Edifícios (2019/2021)	02/05/2019	42 344,30	42 344,30
IP TELECOM S.A.	505065630	Housing/Alojamento de Bastidor(36 meses)	11/03/2020	24 354,00	24 354,00
VODAFONE PORTUGAL COMUNICAÇÕES PESSOAIS SA	502544180	DA 5722/19 - Ligação entre os centros de dados de Lisboa e Viseu (36m)	01/12/2019	13 903,92	13 903,92
STAPLES PORTUGAL - EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO S.A.	503789372	Material Escritório 2019/2021 Lt1, 2 e 3	29/11/2019	30 161,01	30 161,01
Alive Portugal - Agencia de Viagens S.A.	510144160	Viagem e Alojamento (2020/2021)	02/01/2020	199 500,00	199 500,00
FINE FACILITY SERVICES LDA	509418627	Serviços de limpeza e Higiene 2020/2021	02/01/2020	365 319,45	365 319,45
Vortal - Comércio Electrónico Consultadoria e Multimédia S.A.	505141019	Plataforma de Contratação Pública (31 meses) - ex-19IN121900131	31/05/2019	3 813,00	3 813,00
Orona Portugal Lda	501606319	Manutenção / Ass. Técnica Elevadores - ex-19IN121900411	28/12/2019	4 250,88	4 250,88
LeasePlan Portugal - Comércio e Aluguer de Automóveis e	502167610	AOV 2019/2023	29/11/2018	66 904,88	66 904,88
ONI TELECOM - INFOCOMUNICAÇÕES SA	504073206	Circuito dedicado PGR/Palácio Justiça 2020/2023	14/02/2020	10 405,80	10 405,80
EDP Comercial - Comercialização de Energia S. A.	503504564	Eletricidade AQ	06/03/2020	101 158,89	101 158,89
PLM-Planeamento e Gestão de manutenção Lda	502037245	Manutenção AVAC - 2020-2022	23/03/2020	34 420,32	34 420,32
TurboGrupo-Sociedade de Manutenção Grupos Geradores Lda	501555510	Manutenção Grupo Gerador	26/05/2020	1 254,60	1 254,60
Xerox Portugal	501656677	Manutenção Multifuncionais XEROX	13/05/2020	55 724,90	55 724,90
Sysatlas Portugal Digital Office Systems Lda	513882898	Manutenção Multifuncionais CANON	14/05/2020	16 708,32	16 708,32
Sysatlas Portugal Digital Office Systems Lda	513882898	Manutenção Multifuncionais RICOH	14/05/2020	16 974,00	16 974,00
PDM e FC- PROJ. DESENV. MANUTENÇÃO FORMAÇÃO E CONSULTADORIA	502980826	DA 10473/20 - Desenvolvimento de duas Plataformas (Apres. Prova e Apostilas)	17/07/2020	662 818,46	662 818,46
ONI TELECOM - INFOCOMUNICAÇÕES SA	504073206	Com. fixas de dados e voz (2020/2023)	21/07/2020	26 099,07	26 099,07
JOAQUIM MACHADO S.A.	500979197	DA 8117/20 - Publicações periodicas	24/07/2020	13 903,53	13 903,53
ONDATA INTERNATIONAL UNIPESSOAL LDA	506465535	DA 3777/20 - Manutenção e Suporte do software NUIX (dongles físicos)	03/09/2020	19 957,82	19 957,82
Xerox Portugal	501656677	DA 14093/20 - Manut. Multifunções SEIVD's - 19 meses	30/09/2020	12 199,14	12 199,14
INETUM ESPANA S.A. SUCURSAL	980079659	DA 14097/20 - PT e-vidence - Hardware	09/12/2020	97 140,97	97 140,97
SGALD AUTOMOTIVE - SOCIEDADE GERAL DE COMÉRCIO E ALUGUER DE BENS S.A.	503188620	DA 366/20 - AOV Elétrico - 48 meses	14/12/2020	28 339,20	28 339,20
ONI TELECOM - INFOCOMUNICAÇÕES SA	504073206	DA 16099/20 - Circuito dedicado Layer 2 - Ligação ao Porto	18/12/2020	12 336,90	12 336,90
INETUM ESPANA S.A. SUCURSAL	980079659	DA 15566_20 - Thin Clients e Monitores	18/12/2020	17 562,43	17 562,43
Nos Comunicações S.A.	502604751	DA 15566_20 - VMWare Horizon 8 Advanced	21/12/2020	12 201,27	12 201,27
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL S	500697370	DA 12567/20 - Combustíveis Rodoviários (2021)	30/12/2020	25 797,61	25 797,61
A. JACINTO & PEREIRA DA SILVA SROC	506388557	DA 15072/20 - Certificação Legal Contas	15/10/2020	6 765,00	6 765,00



(euros)

Entidade - Denominação	Entidade - NIPC	Contrato-Objeto	Contrato - Data	Valor do Contrato	Preço Contratual
COPS-Companhia Operacional de Segurança Unipessoal Lda	508569974	DA 905/21 - Vig. e Segurança - Jan 2021	30/12/2020	20 455,29	20 455,29
COPS-Companhia Operacional de Segurança Unipessoal Lda	508569974	DA 907/21 - Vig. e Segurança - Fev 2021	01/02/2021	18 466,61	18 466,61
EDNI - Empresa Distribuidora de Material Informático Lda	503258121	DA 17231/20 - 20 Computadores Portáteis	16/02/2021	18 209,91	18 209,91
Tnolen Estudos e Serviços de Protecção Ambiental Lda	504840479	DA 16786/20 - Desbaratização e desratização (2021-2023)	10/03/2021	10 789,56	10 789,56
COPS-Companhia Operacional de Segurança Unipessoal Lda	508569974	DA 4549/21 - Vig. e Segurança - Mar 2021	01/03/2021	20 497,73	20 497,73
ELECTRO TRAPOCOR - INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS LDA	505513102	DA 465/21 - Manutenção e Exploração do Posto de Transformação (2021-2023)	02/03/2021	7 626,00	7 626,00
CONNECTING PROJETOS E CONSULTORIA LDA	504084011	DA 1197/21 - Manutenção InRoW 2021-2024	12/03/2021	5 752,71	5 752,71
Servisan-Produtos de Higiene SA	500246530	DA 13145/20 - Consumíveis de casa de banho (2021/2022)	25/03/2021	14 500,00	14 500,00
COPS-Companhia Operacional de Segurança Unipessoal Lda	508569974	DA 8331/21 - Vig. e Segurança - 1ª Quinzena Abril 2021	01/04/2021	9 225,05	9 225,05
EDP Comercial - Comercialização de Energia S. A.	503504564	DA 16414/20 - Eletricidade (33 meses)	19/03/2021	263 328,34	263 328,34
ASSOCIAÇÃO O COMPANHEIRO	502121637	DA 7225/21 - Serviço de mudanças (21/23)	26/04/2021	24 108,00	24 108,00
Logicalis Portugal S.A.	505267772	DA 1748/21 - Man. Lic. AVAMAR (21/23)	14/05/2021	34 261,16	34 261,16
SCANSYSTEM PORTUGAL SA	504258702	DA 1143/21 - Man. Scanner da DDI (21/23) - 1ª parte do contrato	18/05/2021	1 845,00	1 845,00
SCANSYSTEM PORTUGAL SA	504258702	DA 1143/21 - Man. Scanner da DDI (21/23) - 2ª parte do contrato	18/05/2021	1 968,00	1 968,00
BASEDOIS-Informática e Telecomunicações Lda.	501333401	DA 7809/21 - Sup. VMWARE Disaster Recovery (2021/2024)	03/05/2021	11 255,73	11 255,73
Nos Comunicações S.A.	502604751	DA 3891/20 - Telemóveis de Serviço - 36m	15/01/2021	11 986,25	11 986,25
COPS-Companhia Operacional de Segurança Unipessoal Lda	508569974	DA 2497/20 - Vigilância e Segurança (2021/2022)	15/04/2021	358 159,52	358 159,52
INETUM ESPANA S.A. SUCURSAL	980079659	DA 2585/21 - Manutenção de Hardware - Servidores e Storage	27/05/2021	19 153,75	19 153,75
ONDATA INTERNATIONAL UNIPESSOAL LDA	506465535	DA 8332/21 - Manutenção do Software do LIF - NUIX	08/06/2021	87 586,46	87 586,46
ONDATA INTERNATIONAL UNIPESSOAL LDA	506465535	DA 8332/21 - Manutenção de software do LIF - INTELLA	08/06/2021	10 947,00	10 947,00
CÓDIGO AZUL - SISTEMAS TECNOLÓGICOS & PROD. ART. LDA	506373789	DA 8332/21 - Manutenção de software do LIF - Celebrite UFED	08/06/2021	10 824,00	10 824,00
INFOCONTROL ELECTRÓNICA E AUTOMATISMO LDA	501395784	DA 470/20 - Assistência Técnica ao sistema de registo de ponto "KELIO" por 12 me	25/06/2021	1 762,60	1 762,60
Xerox Portugal	501656677	DA 439/21 - 5 Equipamentos multifuncionais	20/07/2021	17 158,50	17 158,50
Inforlandia SA	502425296	DA 10631/21 - Aquisição de eq. informático - 30 Computadores de secretária + 6	13/09/2021	26 162,10	26 162,10
CONNECTING PROJETOS E CONSULTORIA LDA	504084011	DA 437/21 - Equipamentos de rede	07/09/2021	13 456,20	13 456,20
A. JACINTO & PEREIRA DA SILVA SROC	506388557	DA 18995/21-Certificação Legal de Contas	01/09/2021	13 776,00	13 776,00
ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração	510342191	DA 472/21 - Contratação de GerFIP 2021	01/01/2021	46 740,00	46 740,00
BASEDOIS-Informática e Telecomunicações Lda.	501333401	DA 20503/21 - Lic. VMWARE Essencial Plus	30/11/2021	7 699,80	7 699,80
BUREAU VAN DIJK ELECTRONIC PUBLISHING UNIPESSOAL	509359345	DA 20714/21-Acesso Base dados empresariais	22/11/2021	258 300,00	258 300,00
Cilnet - Comunicações e Projectos Especiais S.A.	505267772	DA 7849/21 - Man. Switches Core (21/24)	24/05/2021	4 012,46	4 012,46
Pit Resources Unipessoal Lda.	510144853	DA 18382/21 - Consult. Fin. GerFIP 21/22	01/09/2021	10 762,50	10 762,50
Pit Resources Unipessoal Lda.	510144853	DA 12550/20 - Consultoria Apoio a Gerfip	25/09/2020	10 762,50	10 762,50
Visionware - Sistemas de Informação S.A.	507411072	DA 7293/21-Auditoria aos SI - 2021-2022	12/11/2021	20 925,00	20 925,00
Keep Solutions Lda.	508496870	DA 15243/21 - Desenvolv. software KOHA	03/09/2021	28 903,77	28 903,77
Xerox Portugal - Equipamentos de Escritório Lda.	501656677	DA 20771/21 Manut. Eq Multifunções DCIAP	22/09/2021	2 853,60	2 853,60
Reload - Consultoria Informática Lda.	506210855	DA 3390/21 - Serv. Inf. Sistemas e Redes	25/11/2021	30 596,25	30 596,25



#### 4.6.5.5.2 Contratação administrativa – adjudicações por tipo de procedimento

(euros)

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento														Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Consulta prévia		Parceria para a inovação			
	Nº contratos [1]	Preço contratual [2]	Nº contratos [3]	Preço contratual [4]	Nº contratos [5]	Preço contratual [6]	Nº contratos [7]	Preço contratual [8]	Nº contratos [9]	Preço contratual [10]	Nº contratos [11]	Preço contratual [12]	Nº contratos [13]	Preço contratual [14]	Nº contratos [15]	Valor [16]
Aquisição de Serviços (CCP)	8	916 738,63							18	222 108,15	7	412 348,74			33	1 551 195,52
Locação e Aquisição de Bens Móveis (CCP)	5	201 820,36							1	13 456,20	3	81 693,87			9	296 970,43



#### 4.6.5.6.1. Transferências e subsídios concedidos

(euros)

Tipo de despesa	Entidade beneficiária	Disposições legais	Finalidade	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Observações
040701				7 800,00					
040701	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA				7 620,00		7 620,00		
040701	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA	DL: 18/08 Artº: 20º Nº: 02 Alínea:	Prog: 001 Medi: 012 Proj: Ativ: 221			7 620,00	-7 620,00	0,00	
040802				1 720,00					
040802	PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA				1 224,00		1 224,00		
040802	PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA	DL: 18/08 Artº: 20º Nº: 02 Alínea:	Prog: 001 Medi: 012 Proj: Ativ: 221			1 224,00	-1 224,00	0,00	
<b>Total transferências correntes</b>				<b>9 520,00</b>	<b>8 844,00</b>	<b>8 844,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	



#### 4.6.5.6.2. Transferências e subsídios recebidos

(euros)

Tipo de receita	Entidade financiadora	Disposições legais	Finalidade	Receitas previstas	Receitas recebidas	Receitas previstas não recebidas	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
060301				22 981 111,00		22 981 111,00		
060301	DGO/STF	DL: OUTROS Artº: Nº: 00 Alínea:	Prog: 001 Medi: 012 Proj: Ativ:		22 944 284,00	-22 944 284,00	0,00	
060301	DGO/STF	DL: OUTROS Artº: Nº: 00 Alínea:	Prog: 001 Medi: 095 Proj: Ativ:		4 130,00	-4 130,00	0,00	
060307				950 000,00		950 000,00		
060307	IGFEJ, IP - INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA	DL: OUTROS Artº: Nº: 00 Alínea:	Prog: 001 Medi: 012 Proj: Ativ:		950 000,00	-950 000,00	0,00	
060310				361 737,00		361 737,00		
060310	IGFEJ, IP - INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA	DL: OUTROS Artº: Nº: 00 Alínea:	Prog: 001 Medi: 012 Proj: Ativ:		357 382,00	-357 382,00	0,00	
060901				498 730,00		498 730,00		
060901	Secretaria-Geral do Ministério da Justiça	DL: OUTROS Artº: Nº: 00 Alínea:	Prog: 001 Medi: 012 Proj: Ativ:		284 768,53	-284 768,53	0,00	
<b>Total transferências correntes</b>				<b>24 791 578,00</b>	<b>24 540 564,53</b>	<b>251 013,47</b>	<b>0,00</b>	
100901				143 364,00		143 364,00		
100901	IGFEJ, IP - INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA	DL: OUTROS Artº: Nº: 00 Alínea:	Prog: 001 Medi: 012 Proj: Ativ:		87 140,99	-87 140,99	0,00	
<b>Total transferências de capital</b>				<b>143 364,00</b>	<b>87 140,99</b>	<b>56 223,01</b>	<b>0,00</b>	



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

#### 4.6.5.7. Outras divulgações

Não aplicável



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

## 4.7. Certificação legal de contas

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 8.346.937,27 euros e um total de Património líquido de 4.594.238,18 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 680.075,89 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística – para as Administrações Públicas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Chamamos a atenção para o divulgado na nota nº 17 Acontecimentos após a data de relato, do Anexo, onde são apresentados comentários sobre os possíveis efeitos da Pandemia associada ao vírus COVID-19 e conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, na continuidade da Entidade.

Avaliámos a situação e as incertezas conforme descrito nas divulgações acima mencionadas, e consideramos que as mesmas são adequadas. No entanto, uma auditoria não pode prever os fatores desconhecidos ou todas as eventuais implicações futuras para a Entidade, sendo esse o caso no que se refere ao COVID-19 e conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística – para as Administrações Públicas.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais**

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 27.576.552,98 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 25.996.240,84 euros), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística - para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística - para as Administrações Públicas.

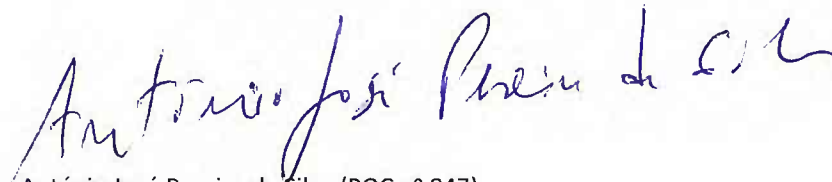
### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de abril de 2022

**A. JACINTO & PEREIRA DA SILVA, SROC, LDA.**

Representada por:



António José Pereira da Silva (ROC nº 947)



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

## **RELATÓRIO DE GESTÃO | 2021**

Secretaria-Geral da Procuradoria-Geral da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES | 2021

Secretaria-Geral da Procuradoria-Geral da República